

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL EM GESTÃO E
REGULAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – PROFÁGUA

THAÍS TEODORO DE FARIA

**RELAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA COM A COMUNIDADE:
EXPLORANDO CAMINHOS PARA ALÉM DAS REUNIÕES**

VITÓRIA (ES)
2022

THAÍS TEODORO DE FARIA

**RELAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA COM A COMUNIDADE:
EXPLORANDO CAMINHOS PARA ALÉM DAS REUNIÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, na área de concentração de Regulação e Governança dos Recursos Hídricos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Desirée Cipriano Rabelo

VITÓRIA (ES)
2022

THAÍS TEODORO DE FARIA

**RELAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA COM A COMUNIDADE:
EXPLORANDO CAMINHOS PARA ALÉM DAS REUNIÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, na área de concentração de Regulação e Governança dos Recursos Hídricos.

Aprovada em XX de março de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dr^a. Desirée Cipriano Rabelo
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Orientadora

Prof.^a. Dr^a Gisele Girardi
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Examinadora Interna

Prof.^a. Dr^a. Ana Cláudia Hebling Meira
Membro do CBH Rio Itapemirim
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Examinadora Externa

Prof.^a. Dr^a. Fátima Kzam Damaceno de Lacerda
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Examinadora Externa

A minha família por ter suportado minha
ausência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº. 2717/2015. Agradeço o apoio técnico científico aportado até o momento.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Ícaro e meu marido Adelson Júnior que compreenderam minha ausência, me apoiaram e se mantiveram ao meu lado por todo o processo. A minha mãe Maria do Carmo, meu pai Tarcísio, minha irmã Mayara e meu irmão Pablo, vocês são os responsáveis por quem eu sou, por meus valores, independente dos desafios sempre estiveram comigo. Essa conquista é de todos vocês.

A Prof^a Dr^a Desirée Cipriano Rabelo, pela paciência, por todo o conhecimento que me proporcionou, cada palavra foi absorvida e sigo tentando colocá-las em prática, evolui dez anos em dois com a sua condução, gratidão!

Ao corpo docente do Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos da UFES, bem como aos demais polos, ao Coordenador Nacional do Prof^o Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, foi um privilégio aprender com vocês.

Aos meus amigos do mestrado, companheiros de aventuras, foi uma satisfação imensa conviver, aprender, rir, chorar, viver esse mestrado com vocês.

Ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim, que se dispuseram a fazer parte dessa pesquisa e me acolheram. Muitos rios fazem parte de quem eu sou, o Rio Itapemirim marcou minha trajetória de vida, não sou mais a mesma depois dessa pesquisa.

Aos meus alunos, minha equipe de trabalho da Bio Soles e aos meus colegas de profissão que me acompanharam nos meios digitais. Vocês me deram a energia que eu precisava para continuar, a alegria de ensinar e aprender com vocês não cabe no peito.

E por fim, a todos que de alguma forma estiveram comigo, acreditaram, me deram apoio emocional e fizeram orações. O caminho não foi fácil, em meio a uma pandemia, com inúmeras perdas de familiares e amigos, trilhando novos caminhos profissionais e conciliando com a maternidade. Foi sim um enorme desafio e só foi possível por eu ter pessoas de bem no processo, sozinha nunca conseguiria.

RESUMO

Promover o envolvimento e o compromisso da sociedade com as ações e políticas relacionadas às águas, segue sendo um desafio, ainda que seja um direito dos cidadãos. Para a efetivação dos objetivos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, é essencial a superação do desconhecimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela sociedade. De caráter qualitativo, o estudo pretende apontar caminhos para superar essa lacuna. Em termos metodológicos está dividido em duas partes. A primeira consta de um levantamento documental para identificar ações desenvolvidas entre 2016-2019 por quatro comitês que se destacam por sua relação com a sociedade: São Francisco, Sinos, Velhas e PCJ. Após o levantamento, categorização e análise das informações obtidas, partimos para o segundo momento deste trabalho: mobilizar o CBH Rio Itapemirim (Estado do Espírito Santo) para pensar sua relação com a sociedade para além dos formatos tradicionais de reuniões e palestras técnicas. O resultado obtido foi sistematizado e apresentado aos membros do CBH Itapemirim para construir um plano de ação de mobilização da sociedade. O ponto alto desta fase foram as oficinas coletivas que, com base nas ações dos quatro comitês analisados e na própria experiência do CBH Itapemirim, construiu um plano de ação a ser executado em dois anos. Assim, são dois os produtos desta pesquisa: um estudo das chamadas “boas práticas” na relação entre comitês de bacia e sociedade, e um plano de ação de mobilização da comunidade.

Palavras-chave: Participação pública. Recursos hídricos. Comitês de bacia hidrográfica. Instâncias Participativas. Bacia do Rio São Francisco. Bacia do Rio das Velhas. Bacia do Rio dos Sinos. Bacia dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari. Bacia do Rio Itapemirim.

CONSIDERAÇÕES PARA O SINGREH – SÍNTESE¹

Esse trabalho classifica-se na área de Concentração Regulação e Governança de Recursos Hídricos, dentro da linha de pesquisa Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos definidas para o Programa de Pós-graduação Stricto Senso em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua. O propósito desse trabalho é desenvolver recomendações de arranjos mais eficientes de gestão de recursos hídricos em relação à demanda de sustentabilidade social nos comitês de bacia.

Se o desenho legal-institucional dos CBHs busca a representação de variados setores da sociedade civil, a relação com a comunidade não pode se esgotar nas atividades administrativo-burocráticas rotineiras dos comitês – sob o risco de desmotivar a participação. Teoricamente, os interesses e demandas providas da sociedade devem estar presentes nos debates no CBH, originando consensos sobre a gestão de recursos hídricos de seu respectivo território hidrográfico. Daí a importância de explorar caminhos e/ou possibilidades diversas para estabelecer esse diálogo e motivar diferentes grupos e setores a estarem presentes. Se queremos ampliar o debate, ampliar o público, será necessário explorar outras linguagens e recursos para além das reuniões. O que é importante também para momentos como o da elaboração do Plano de Recursos Hídricos e o Enquadramento.

Alguns comitês de grande destaque por suas boas práticas foram alvo desse trabalho, para compreendermos as estratégias utilizadas exploramos e categorizamos essas ações. Essas experiências foram a base norteadora para a construção do plano de ação em um CBH concreto, não deixando de considerar as realidades, vivências, experiências e expectativas específicas dos participantes.

¹ Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

ABSTRACT

Promoting society's involvement and commitment to water-related actions and policies still poses as a challenge, despite being every citizen's right. In the implementation of the listed objectives in the National Water Resources Policy (Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH), it is essential to overcome society's lack of knowledge about the Water Resources Management System. Qualitative in nature, this study aims to offer ways to reduce such gap. In methodological terms, it is divided into two parts: the first contains document research that identify actions developed between 2016-2019 by four committees that stood out due to their relationship with society: São Francisco, Sinos, Velhas, and PCJ. After the research, the categorization, and the analysis of the information obtained, we initiated the second stage: the mobilization of the CBH Rio Itapemirim (State of Espírito Santo) to reflect on its relationship with society beyond the traditional formats of meetings and technical lectures. The result was systematized and presented to the members of CBH Itapemirim to build an action plan for mobilizing society. The pinnacle of this stage was the collective workshops that, based on the actions of the four committees analyzed and the experience of CBH Itapemirim, built an action plan to be carried out within two years. Thus, there are two products in this research: a study of the so-called "good practices" concerning basin committees and society, and a community mobilization action plan.

Keywords: Public participation. Water resources. Watershed committees. Participatory Instances. São Francisco River Basin. Rio das Velhas Basin. Sinos River Basin. Piracicaba, Jundiá and Capivari Rivers Basin. Itapemirim River Basin.

CONSIDERATIONS FOR SINGREH - SYNTHESIS²

This paper is classified in the Concentration Area: Regulation and Governance of Water Resources, within the line of research Planning and Management of Water Resources, defined for the *Stricto Senso* Graduate Program in Management and Water Resources Regulation - ProfÁgua. The aim of this paper is to develop recommendations for more efficient water resource management arrangements linked to the demand for social sustainability in the basin committees.

If the CBH legal-institutional design seeks the representation of several sectors of society, the connection with the community cannot dim during the administrative-bureaucratic daily activities of the committees – at the expense of demotivating participation. Theoretically, the interest and demand provided by society must be present in the CBH discussions, giving rise to consensus on the water resources management from its respective hydrographic territory. Hence, it is important to explore different paths and possibilities to establish such conversations and motivate attendance of different groups and sectors. If we want to broaden the discussion and expand the audience, it will be required to explore other methods and resources beyond the meetings. This is also crucial for moments such as the preparation of the Water Resources Plan and Framework.

Some high-ranked committees were the target of this work due to their good practices. We explored and categorized such action to understand their common strategies. These experiences became the framework for the construction of an action plan in a concrete CBH, while it takes into account different realities, experiences, and particular expectations from their participants.

² National Water Resources Management System (SINGREH).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos.
ANA – Agência Nacional de Águas
BH – Bacia Hidrográfica
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBH – Comitê da Bacia Hidrográfica
CEEIG – Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Guaíba
CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CF – Constituição Federal
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CT-EA – Câmara Técnica de Educação Ambiental
DQA – Diretiva Quadro da Água
ES – Espírito Santo
GT-EAC – Grupo de Trabalho de Educação Ambiental e Comunicação Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPs – Instituições Participativas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OP – Orçamento Participativo
PCJ – Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
PDM – Plano Diretor Municipal
PIP – Produto Interno Bruto
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos
PRH – Plano de Recursos Hídricos
PROFÁGUA – Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SIGERH - Sistema Estadual de Recursos Hídricos

SIGRH - Sistema Estadual Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

STF – Supremo Tribunal Federal

UGRH – Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

UP – Unidade de Planejamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Classificação das atividades dos CBHs em categorias.....	35
Figura 02: Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios São Francisco, das Velhas, PCJ, Sinos e Itapemirim.....	43
Figura 03: Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio São Francisco.....	45
Figura 04: Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio das Velhas.....	48
Figura 05: Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios PCJ.....	51
Figura 06: Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio dos Sinos.....	54
Figura 07: Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Itapemirim.....	56
Figura 08: Linha cronológica – marcos legais e criação dos CBHs de estudo.....	60
Figura 09: Distribuição dos membros titulares e suplentes do COMITESINOS – período 2019 a 2021.	63
Figura 10: Distribuição dos membros titulares e suplentes do CBH Rio Itapemirim – período 2019 a 2023.	63
Figura 11: Quantitativo de atividades gerais executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.	74
Figura 12: Quantitativo de atividades da subcategoria diversidade cultural executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.....	75
Figura 13: Quantitativo de atividades das subcategorias da categoria públicos executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.....	75
Figura 14: Quantitativo de atividades das subcategorias da categoria nível executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.....	76
Figura 15: Os cinco momentos de planejamento e aplicação “da cabeceira a foz” ...	77
Figura 16: Quadro de definição coletiva das atividades para o plano de ação.....	81
Figura 17: Resultados das enquetes no Instagram do CBH Rio Itapemirim.....	86
Figura 18: Materiais produzidos e publicados no Instagram do CBH Rio Itapemirim.	87
Figura 19: Programação do evento “Cultura e Território: Água como Elemento Integrador” em comemoração dos 15 anos do CBH Rio Itapemirim.	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio São Francisco.	46
Quadro 02: Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio das Velhas.....	49
Quadro 03: Unidades de estudo e planejamento das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios PCJ.	52
Quadro 04: Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio dos Sinos.....	55
Quadro 05: Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Itapemirim.....	58
Quadro 06: Descrição geral das bacias hidrográficas e CBHs em estudo.	61
Quadro 07: Atividades com a comunidade do CBH São Francisco no período de 2016 a 2019.	64
Quadro 08: Atividades com a comunidade do CBH Rio das Velhas no período de 2016 a 2019	67
Quadro 09: Atividades com a comunidade do CBH PCJ no período de 2016 a 2019	70
Quadro 10: Atividades com a comunidade do CBH Rio dos Sinos no período de 2016 a 2019.	72
Quadro 11: Atividades com a comunidade do CBH Rio Itapemirim no período de 2016 a 2019.	73
Quadro 12: Atividades escolhidas nas oficinas participativas de elaboração do plano de ação – momento nascente	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3 REVISÃO DE LITERATURA	22
3.1 GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL	22
3.2 GESTÃO PARTICIPATIVA NAS ÁGUAS	27
4 METODOLOGIA	32
4.1 DESENVOLVIMENTO	34
4.1.1 Primeira etapa – Pesquisa bibliográfica, documental e categorização	34
4.1.2 Segunda etapa – Planejamento e aplicação das oficinas participativas	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
5.1 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIROS ESTUDADOS	42
5.1.1 Delimitação e Caracterização das Bacias Hidrográficas.....	44
5.1.2 Comitês de Bacia Hidrográfica.....	58
5.1.3 Atividades e Comunidades	64
5.2 DA CABECEIRA A FOZ – CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO DE AÇÃO.....	76
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	92
7 CONSIDERAÇÕES PARA O SINGREH	98
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	101
8.1 ARTIGOS, LIVROS E DISSERTAÇÕES UTILIZADOS.....	101
8.2 FONTES DOCUMENTAIS ANALISADAS (LEIS, PLANOS, RELATÓRIOS) ..	105
8.3 SITES CONSULTADOS	107
9. APÊNDICE	108
10. ANEXO	145

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais originados nas décadas de 1970-80, fomentados pelo anseio da redemocratização do Brasil, contribuíram para a aquisição de novos direitos no País. Toda a dinâmica do período fortaleceu as mobilizações sociais, com a passagem de um governo autoritário para um governo democrático participativo (TOTTI; BALSÀ, 2018; ANA, 2011). O processo constituinte brasileiro de 1988 estabelece em seu artigo 1º, parágrafo único que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Assim, assegura que a República Federativa do Brasil está baseada em um Estado Democrático de Direito, onde há previsão da participação do povo nas decisões políticas (BRASIL, 1988).

Em relação à participação direta, a Constituição Federal brasileira de 1988 – CF/1988 previu três instrumentos: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Mas também possibilitou a criação de mecanismos públicos diferenciados como os conselhos, as conferências, as audiências públicas, entre outros espaços. O propósito foi promover a participação das comunidades nos processos decisórios de políticas públicas. Esses espaços são denominados por Avritzer (2008, p.45) como Instituições Participativas (IPs) ou seja “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”.

A CF/1988 trouxe duas alterações significativas para gestão de recursos hídricos no Brasil: a primeira determinou que os cursos de água do território nacional deixariam de ser de domínio particular e se tornariam bens de domínio público (expressa em seu artigo 26, inciso I); e a segunda foi através da previsão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH (artigo 21, inciso XIX) (BRASIL, 1988). Essas normativas fundamentaram a elaboração da primeira Política Estadual de Recursos Hídricos do país e a criação do Sistema Estadual Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) em São Paulo, através da Lei Estadual nº 7.633 de 1991 (SÃO PAULO, 1991). A partir de seu advento, outros Estados brasileiros aprovaram legislações com características semelhantes. Após uma articulação de vários setores do País, foi instituída, através da edição da Lei Federal nº 9.433/1997, a nova Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e a posterior implantação do

SINGREH, regulamentando o inciso XIX do artigo 21 da CF/1988 (BRASIL, 1997; ANA, 2011).

Combinado a participação e representação, existem dois ambientes colegiados do SINGREH: os Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos – CNRH e CERH, e os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs. Para este estudo centraremos nos CBHs, considerados inovadores no âmbito das políticas públicas, por seu papel normativo de deliberar sobre a gestão de recursos hídricos no território da bacia. Conforme instituído pela PNRH, os CBHs são organismos colegiados onde um grupo de pessoas que representam os múltiplos interesses envolvidos na gestão (poder público, usuários de água e a sociedade civil), de forma descentralizada, integrada e envolvendo a participação de todos os setores da sociedade, promovem a articulação política no âmbito local das bacias hidrográficas, território definido para atuação e implementação da PNRH (BRASIL, 1997).

Analisando as competências formais dos comitês previstas na PNRH, elas estão essencialmente definidas em torno do desenho e aplicação dos instrumentos de gestão (BRASIL, 1997). No entanto, para que essas determinações reflitam os anseios da sociedade, é necessário aproximar as comunidades que vivenciam as decisões tomadas nesses colegiados, “estimular a participação, a cooperação mútua, valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e a preservação ecológica” (RABELO, 2002 p. 38). Na mesma linha, segundo Kemerich (2014), os CBHs precisam propiciar o envolvimento da sociedade, contribuindo com a democratização do processo de decisão assim, edificando o ambiente participativo e representativo determinado pela PNRH.

Contudo apesar de a PNRH estar em vigor há mais de 20 anos, o envolvimento e a mobilização das comunidades segue sendo uma das grandes dificuldades do SINGREH, em especial dos CBHs. Este distanciamento em relação à sociedade dificulta a construção e a implementação de instrumentos de gestão cuja legitimidade e efetividade dependem do comprometimento dos vários setores com os debates e tomadas de decisões (OCDE, 2015). Embora haja garantia legal da participação social, na prática questões como o clientelismo, o corporativismo e o insulamento burocrático, ainda

enraizados na cultura política do País, interferem fortemente na governança dos recursos hídricos e precisam ser superadas (TOTTI; BALSÀ, 2018). Como dificuldades para a participação social da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos também foram elencados: desinteresse, falta de esclarecimento e informação, baixo nível organizativo, cultura participativa débil (CAMPOS, 2004), assimetrias econômicas, sociais e políticas, colocando em questão a sua capacidade de negociação e estabelecimento de pactos (CAMPOS, 2004; JACOBI; FRACALANZA, 2005; KEMERICH, 2014). Outro fator que dificulta a aproximação das comunidades da gestão de recursos hídricos está no formato de atividades desenvolvidas pelos CBHs, basicamente reuniões técnicas e burocráticas que afastam os grupos não habituados aos protocolos estabelecidos (ABERS et. al., 2009; JACOBI, 2010).

Por outro lado, nos mais diferentes contextos, é preciso reconhecer que muitos CBHs no Brasil conseguiram avanços na aproximação com as comunidades. São exemplos de “boas práticas” ou “práticas bem-sucedidas”, usando aqui o conceito proposto pela comissão especial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II de 1996³. Tomando como referência esse conceito, em termos de relação com a comunidade dentre os exemplos mais difundidos de CBHs brasileiros — com base na literatura e exemplos propostos pela própria ANA (2011) — temos o CBH dos Sinos, o CBH do Rio das Velhas, o CBH do São Francisco e o CBH dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ.

Alguns exemplos: o CBH dos Sinos atua nas escolas através do “Projeto Peixe Dourado”, sensibilizando a população discutindo sobre a qualidade das águas da bacia de forma lúdica (RUCKERT, 2017; CBH DOS SINOS, 2020). O CBH do Rio das Velhas, em parceria com o “Projeto Manuelzão”, alcança grande repercussão da mídia com ações como a “Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas” (COSTA, 2008; CBH RIO DAS VELHAS, 2020). Também o CBH do São Francisco desenvolve projetos diversificados em parcerias com diferentes órgãos. Dentre eles destaca-se o “Nas ondas do São Francisco” que usa o rádio como ferramenta para atrair comunidades

³ Define-se como boas práticas as “políticas, ações, iniciativas e projetos realizados em nível local, que tenham resultado em melhoria tangível e mensurável das condições de vida e do habitat da população, contribuindo para a redução do seu custo e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (HABITAT II, 1996, nº6 p. 8).

ribeirinhas (PAULA JÚNIOR; MODAELLI, 2013; CBH SÃO FRANCISCO, 2020). Finalmente, o CBH PCJ, por meio de sua Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) e o fortalecimento de parcerias, criou programas edu-comunicativos com as comunidades de sete sub-bacias (PAULA JÚNIOR; MODAELLI, 2013; CBH PCJ, 2020).

Reconhecendo a bacia hidrográfica como um sistema complexo e realidades próprias, a primeira parte deste estudo investiga o envolvimento e mobilização dos comitês com a sociedade. Identifica as principais lacunas para que esse envolvimento ocorra e busca as principais boas práticas através da experiência de CBHs no Brasil que conseguiram avanços na aproximação com as comunidades. Na etapa seguinte, os resultados foram organizados e apresentados para o CBH Rio Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. O objetivo era oferecer subsídios e apoio metodológico para que o CBH Rio Itapemirim construísse – a partir de sua própria realidade – uma proposta/plano de ação visando maior aproximação e envolvimento com a comunidade.

Os critérios para escolha do CBH Rio Itapemirim estão justamente na sua dificuldade em envolver as comunidades do território de abrangência da bacia, comprometendo o surgimento de lideranças para participar do CBH. Segundo as atas de posse dos membros referente aos períodos 2013/2015, 2015/2017, 2017/2019 e no período atual 2019/2023, se constata a dificuldade em garantir o preenchimento de suas vagas. Outro ponto relevante para a escolha foi a existência de um plano de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, aprovado pelo comitê em 2019 (AGERH, 2020).

Comprovado in loco pela pesquisadora, os membros do CBH Rio Itapemirim buscam pela implementação dos instrumentos de gestão, possuindo uma articulação forte a nível de Estado. Contudo, um dos desafios mais latentes está justamente no envolvimento com suas comunidades. A falta de visibilidade do comitê no território de sua própria bacia e o desconhecimento a respeito de sua existência, principalmente nos municípios que não possuem representantes é algo crítico. Os membros do comitê reconhecem o problema, mas esbarravam na falta de direcionamento para resolvê-lo, evidenciando a necessidade de um plano de ação visando maior envolvimento da sociedade. A apresentação do levantamento e análise das “boas práticas” de outros

comitês representa um ponto de partida para o CBH Rio Itapemirim. Será um exercício coletivo com os membros do comitê repensar a própria relação com a comunidade, facilitando o diálogo e envolvendo diversos grupos, muitas vezes não representados.

Quando falamos em ações que resultem em uma maior participação da sociedade, o termo participação apresenta inúmeras interpretações conceituais e teóricas (TATAGIBA, 2003; ESPLUGA, SUBIRATS, 2008). Em seu estudo, Bissoli (2019) analisa a qualidade democrática utilizando os níveis ou graus de participação. Uma de suas referências foi o modelo proposto pela Diretiva Quadro da Água – DQA, que utiliza um processo de envolvimento crescente apresentado em três níveis: informação, consulta e envolvimento ativo. Já Fernandes (2019) analisa a perspectiva da qualidade democrática e fortalecimento da mobilização através do processo de comunicação. Barbosa (2019) avalia a qualidade democrática em relação aos atores e segmentos nos processos de tomada de decisão, onde cada um possui interesses e níveis de conhecimentos distintos. Temos também o estudo de Alves e Rabelo (2010) - Nem toda participação é igual. Esta pesquisa propõe avaliar a qualidade democrática em relação ao “como se participa”, utilizando o DQA como referência. Não nos cabe nesse estudo analisar a qualidade democrática das ações realizadas, nosso interesse está no movimento entre representantes e representados, na proposição de caminhos de aproximação diferenciados dos essencialmente formais e técnicos.

Esse estudo propõe a construção participativa de um plano de ações com atividades que aproximem a sociedade da gestão das águas, o que pode ser percebido como uma função executiva que não deve ser realizada pelos comitês. Entendemos que de acordo com o previsto pela PNRH as competências dos CBHs são de cunho deliberativo, propositivo e consultivo, não executivo. A finalidade executiva é delegada as agências de água ou de bacia. No entanto a própria base legal define que essas instituições só podem ser criadas a partir de recurso oriundo da implementação do instrumento cobrança pelos recursos hídricos (BRASIL, 1997). A cobrança pelos recursos hídricos é o instrumento possui com a menor implementação no país, além de muitas bacias hidrográficas não terem arrecadação prevista suficiente para manutenção de uma agência de bacia (ANA, 2011).

Com a inexistências dessas instituições executivas, como os comitês avançam com a gestão hídrica em seu território? É um fato inquestionável que a situação ideal prevista em lei colabora fortemente para a condução da gestão hídrica em sua forma plena. Mas não podemos afirmar que a existência de uma agência de água é fator condicionante para a realização das ações de aproximação do comitê com suas comunidades. A gestão de recursos hídricos no Brasil é baseada em um sistema onde todos os entes atuam de forma colaborativa, coordenada e articulada. Ao comitê de bacia, mesmo com a inexistência da agência de água, cabe articular a implementação da política (BRASIL, 1997). Nesse sentido quando propusemos a execução de atividades de aproximação dos CBHs com suas comunidades, o comitê exerce um papel propositivo, articulador e integrador de ações entre as diversas instituições do seu território, que realizam de forma conjunta a execução. Assim ele amplia sua visibilidade e fornece ambientes diversificados de aproximação entre representantes e representados.

Devemos pontuar que a gestão hídrica da bacia possui importância a todos os indivíduos que ali residem, sendo os CBHs responsáveis por esta gestão. Os comitês são formados por entidades que possuem características previstas em seus estatutos (ANA, 2011). Com isso existem grupos que não são diretamente representados nesses colegiados. Avritzer (2008) destaca que os processos democráticos devem ir além das esferas institucionais, atingindo novos públicos, e se aprofundando nas relações sociais. No mesmo sentido, a agenda 21 pontua a necessidade de fortalecer mecanismos democráticos e desenvolver novas formas de participação de novos atores. Para que isso ocorra, a aproximação dos CBHs com a comunidade deve ser pautada por diferentes tipos de linguagens e recursos, atingindo diferentes públicos. Essa percepção e construção deve acontecer dentro do próprio comitê, por esse motivo a proposição desse estudo é construir de forma participativa um plano de ação que resulte na aproximação do comitê com suas comunidades.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Propor caminhos para fortalecer a relação entre CBHs e comunidades na perspectiva da gestão participativa proposta pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais dificuldades encontradas na literatura sobre o relacionamento dos CBHs com suas comunidades;
- Identificar e categorizar as boas práticas de interação com as comunidades de quatro CBHs brasileiros de destaque;
- Elaborar recomendações de ações visando o fortalecimento da relação do CBH Rio Itapemirim com as comunidades da bacia hidrográfica;
- Produzir coletivamente com os membros do CBH Itapemirim recomendações de projetos/ações para o fortalecimento da interação no âmbito sugerindo a aprovação oficial de um plano com esse objetivo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL

Em uma perspectiva abrangente, a gestão participativa pode ser definida como um processo de partilha de conhecimentos e tomada de decisões em conjunto. Com isso, busca estabelecer canais de interlocução diminuindo as diferenças entre Estado e sociedade, estimulando o debate e fortalecendo a democracia em atendimento as demandas da população (TOTTI E BALSÀ, 2018). Ao analisar as Constituições Federais anteriores, somente na CF/88 a representação política ganha outra conotação no Brasil. A Constituição de 1934 moldou a relação entre governo e sociedade, com conquistas como o voto secreto e feminino e a instituição da legislação trabalhista, mudando a forma de representação da classe trabalhadora. E a Constituição de 1946 retomou a democracia e o pacto federativo. Mas foi a CF/88 que representou um divisor de águas ao reafirmar instrumentos fundamentais para a democratização, realizando alterações importantes nos marcos da constituição de um Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, podemos dizer que a relação entre Estado e sociedade no Brasil passou por consideráveis transformações após o processo constituinte de 1988. Destacamos a implantação de mecanismos políticos de participação em espaços formais de poder e representatividade eleitoral como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (BRASIL, 1988; AUAD, 2004). Tais mecanismos oportunizaram a inclusão de interesses dos grupos organizados, com visão abrangente e integrada do território, da sociedade e das questões de desenvolvimento na rotina da esfera pública (REIGOTA, 1991; AVRITZER, 2008; IPEA, 2010; ROCHA, 2011). Outros tipos de representação são constituídos em novos ambientes, não os políticos e formais tradicionais, ao mesmo tempo em que se discute sobre a crise da representação⁴. Esses ambientes participativos implicam no aumento e diversificação da representação, principalmente pela sociedade civil (AVRITZER, 2008).

⁴ A crise da representação esta pautada em: “o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às instituições políticas e o esvaziamento dos partidos políticos, através, entre outros, da burocratização de suas estruturas internas e da crescente interferência da mídia junto ao processo eleitoral” (Lüchmann, 2014, p. 87.)

Nas diversas áreas, vários espaços/mecanismos foram criados nessa perspectiva. Um exemplo que podemos observar são as conferências de políticas públicas, com capacidade propositiva e de veto, formulam propostas, agendam questões, analisam situações e promovem o fortalecimento da participação (AVRITZER, 2008). Também temos o Orçamento Participativo - OP, visto por Lüchmann (2014) como uma das experiências democráticas mais inovadoras do mundo político contemporâneo. Consiste em reuniões abertas ao público geral, em distinções ou condicionalidades, que consulta os cidadãos no processo de estruturação da Lei Orçamentária Anual – LOA. O OP define a alocação de recursos na área de investimento em infraestrutura física e social. Do mesmo modo temos os Planos Diretores Municipais – PDM, elaborados para municípios com população superior a 20 mil habitantes. Os PDMs utilizam às audiências, os debates, as conferências e as consultas públicas como mecanismos para orientação de políticas no planejamento territorial (AVRITZER, 2008). Outro exemplo são os conselhos gestores, que possibilitam a inclusão dos setores sociais nos processos de decisão pública, caracterizados como espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil. Possuem natureza deliberativa, objetivando formular políticas públicas e podendo exercer o controle social do Estado (GOHN, 2014).

Assim, a partir das últimas décadas, quase a totalidade de políticas sociais brasileiras contam com espaços institucionalizados de participação social, como: saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, trabalho e renda, turismo, meio ambiente etc. (REIGOTA, 1991; AVRITZER, 2008; SILVA, 2009).

Na definição de Avritzer (2008) das IPs, o autor as distingue em três tipos de arranjos participativos: nos processos de baixo para cima, em que ocorre a entrada livre de qualquer cidadão, como exemplo temos o OP; nos processos de partilha de poder, em que a participação da sociedade ocorre por meio de representação, como é o caso dos conselhos e dos CBHs; e nos processos de ratificação pública, onde a sociedade civil apenas referenda publicamente o processo decisório, não participando do processo de construção, como é o caso do PDM (AVRITZER, 2008).

Então, nos processos de partilha de poder, esses ambientes são constituídos por representantes que não seguem o formato tradicional de políticos eleitos, mas representantes que:

(...) falam em nome de um segmento ou organização, tais como conselheiros [e participantes de comitês] de políticas públicas que representam usuários ou movimentos populares, e também representantes necessários em momentos de negociação menos formais (DOWBOR, HOUTZAGER E SERAFIM, 2008, p. 12).

Essa nova categoria de representantes que fala por um determinado grupo, se dispondo a fazer a representação e que ele faz parte, negociam com outros representantes de grupos específicos. Ou seja, o grupo de representantes das IPs atuará enquanto grupo entre os representantes, estabelecendo relações. Ao mesmo tempo apresentam os interesses específicos de seu próprio grupo em que representa, para a construção coletiva de um acordo entre as partes, reconhecendo todas as necessidades (HARTMANN, 2011). A finalidade dos representantes é articular e discutir os diversos interesses envolvidos na busca de uma solução. Toda a relação constituída entre representantes e representados, conforme mencionado por Dowbor, Houtzager e Serafim (2008), está pautada em confiança, autonomia, controle, prestação de contas e embasada pelas forças e vontades políticas (DOWBOR, HOUTZAGER, SERAFIM, 2008).

Grandes desafios são encontrados para que de fato possa ocorrer a construção participativa de acordos entre os mais diversos grupos, e a construção de discussões no mesmo nível entre as partes. É válido destacar o estudo de Nunes (2003), que distinguiu conjuntos de relações entre a sociedade em instituições públicas formais no Brasil. Essas relações ocorriam anterior ao processo democrático de 1988 e da instituição das IPs, e se mantêm presentes atualmente. O autor aponta quatro padrões dessas relações que intitulou de gramáticas políticas: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. O clientelismo ou patriotismo é considerado quando o poder político se legitima por meio de uma dominação política. Caracterizando através de uma burocracia pesada e uma sociedade civil desarticulada, o clientelismo é uma prática arraigada na cultura brasileira. O corporativismo está ligado a organizar a sociedade em grupos corporativos. Sousa et al. (2009), destacam que a tendencia do modelo corporativista é de atores corporativos obterem

vantagens nos processos políticos institucionais. Já o insulamento burocrático pode ser definido como um mecanismo de defesa das burocracias públicas contra as ingerências ou interferências externas, pode ser considerado como uma estratégia de mediação técnica das ações políticas. Vale ressaltar que em um processo de discussão que se predomina o insulamento burocrático, o papel dos especialistas tende a ter dominância nas ponderações dos não especialistas. Entretanto, o surgimento do universalismo de procedimentos, destaca a instituição de processo universalistas na administração pública, burocratizando as rotinas administrativas, tendo como principal marca o impessoalismo. O universalismo de procedimentos é algo positivo, indica que todos os indivíduos são, em princípio, iguais participantes.

Contudo, mesmo com a permanência de procedimentos universalistas e com a criação de arranjos institucionais participativos, as chamadas IPs, posteriormente citadas, ainda existem grandes desafios a serem superados. Não obstante, o padrão de relação estado e sociedade observado pelas gramáticas políticas, ocorrem de forma simultânea no Brasil, influenciando uma à outra em graus diferentes. Essa influência ocorre devido a: características como a oscilação do regime político e de seu desenho institucional – mais ou menos autoritário; força de coalizão; e articulação de interesses para a implementação de modelos diferenciados de gestão de políticas públicas (NUNES, 2003). Reconhece-se atualmente, que o processo de participação social nas políticas públicas passou por muitos avanços, mas ainda é novo e está sendo edificado. Devido à falta de empoderamento das comunidades locais e capacitação para a participação qualificada nos processos, o clientelismo, o corporativismo e o insulamento burocrático ainda permanecem enraizados nas relações Estado e sociedade.

Diante disso, a mera existência e operação formal das IPs não garantem o atingimento pleno de seu potencial democrático. Desafios relacionados à qualidade da participação têm sido identificados com destaque para: passividade da sociedade em relação ao Estado e decisões; ceticismo diante das atitudes clientelistas do governo e uso do poder técnico, político e argumentativo para manipular a população (TOTTI E BALSÀ, 2018); dificuldades de organização, qualificação e representação da sociedade civil (CAMPOS, 2004; THOMPSON, 1997); dificuldades de acesso à informação em linguagem adequada (ABERS E KECK, 2007). Também falta capacitação técnica e/ou

política nos órgãos do Estado para participar das IPs (IPEA, 2012), o que junto com a falta de legitimidade e construção de uma visibilidade contínua tendem ao enfraquecimento da participação (IPEA, 2012; RABELO, TEIXEIRA E ESPLUGA, 2013).

Se o sistema de participação social nas políticas públicas no Brasil ainda está em processo de construção, para agravar, atualmente esse sistema sofre forte pressão política. Com a ascensão de governos conservadores como o governo Bolsonaro, há uma forte tendência no fechamento e restrição de canais de participação social fundamentais para a implementação de políticas públicas (PEREZ E SANTOS, 2019).

Decretos presidenciais têm acabado e/ou restringido diversos colegiados, um dos exemplos foi o Decreto nº 9.806/2019, publicado em 23 de maio. Decreto que reduziu e alterou a composição do Conselho Nacional de Meio Ambiente, suprimindo a representação da sociedade civil e ampliando a presença do Governo Federal. Na mesma linha, o Decreto nº 9.759/2019, publicado em 11 de abril, determinou a extinção de grande parte dos colegiados com participação social e estabeleceu diretrizes, regras e limitações de funcionamento. Esse decreto foi objeto de debate no Supremo Tribunal Federal – STF, o plenário deferiu parcialmente medida cautelar para suspender a eficácia dos dispositivos que extinguem colegiados previstos em lei. Por unanimidade os ministros entenderam que somente por lei esses colegiados poderiam ser extintos, eliminá-los por decreto violaria diretamente a CF/1988, ferindo o princípio da separação de poderes. Após a decisão do STF, foi promulgado o decreto nº 9.812 em 30 de maio de 2019 com o objetivo de identificar e especificar os colegiados que foram extintos ou não pelo decreto. Contudo, em relação aos colegiados criados por qualquer outro tipo de ato infralegal, não há nenhum impedimento, sendo, portanto, extintos (BRASIL, 2019a; 2019b). O Brasil se encontra inclinado a um processo de ameaça à democracia ao reduzir a articulação da sociedade civil e o controle social, impedindo a fiscalização e transparência das ações do governo (PEREZ E SANTOS, 2019).

A consolidação da esfera pública traz consigo novas demandas em termos de organização social. Ainda assim pode ser observado um distanciamento entre o ideal da esfera pública inclusiva a todos os sujeitos e a realidade vivida por diferentes grupos. Esses espaços sociais de representação pública, representando a esfera pública,

devem propiciar a intermediação entre esfera política e as comunidades, onde se realizam os principais debates em torno das necessidades públicas e busca-se tomar decisões tendo em conta o interesse comum. Nesse sentido, é preciso pensar caminhos e mecanismos capazes de incluir o sujeito único e singular (AVRITZER E COSTA, 2004). Defendemos que uma maneira de aprimorar essa relação é ir além dos espaços e procedimentos formais. Estimular outras maneiras de aproximação das comunidades amplia a noção de controle social e contribui com o processo de conquista da legitimidade da política de recursos hídricos.

3.2 GESTÃO PARTICIPATIVA NAS ÁGUAS

No Brasil, durante a maior parte do século XX, a gestão ambiental e a das águas foi centralizada e setorial. Foi nas últimas décadas que surgiram iniciativas onde resultaram em mudanças na legislação e na organização institucional, incluindo a participação social na formulação e execução dessas políticas. Em relação às políticas ambientais, a Lei nº 6.938/1981 institui a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e criou um espaço de gestão colegiada e participativa: o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA ao qual compete, entre outras atribuições, “estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente hídricos” (BRASIL, 1981). A resolução CONAMA nº 20/1986 foi o instrumento legal utilizado por muito tempo para disciplinar a dinâmica de utilização das águas.

Com a instituição da Lei nº 6.938/1981, e mais tarde a promulgação da CF/1988, a gestão das águas no Brasil teve grandes alterações visando a modernização do processo e a inclusão da participação da sociedade. Finalmente, em 1997, a Lei nº 9.433 institui a PNRH, regulando a gestão dos recursos hídricos no país e proporcionando uma gestão descentralizada, integrada e participativa que se materializa através dos CBHs. Importante mencionar que, mesmo antes da chamada Lei das águas, alguns Estados passaram a instituir suas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (ANA, 2011).

A lei federal nº 9.433/97 apresenta um tratamento diferenciado aos recursos hídricos brasileiros, entendendo que os mais aptos a administrar as águas são aqueles que se encontram mais próximos a ela. A participação social é a essência da PNRH, expresso de forma direta em seus fundamentos e diretrizes. No Capítulo I – Dos Fundamentos, o artigo 1º, nossa discussão se baseia nos incisos:

- IV – a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997, p. 1).

No inciso IV, ao determinar que a gestão hídrica deve proporcionar os usos múltiplos, nada mais é que garantir água aos diversos setores da sociedade, sendo necessário envolver as comunidades nas dinâmicas de distribuição desse recurso. No inciso V, aponta a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da PNRH e atuação do SINGREH, retirando o olhar aos limites territoriais administrativos. No entanto, a interpretação da bacia hidrográfica como unidade de gestão deve incorporar o poder de tomada de decisão descentralizado e harmonizar o conceito de unidade. Ou seja, os elementos fisiográficos não são os únicos a serem considerados, é preciso introduzir as características regionais, sociais, políticas e econômica, estabelecendo uma nova configuração à administração pública. O inciso VI indica que a participação deve ocorrer não só nas diferentes esferas, mas sim de forma mais inclusiva, estendida aos usuários e as comunidades.

No Capítulo III, destacamos as Diretrizes Gerais de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em seu artigo 3º, especialmente nos incisos II, IV e V:

- II – a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;
- IV – a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;
- V – a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo; (BRASIL, 1997, p. 2).

O inciso II incorpora a representação de atores sociais locais através do aspecto participativo, incluindo as diversidades, apresentado abertura a adequações na gestão para ser tornar aplicável a qualquer território, entendendo suas características próprias. O planejamento referido no inciso IV, apresenta o desafio de buscar compatibilizar as vontades e projetos individuais legítimos. O envolvimento indispensável da representação das administrações municipais é garantido no inciso V, quando expressa a articulação dos recursos hídricos com o uso do solo, envolvendo a participação local.

Analisando a perspectiva legal, observamos que a participação confere feição a prática do gerenciamento setorial hídrico, apresentando modelos de maior ou menor intensidade de participação para a tomada de decisão. Lanna (1995) aponta a participação como “responsável” pela qualidade e estruturação das IPs, desde as relações entre os interatuantes, ao sistema como um todo e os resultados de seus produtos, inclusive instrumentos ditos técnicos, como plano de recursos hídricos e o enquadramento. Decisões técnicas não podem ser exclusivas, o debate precisa contemplar as relações sociais, exigindo considerações políticas. Essa dualidade é a sinergia esperada para reconhecer legitimamente a esses instrumentos através da validade em meio a sociedade. Particularmente são as instâncias colegiadas a base da participação social, em especial os CBHs por representarem uma maior proximidade das comunidades do território de gestão (LANNA, 1995).

Entre as atribuições legais de natureza deliberativa dos CBHs brasileiros, segundo o artigo 38 da Lei nº 9.433/1997, estão: arbitrar em primeira instância administrativa conflitos pelo uso da água; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica (PRH) e enquadramento, que devem contar com ampla participação social em sua elaboração e aprovação; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos; estabelecer critérios e promover o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. De natureza propositiva estão: acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao conselho de recursos hídricos competente; escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d’água; sugerir os valores a serem cobrados pelo

uso da água. E de natureza consultiva: Promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades participantes.

Podemos dizer que para os CBHs a gestão participativa é o seu grande propósito, “quanto mais as suas posições representem a vontade dos que o elegeram, maior será a força, a legitimidade e o reconhecimento daquele colegiado para influenciar no gerenciamento dos recursos hídricos” (ANA, 2011 p. 40). Ao envolver a sociedade é conferido pluralismo da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, ampliando a probabilidade da tomada de decisões assertivas para problemas que as afetam diretamente. Com isso reordena a lógica do poder tradicional através de uma cultura política descentralizada e participativa, apropriando-a um papel mais ativo as comunidades (OCDE, 2015).

Assim como as experiências participativas nas políticas públicas no Brasil demandam de avaliação de seus resultados e impactos (TATAGIBA, 2003; IPEA, 2010, 2013; OCDE, 2015; ANA, 2017), na gestão dos recursos hídricos ainda existem diversas lacunas, principalmente ao que se refere as atribuições legais dos comitês. Destacamos como principais à baixa implementação dos planos de recursos hídricos, a falta de articulação entre as instâncias e a dificuldade dos comitês em construir consenso para orientar a tomada de decisões (ANA, 2017; OCDE, 2015).

O ponto que merece atenção neste estudo é na maneira habitual em que ocorre a interação dos CBHs com a comunidade: principalmente por reuniões e palestras baseadas em modelos formais e técnicos, com raras conexões com a realidade do dia a dia. A utilização apenas desse modelo de interação reforça as assimetrias de conhecimentos técnicos-científicos e de capacidade argumentativa, dificultando a participação da comunidade que é a peça fundamental para legitimar os processos decisórios. Em consequência disso, os grupos populares não se envolvem no processo de gestão ou, quando se inserem nesses ambientes enviam justamente os membros com maior nível de educação. O que reforça a não-inclusão política e social e a carência de outras possibilidades e linguagens (ABERS et. al., 2009; JACOBI, 2010).

Outro desafio de mobilização deve-se às dificuldades de identificação com o território da bacia hidrográfica, unidade de gestão da PNRH e de atuação do SINGREH. Os limites da bacia hidrográfica não coincidem com os das tradicionais divisões administrativas e institucionais, sociais e culturais. Caberia também aos CBHs promover a “construção simbólica da bacia”, facilitando que as comunidades pudessem se reconhecer e se identificar como pertencente à mesma (CARDOSO, 2003; BRADFORD et al., 2016). Também é necessário o fomento de uma “cultura da água”, de forma que as práticas culturais e relações sociais das comunidades estimulem que o máximo de pessoas se sintam parte integrante da gestão de recursos hídricos (CAMPOS, 2004). Na mesma linha, Toro e Werneck (1997), apontam que participar ou não de processos de mobilização é uma escolha individual e que “essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de convocar e construir mudanças” (TORO; WERNECK, 1997, p. 5). Ou seja, quanto maior for o envolvimento do comitê, seja como promotor ou apoiador em atividades e projetos que facilitem informações e estimulem o sentimento, a responsabilidade individual e coletiva para um determinado problema, maiores serão as chances concretas de surgirem lideranças, de mais organizações se apresentarem para participar. Maior presença do comitê de bacia, significa maior visibilidade, maior legitimidade diante da sociedade (SORENSE; TORFING, 2017). Um comitê com o apoio da comunidade significa também um comitê mais forte diante das ingerências políticas ou econômicas.

As bacias hidrográficas são ambientes naturais complexos, compostas por sistemas hidrológicos, geomorfológicos e ecológicos que desempenham funções vitais. Porém não estão ligadas apenas a manutenção da vida, analisando caminhos desde o início dos tempos, não existe como desvincular a vida da água, a percepção vai muito além. Todos nós possuímos vínculos e sentimentos com a água, ela conecta cidades, vilarejos, pessoas, comunidades, pensamentos, costumes, cultura, criam sentimentos. O sentimento veio antes da institucionalização de um grupos, antes da discursão de leis, códigos e regras, é ele que move para ação, só precisa apenas ser despertado. Nesse sentido Rabelo (2002, p. 43) sugere: mais importante que disponibilizar a informação é investir na geração de identidade, o sentimento com o território, “(...) são os sentidos que movem. E é desse movimento pessoal e coletivo que virão alternativas tão

urgentes”. Aparentemente, alguns comitês de bacia, como o do São Francisco já conseguiram avançar nesse sentido.

4 METODOLOGIA

A natureza do método científico que melhor auxilia essa investigação é a pesquisa qualitativa, devido ao fato de se esforçar para explorar as interações do dia a dia, os significados que as pessoas atribuem, seguindo um processo dinâmico e altamente intuitivo de análise de dados (MERRIAM, 1998).

Minayo (2002, p. 17) reflete que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Nesse sentido, o ciclo da pesquisa se baseia na utilização de uma linguagem estabelecida em conceitos, proposições, métodos e técnicas, representando um processo em espiral, onde inicia com um questionamento e conclui com um resultado provisório, podendo originar novas perguntas (MINAYO, 2002).

Segundo Minayo (2002), o ciclo da pesquisa se divide em três momentos, iniciando na fase exploratória, em que ocorrem os questionamentos pertinentes ao objeto, aos pressupostos, às teorias, à metodologia apropriada e às particularidades operacionais necessárias. Em seguida é estabelecido o trabalho de campo, que se baseia na aplicação do que foi elaborado teoricamente, utilizando combinações de variadas técnicas de coleta de dados. E por fim o momento de tratamento do material recolhido na fase do trabalho de campo, onde será produzido o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aponta como contribuição (MINAYO, 2002).

Ao que se refere à utilização dos dados, caracterizamos este trabalho como uma pesquisa aplicada, por possuir ênfase na solução de questões locais, buscando gerar conhecimento para aplicação prática dirigida. Referente aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema,

envolvendo levantamento bibliográfico e interação com pessoas experientes no problema pesquisado.

Este estudo pretende ajudar a construção das propostas a serem implementadas pelo CBH Rio Itapemirim, visando a aproximação das comunidades para além dos formatos tradicionais comumente utilizados, como reuniões e palestras técnicas. A construção destas propostas terá a participação dos membros do CBH e acontecerá em encontros conduzidos pela pesquisadora – nesse sentido esta etapa do trabalho aproxima-se do conceito de pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011). Antes, porém, na fase de levantamento de dados, o estudo vai identificar as principais lacunas na relação entre os CBHs e as comunidades nas IPs e, ainda, as chamadas “boas práticas” de quatro comitês de grande destaque no Brasil. A organização dessas boas práticas e as dificuldades dos CBHs em geral e do CBH Rio Itapemirim em particular em relação à mobilização das comunidades, servirá como base para a construção das estratégias.

O trabalho parte de um levantamento bibliográfico e documental sobre gestão participativa, no contexto geral do Brasil, para as particularidades da gestão das águas, centrando nas principais dificuldades encontradas pelas IPs em especial os CBHs em estreitar a relação com suas comunidades. A revisão da literatura está baseada nos autores das Ciências Sociais que tem tratado do tema da gestão participativa em geral e dos recursos hídricos em particular. Recorreremos a artigos, livros, dissertações e teses, pesquisados de forma prioritária no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Google Scholar e Science Direct. Também recorreremos aos documentos técnicos e normativas da legislação brasileira como referências para a elaboração das premissas da relação entre CBHs e comunidades. O levantamento das chamadas “boas práticas” em quatro CBHs brasileiros, compreendeu informações relativas ao período de 2016 a 2019 seguindo o mesmo horizonte de tempo de análise do comitê de aplicação de estudo, o CBH Rio Itapemirim. Compreendemos que, em termos de conjuntura política econômica nacional, a coincidência do período de levantamento de dados vai evidenciar questões comuns ao mesmo tempo que aponta recursos e iniciativas singulares de cada comitê e seus territórios. Em resumo, algumas das principais fontes levantadas até o momento sobre os eixos apontados foram:

- Gestão participativa no Brasil: Avritzer (2008), IPEA (2010, 2012 e 2013), Reigota (1991), Rocha (2011), Silva (2009), Totti e Balsa (2018);
- Desafios da qualidade da participação: Avritzer e Costa (2004), Campos (2004), IPEA (2012), OCDE (2015);
- Gestão participativa das águas: ANA (2011), Machado (2003), OCDE (2015), Rabelo, Teixeira e Espluga (2003);
- Desafios na relação entre CBHs e comunidade: Abers et. Al. (2009), Campos (2004), Jacobi (2010), Jacobi e Fracalanza (2005), Leal (2011), Rabelo (2002, 2003 e 2012), Toro e Werneck (1997), Totti e Balsa (2018);
- Legislações e documentos oficiais: Leis Federais nº 6.938/1981, CF/1988 e 9.433/1997; Decretos Federais nº 9759/2019 e 9.806/2019; ANA (2011 e 2017); sítio eletrônico da ANA e AGERH; Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II (1996);

4.1 DESENVOLVIMENTO

Considerando o exposto, este trabalho pode ser dividido em duas etapas: a primeira com a realização de um estudo qualitativo, levantamento, análise e categorização das informações coletadas; a segunda que consistiu na apresentação, discussão do conteúdo para construção coletiva de um plano de ação junto ao CBH Rio Itapemirim que visa aproximar as comunidades de seu território da gestão hídrica.

4.1.1 Primeira etapa – Pesquisa bibliográfica, documental e categorização

Para o levantamento das “boas práticas”, os documentos referentes aos comitês em estudo foram levantados nos sites institucionais dos CBHs durante o período de janeiro a junho de 2020: São Francisco – relatórios de atividades anuais, notícias, informativos, revistas e PRH (<https://cbhsaofrancisco.org.br/>); Velhas – relatórios de atividades anuais, notícias, informativos, revistas e PRH (<https://cbhvelhas.org.br/>); PCJ – relatórios de atividades anuais, notícias, informativos, atas da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) e PRH (<https://www.comitespcj.org.br/>); Sinos – relatórios de atividades anuais, relatórios execução de projetos e atividades individual, notícias e PRH (<http://www.comitesinos.com.br/>). Para as informações sobre o CBH Rio Itapemirim, os relatórios de atividades anuais e atas de reuniões plenárias foram solicitados por e-mail a secretaria executiva, o PRH foi levantado no site da Agência

Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (AGERH) (<https://agerh.es.gov.br/>) durante o período de fevereiro de 2020. No total foram consultados:

- 05 PRH: 1 CBH São Francisco, 01 CBH PCJ, 01 CBH Rio das Velhas, 01 CBH Rio dos Sinos, 01 CBH Rio Itapemirim;
- 20 relatórios anuais de atividades/gestão: 4 do CBH Rio São Francisco, 4 do CBH Rios PCJ, 4 do CBH Rio dos Sinos, 4 do CBH Rio das Velhas e 4 do CBH Rio Itapemirim;
- 56 relatórios individuais de atividades: 41 do CBH Rio São Francisco; 8 Relatórios do CBH PCJ e 7 do CBH Rio dos Sinos;
- 47 atas: 24 Atas do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GT-EA, do CBH PCJ e 23 Atas de Reuniões Plenárias do CBH Rio Itapemirim;
- 68 publicações 2019 – 45 Publicações do CBH Rio São Francisco: 1 manual de E.A. “Vire Carranca”, 32 revistas “Travessia”, 6 revistas “Chico”, 6 jornais CBHSF; 23 Publicações do CBH Rio das Velhas: 15 boletins informativos, 8 revistas “Rio das Velas”;
- 510 páginas de notícias– 353 páginas de notícias do CBH Rio São Francisco: 126 páginas do ano de 2016, 50 páginas do ano de 2017, 92 páginas do ano de 2018, 85 páginas do ano de 2019; 147 páginas de notícias do CBH Rio das Velhas: 35 páginas do ano de 2016, 32 páginas do ano de 2017, 39 páginas do ano de 2018, 41 páginas do ano de 2019; 10 páginas de notícias do CBH Rio dos Sinos: 2 páginas do ano de 2016, 2 páginas do ano de 2017, 2 páginas do ano de 2018, 4 páginas do ano de 2019.

Para a classificação das atividades levantadas, criamos três categorias segundo as suas principais finalidades: Atividades, públicos e nível (Figura 01).

CLASSIFICAÇÃO EM CATEGORIAS:



Figura 01 – Classificação das atividades dos CBHs em categorias.
Fonte: Autora (2021).

CATEGORIA ATIVIDADES – Considera os diferentes tipos, características e objetivos das atividades e pode ser subdividida em:

- I. Formais e técnicas: têm como objetivo principal discutir e decidir sobre questões técnicas/políticas. Os principais formatos são: reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, reuniões da diretoria executiva, reuniões das câmaras técnicas, reuniões dos grupos de trabalho e outros;
- II. Educação e ensino: atividades cuja principal finalidade é agregar conhecimento e informações aos participantes. Os principais formatos são: seminários, capacitação/treinamentos, simpósios, palestras, oficinas, congressos, dias de campo, atividades lúdicas, artísticas, esportivas e outros;
- III. Culturais e recreativas: são atividades cujo principal objetivo é promover a sensibilização, confraternização, interação e mobilização e torno dos recursos hídricos. Podem ter variados formatos como as exposições de quadros, fotografias, vídeos, concursos diversos, poesia, dança, cultos/celebrações, shows, peças de teatro, passeatas, plantios de árvores, caminhadas ecológicas, mutirões de limpeza, entre outros.

CATEGORIA PÚBLICOS – Considera os diferentes tipos públicos, e pode ser subdividida em:

- I. Escolar: Estudantes da faixa etária entre 3 a 18 anos aproximadamente, das redes de ensino público e particular
- II. Acadêmicos: Estudantes e pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior públicas e particulares;

- III. Grupos tradicionais: Grupos e comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, agricultura familiar e outros;
- IV. Organizações parceiras do CBH: Membros titulares e suplentes do comitê, instituições representadas no CBH e as instituições com relação direta com a gestão das águas: incluindo as prefeituras municipais da bacia e seus respectivos servidores;
- V. Público geral: Contempla também outros públicos, com características amplas e dispersas.

CATEGORIA COMUNICAÇÃO – Utilizamos a classificação dos três níveis de comunicação na mobilização propostos por Toro e Werneck (1997)⁵:

- I. Micro comunicação: É caracterizada como uma comunicação pessoal direta, atribuindo sentido a participação individual, como contatos diretos, telefonemas, visitas etc.
- II. Macro comunicação: Possui como característica a comunicação dirigida a grupos específicos, com similaridades entre eles, como reuniões, palestras, festas, concursos etc.
- III. Comunicação em Massa: Possui como característica dar publicidade ao tema ao maior número de pessoas possíveis, como tv, site, rádio etc.

O levantamento e seleção das atividades não considerou os resultados finais de cada uma delas – ou seja, se tiveram ou não sucesso. Nosso interesse é sobretudo no “movimento”, na “intenção” proposta. Entendemos também que as subcategorias interagem entre si, como por exemplo: a relação de atividade de educação e ensino, que podem ser formais e técnicas, mas de certa forma também podem inserir contextos artísticos, culturais em seus ritos. Identificar essas relações possibilita caminhos alternativos para construção das estratégias a serem aplicadas...

⁵ A classificação dos três níveis de comunicação/mobilização propostas por TORO e WERNECK (1997) tem ajudado nas análises de diferentes processos mobilizatórios, dos quais destacamos RABELO (2003) e FERNANDES (2019).

4.1.2 Segunda etapa – Planejamento e aplicação das oficinas participativas

Para a segunda etapa da pesquisa – construção coletiva do plano de ação, utilizamos como método a pesquisa-ação. Entre as inúmeras definições, adotamos a de Thiollent (2011, p. 14): “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. A opção por essa metodologia é apropriada para gerar envolvimento do “objeto” da pesquisa na produção do conhecimento, de forma democrática, promovendo a autorreflexão. O objeto de estudo é o comitê, composto por pessoas repletas de saberes e vivências, certamente emergirão com maior facilidade em experiências grupais. A técnica permite dar voz a esses sujeitos, gerando uma corresponsabilização, ampliando assim as chances de aplicação dos resultados.

O método pesquisa-ação possui doze fases que se inter-relacionam, sendo elas: I) Fase exploratória – fase de exploração do campo da pesquisa; II) Tema da pesquisa – elaboração simples e de interesse dos participantes; III) Colocação dos problemas – problemas que se pretende resolver; IV) O lugar da teoria – fornece sustentação e deve ser de entendimento do grupo; V) Hipóteses – suposição formulada pelo pesquisador; VI) Seminário – principal técnica de coleta de dados, centralizando todas as informações e discutindo com o grupo; VII) Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa – abrangência geográfica do estudo; VIII) Coleta de dados – podendo ser efetuado de diversas formas centradas no seminário; IX) Aprendizagem – tanto pesquisador como participantes aprendem ao investigar e discutir suas ações; X) Saber formal/saber informal – estabelecimento dos entendimentos e contribuições mutuas; XI) Plano de ação: deve se concretizar em uma ação planejada entre pesquisador e participantes, concretizando a ação que precisa ser realizada para obtenção da solução de um problema existente; XII) Divulgação externa: apresentação dos resultados ao grupo participante e posterior divulgação externa (THIOLLENT, 2011).

Em um cenário ideal, os encontros ocorreriam presencialmente, para gerar maior envolvimento com o grupo. Mas, enquanto perdura o isolamento social devido a

pandemia instaurada por conta do COVID-19, os encontros foram conduzidos por intermédio da plataforma digital gratuita Google Meet, já utilizada habitualmente por todos os integrantes do comitê. As principais vantagens da utilização de plataformas digitais estão na redução de custos e na possibilidade de ampliar o número de pessoas por permitir a participação de respondentes espalhados geograficamente. Contudo perde-se a oportunidade de tirar proveito face-a-face, ainda que a ferramenta a ser utilizada permita a transmissão por vídeo, áudio e considerações pelo próprio chat. O digital apresenta como principal desvantagem limitar as expressões e gestos dos participantes, as relações não-verbais da discussão.

Os dados e resultados são produzidos durante a realização dos seminários, sendo essencial o envolvimento e participação do grupo. A aplicação não pode ser realizada em apenas uma fase devido a finalidade do método ser uma ação para mudança que transforma a realidade do sujeito (SOMER E AMICK, 2003). Importante destacar que a diretoria do CBH Rio Itapemirim teve ciência do estudo, sendo citado nos informes durante a 6ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de junho de 2020. O grupo demonstrou interesse e sinalizou como tema de importante relevância, facilitando assim a aproximação para realização do convite de participação voluntária.

Diante as ponderações realizadas, a aplicação no formato digital será mais proveitosa. A metodologia foi pensada para que sua própria aplicação fosse diferenciada dos formatos tradicionais, como propusemos no próprio estudo aos comitês. Não iremos só elaborar um plano, mas despertar um movimento e atrair o interesse dos envolvidos para posterior aplicação. Optou-se por planejar as oficinas de acordo com as decisões do grupo, a pesquisadora apresentaria uma base inicial para potencializar a construção com o coletivo. As oficinas foram caracterizadas como pluridimensionais, criativas e coletivas, desafiando o modo de trabalhar tradicional e inflexível (CORCIONE, 2004).

A estratégia utilizada para aproximar os participantes do assunto, iniciar as discursões e alcançar uma construção participativa foi dividida em 5 (cinco) momentos: do planejamento a aprovação do plano, denominados aqui como “da cabeceira a foz”.

1º MOMENTO – CABECEIRA: O momento cabeceira se constitui basicamente em ações de planejamento das oficinas em conjunto com a diretoria do comitê, definição dos participantes, criação de um grupo no WhatsApp, mobilização e aquecimento com os participantes através do desenvolvimento da temática por meio de textos, vídeos, áudios e presença nos meios digitais do comitê.

2º MOMENTO – NASCENTE: Neste momento o grupo geral é dividido em 3 (três) subgrupos e ocorre a aplicação da primeira oficina. Os primeiros momentos da oficina são de interação livre denominada “café com prosa digital”, já que habitualmente nas reuniões presenciais iniciamos com um café. Após o momento inicial ocorre a apresentação e a definição das regras de convivência, permitindo que seja um espaço de diálogo organizado. Em seguida se introduz a dinâmica inicial com a realização de uma pergunta reflexiva, abrindo para a fala individual dos participantes sobre: Quais são os principais desafios que o CBH Rio Itapemirim enfrenta no momento para propiciar a aproximação com suas comunidades? O próximo passo é de escolha do nome do grupo com um nome popular utilizado para denominar as nascentes. A intenção aqui é despertar a curiosidade aos nomes populares e de dar maior liberdade aos participantes em apresentar suas intenções, mantendo a descrição dos nomes individuais dos resultados parciais obtidos. Em seguida é feita a apresentação de forma interativa das atividades gerais levantadas no estudo. Para nortear a discussão, todas as atividades levantadas foram resumidas em itens similares, facilitando a visualização pelos participantes e dando liberdade da inserção de outras atividades que julgassem necessárias, tendo em vista as experiências individuais, as particularidades locais e operacionais já discutidas. Por fim o grupo elege um representante para apresentar o quadro com as atividades no 3º momento – afluente.

3º MOMENTO – AFLUENTE: Aplicação da 2ª oficina participativa. O objetivo de escolha do termo afluente foi por derivar do termo fluir, utilização técnica para categorizar um rio tributário que desagua no rio principal. Esse momento é aberto a todos os membros do CBH Rio Itapemirim e interessados, ocorrendo a apresentação dos resultados das atividades definidas pelos 3 (três) grupos nas oficinas do momento nascente. É aberto a discussão para seleção final das atividades do plano de ação, construção da estrutura final do plano e envio do arquivo previamente aos membros do

comitê para análise e contribuições antes do momento rio principal. A pesquisadora disponibilizará uma estrutura com um esqueleto base para agilizar e facilitar o processo, realizando em conjunto o preenchimento e acréscimo de informações para construção final. Para cada atividade definida constará uma descrição geral, território de aplicação, classificação das atividades de acordo com as categorias do estudo e por fim um cronograma de ações dividido em dois principais formatos: atividades contínuas – realizadas durante todo o ano; e atividades periódicas – campanhas pontuais de ações em períodos comemorativos.

4º MOMENTO – RIO PRINCIPAL: Construído o plano de ação, será disponibilizado a diretoria em formato digital para envio e apreciação dos 24 membros do CBH Rio Itapemirim, distribuídos entre titulares e suplentes. Nessa fase a diretoria irá definir o período de contribuições dos membros e posterior apresentação em reunião plenária. Quantas vezes forem preciso o plano será discutido e adequado, tendo como prazo final a última reunião do ano de 2021 para submissão à aprovação.

5º MOMENTO – EM DIREÇÃO A FOZ: Após a apreciação da plenária do comitê, o plano é submetido à aprovação para aplicação nos anos de 2022 e 2023. A previsão será a aplicação de 3 (três) oficinas prévias e 1 (uma) oficina de construção final, utilizando como base dois roteiros (APÊNDICE A; APÊNDICE B). Os roteiros foram produzidos pela pesquisadora e diretoria do comitê objetivando organizar as dinâmicas e contemplar tudo o que precisaria ser desenvolvido, facilitando a esquematização das construções dos grupos. Será solicitado a autorização dos participantes para gravação das oficinas, auxiliando a participação da pesquisadora no processo. As gravações não serão reproduzidas, e serão descartadas após a defesa dessa dissertação, o intuito é manter a liberdade dos participantes em expressar suas opiniões sem diferenciações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIROS ESTUDADOS

Buscamos entender o contexto geral histórico das bacias hidrográficas e dos comitês de estudo, apontando particularidades, similaridades entre eles e selecionando as atividades inovadoras com formatos diferenciados dos tradicionais no período de 2016 a 2019.

Foram selecionados quatro CBHs brasileiros como referência de boas práticas ao que diz respeito as atividades para além dos formatos tradicionais, que visam aproximar as comunidades da gestão das águas. Os critérios principais utilizados para seleção dos quatro comitês tiveram como base a literatura e exemplos propostos pela própria ANA (2011). Dos comitês selecionados temos: CBH Rio São Francisco, CBH Rio das Velhas, CBH Rio dos Sinos e CBH dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ. Suas atividades subsidiaram a construção coletiva de um plano de ação para um CBH Rio Itapemirim do Estado do Espírito Santo.

Quanto a dominialidade da água, classificamos as bacias estudadas conforme a CF/88, que divide entre a União e os Estados. Em seu artigo 20, inciso III indica que são bens da União:

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; (BRASIL, 1988, p. 29).

E em seu artigo 26, inciso I, incluem-se entre os bens dos Estados: “As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da união” (BRASIL, 1988, p.34). Vale ressaltar que os governos estaduais têm exercido competência administrativa nos rios que têm foz e nascente em seu território, mesmo quando esses rios desembocam em outros rios que fluem em direção a outros estados. Também existem casos específicos que a dominialidade das águas é decidida de forma estratégia para facilitar o processo de gestão.

As bacias do rio São Francisco e PCJ são classificadas como de domínio da União, já as bacias hidrográficas do Sinos e das Velhas possuem dominialidade estadual. A bacia hidrográfica do Rio Itapemirim possui uma particularidade, se considerarmos o limite territorial, ela pode ser classificada como uma bacia de domínio da União. Contudo a porção territorial da bacia localizada no Estado de Minas Gerais é mínima e com um percentual populacional pouco significativo. Para fins de facilitar o processo de gestão, a bacia foi classificada pela ANA com domínio do Estado do Espírito Santo. Na figura 02, podemos observar a distribuição das bacias hidrográficas em estudo no território brasileiro.

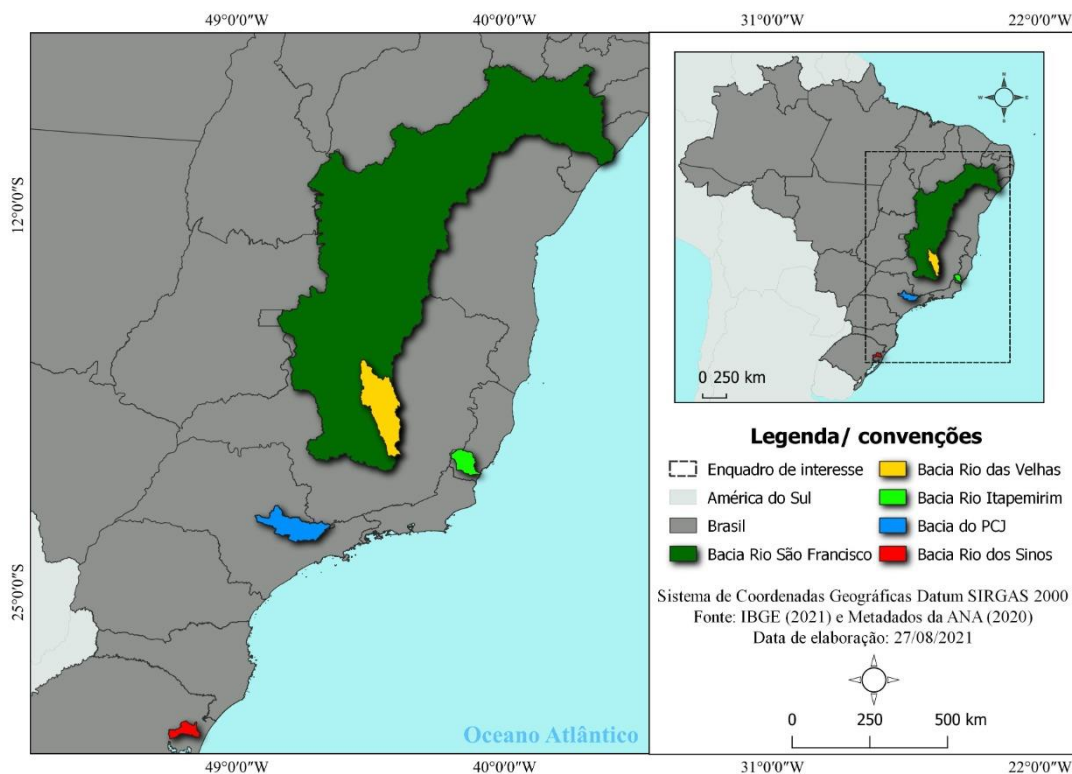


Figura 02 - Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios São Francisco, das Velhas, PCJ, Sinos e Itapemirim.

Fonte: Elaborado por Prazeres⁶, 2021.

Muitas particularidades regionais foram observadas entre as bacias selecionadas para o estudo, o que as tornam unidades representativas da diversidade de territórios e processos de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Desta maneira, fortalece a afirmação da possibilidade de replicação do estudo em outros territórios.

⁶ O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

5.1.1 Delimitação e Caracterização das Bacias Hidrográficas

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Quando se pensa em Rio São Francisco, de imediato vem seu apelido, chamado pelos sertanejos de Velho Chico, calcado por significados históricos, culturais, econômicos e políticos. Um gigante que percorre aproximadamente 2.800 km, do sudeste ao nordeste desaguardo no mar. Por seu leito surgem inúmeras lendas, a história mitológica original de seu surgimento é dos antigos guerreiros indígenas. Ao partirem para guerra rumo ao norte, os índios eram tantos que seus passos abriram um enorme sulco de terra pelo caminho. Entre eles havia uma índia chamada Iati, com a morte de seu marido pela guerra, suas lágrimas foram derramadas no Chapadão⁷. Eram tantas lágrimas que formaram uma grande queda de água, desaguardo no mar, originando o Rio hoje denominado São Francisco, batizado pelos ancestrais indígenas como Rio Opará, que quer dizer “Rio Mar”. A história oficial mostra que em 1501, uma expedição portuguesa coordenada por André Gonçalves e Américo Vespúcio, que descia a costa brasileira desde o cabo de São Roque, chegou à foz do Opará, recebendo naquele dia seu atual nome em homenagem ao dia de São Francisco (CODEVASF, 2007).

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco possui um território de aproximadamente 640.000km², correspondendo 7,5% do território brasileiro, sua principal nascente está localizada na Serra da Canastra. Na figura 03 conseguimos observar a localização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco no território brasileiro. Suas águas serpenteiam por cinco estados, seguindo um contrafluxo no sentido Sul-Norte de Minas Gerais até a Bahia e Pernambuco. Muda de direção até os estados de Alagoas e Sergipe, modificando mais uma vez seu curso em direção ao Oceano Atlântico. Esse gigante Rio brasileiro banha quinhentos e sete municípios, onde vivem aproximadamente 13 milhões de pessoas (CBHSF, 2015).

O Rio São Francisco, pode-se dizer, é um milagre da natureza, pois faz o capricho de correr ao contrário e se estende do Sul, mais baixo, para o Norte, mais alto, devido à falha geológica denominada “depressão sanfranciscana”. Isto a torna muito vulnerável, pois a pequena declividade (em média 7,4 cm por km) na maior parte de sua extensão, justamente a que recebe poucos

⁷ Chapadão Diamante na Serra da Canastra, sudoeste mineiro, região onde está localizada a principal nascente do rio São Francisco (CODEVASF, 2007).

afluentes, favorece o desbarrancamento e o assoreamento (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007, p. 09).

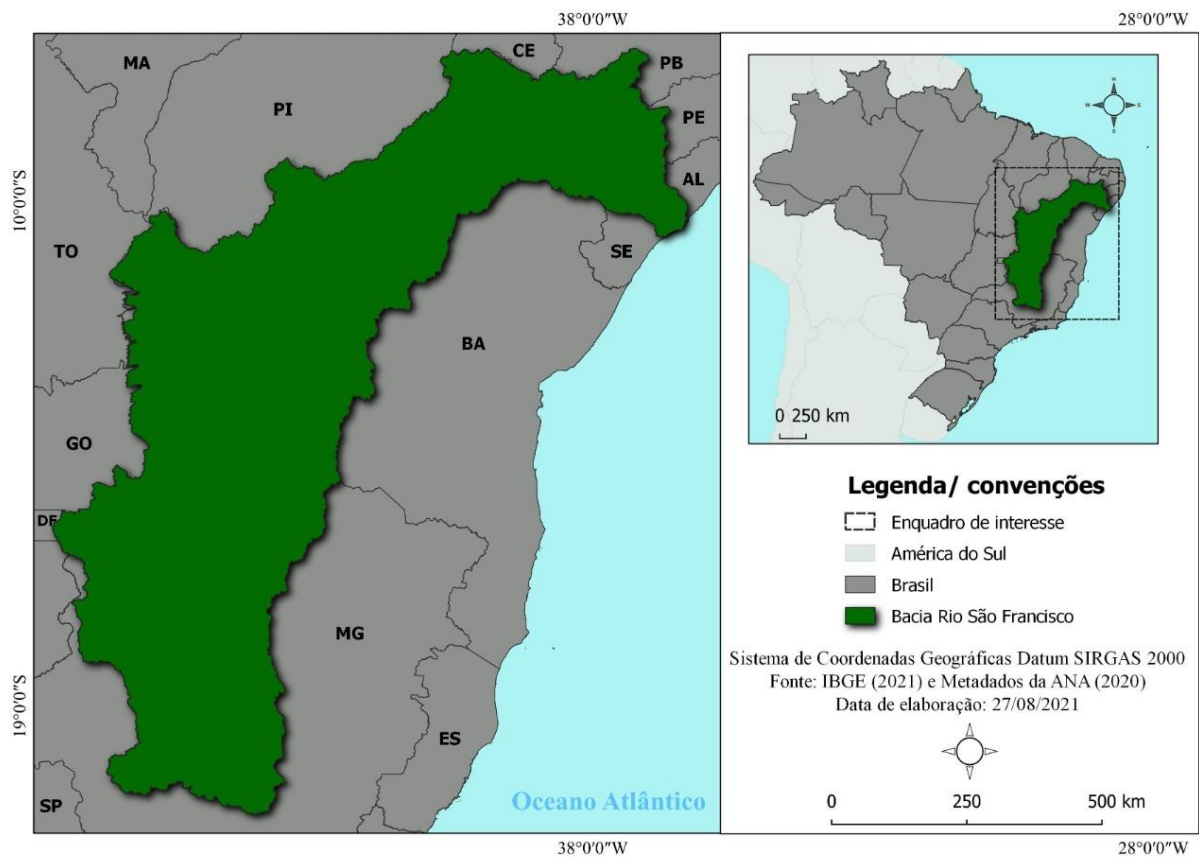


Figura 03 - Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio São Francisco.
 Fonte: Elaborado por Prazeres⁸, 2021.

De acordo com a definição no Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2015), a bacia possui 34 sub-bacias hidrográficas que foram divididas em quatro unidades de estudo e planejamento, descrito no quadro 01.

Unidades de Planejamento	(%) População distribuída na bacia	Região	Sub-bacias
Alto São Francisco	50%	Região da nascente do rio principal na serra da canastra-MG, e a confluência com o rio Jequitibá.	Afluentes mineiros do Alto São Francisco; Rio Pará; Rio Paraopeba; Entorno da Reserva Três Marias; Rio das Velhas; Rio de Janeiro e Formoso; Rio Jequitaiá.

⁸ O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

Médio São Francisco	24%	Confluência com o rio Jequitaiá à barragem de Sobradinho.	Alto Rio Preto; Rio Paracatu; Rio Pacuí; Rio Urucuia; Rio Verde Grande; Rios Pandeiros, Pardo e Manga; Rio Carinhanha; Rio Corrente; Alto Rio Grande; Médio e Baixo Rio Grande; Rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro; Rios Verde e Jacaré; Margem esquerda do Lago Sobradinho.
Submédio São Francisco	16%	Estende-se da barragem de Sobradinho até a barragem de Xingó.	Rio Salitre; Rio Pontal; Rio Garça; Rio Curaçá; Rio Brígida; Rio Terra Nova; Rio Macururé; Rio Pajéu; Rio Moxotó; Rio Curituba; Riacho Seco.
Baixo São Francisco	10%	Jusante do rio Xingó até a foz no oceano Atlântico.	Alto Rio Ipanema; Baixo Ipanema e Baixo São Francisco; Baixo São Francisco em Sergipe.

Quadro 01 – Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio São Francisco.

Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações recolhidas no Plano de Recurso Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Diagnóstico Consolidado – RP2 (2015).

Rio que transborda riquezas, mantém a vida de milhares de pessoas, vários biomas e espécies, considerado um Rio cultural e marcado por inúmeros usos da água e conflitos. Com exceção da porção que percorre o Parque Nacional da Serra da Canastra, em diversos outros pontos o Rio sofre intervenções. Como Exemplo temos a Usina Hidrelétrica Três Marias, onde a vazão do Rio passa a ser controlada no Alto São Francisco. Outro exemplo marcante que se tornou a principal alteração que modificou por completo a vazão do Rio foi a construção da Represa de Sobradinho em 1974, considerado um dos maiores lagos artificiais do mundo (ZINCLAR, 2010). O impacto ambiental causado foi retratado em uma canção composta pelo poeta da região Guttemberg Guarabyra:

Adeus, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé. Adeus, Pilão Arcado, vem o rio te engolir. Debaixo de água lá se vai a vida inteira. Por cima da cachoeira a gaiola vai, vai subir. Vai ter barragem no salto do Sobradinho, e o povo vai-se embora com medo de se afogar. O sertão vai virar mar. Dá no coração o medo que algum dia o mar também vire sertão (ZELHUBER; SIQUEIRA, 2007, p. 09).

Mesmo havendo inúmeros interesses voltados ao capital, onde a água é vista como mercadoria, a grande maioria das comunidades da bacia do Rio São Francisco possuem um sentimento construído ligado ao Rio. Existe um entendimento pela sociedade da necessidade vital deste recurso para manutenção da vida e de toda sua riqueza cultural. O Rio constitui para as pessoas que ali vivem um ser fundamental para a dinâmica cultural e social (ZINCLAR, 2010).

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

O Rio das Velhas é o maior afluente em extensão do Rio São Francisco, era conhecido pelos indígenas como Rio Uaimí. Pelos bandeirantes era conhecido como Graicuí, que em Tupi-Guarani significa “Rio das Velhas Tribos Descendentes”, batizado como Rio das Velhas (CAMARGOS, 2005).

A exploração mineral foi relevante para o processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região do Rio das Velhas, como para todo o estado de Minas Gerais. Com a chegada dos portugueses ao Brasil a procura por prata e esmeraldas, encontraram ouro e diamantes, época denominada como o ciclo do ouro. Foram grandes as interferências ao Rio das Velhas durante séculos, ocasionando desmatamentos e posterior exploração de montanhas regionais ricas em minério de ferro (CAMARGOS, 2005).

A bacia hidrográfica do Rio das Velhas possui dominialidade do estado de Minas Gerais, sua principal nascente está localizada na cachoeira de Andorinhas, município de Ouro Preto. Desagua no Rio São Francisco em barra do Guaicuí, distrito de Várzea da Palma. O território da bacia compreende uma área de 29.173km², com uma população aproximada de 4,8 milhões de habitantes, distribuída em 51 municípios (CAMARGOS, 2005). Na figura 04 conseguimos observar a localização da bacia hidrográfica do rio das Velhas no território brasileiro. De acordo com a definição no Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2005), a bacia é dividida em três Unidades de estudo e planejamento, conforme descrito no quadro 02.

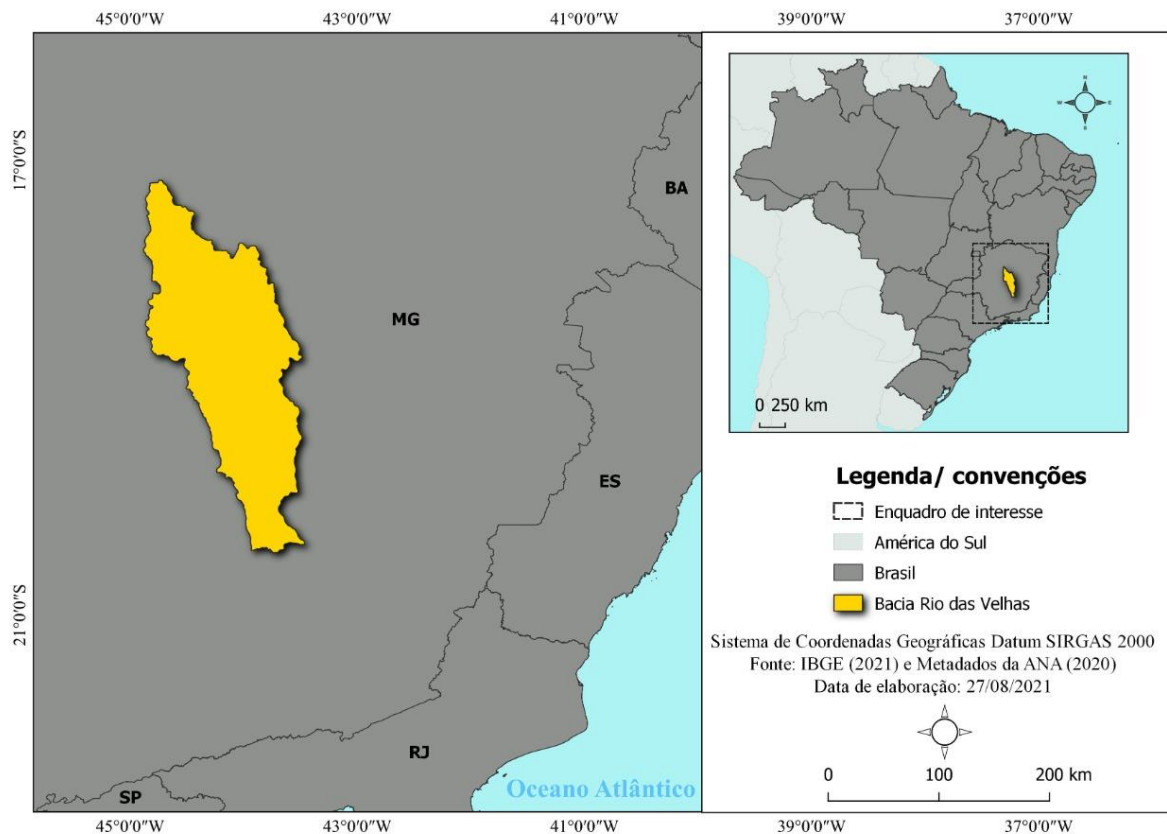


Figura 04 - Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio das Velhas.

Fonte: Elaborado por Prazeres⁹, 2021.

Unidades de Planejamento	(%) População distribuída na bacia	Região	Municípios
Alto Rio das Velhas	69,96%	Compreende a região do Quadrilátero Ferrífero ¹⁰	Belo Horizonte, Contagem, Itabirito, Nova Lima, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Sabará.
Médio Rio das Velhas	24,25%	Ao norte a linha de limite da bacia com o rio Paraúna seguindo	Araçaí, Baldim, Caeté, Capim Branco, Conceição do M. Dentro, Confins, Congonhas do Norte, Cordisburgo, Curvelo, Esmeraldas, Funilândia, Inimutaba,

⁹ O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

¹⁰ Quadrilátero Ferrífero é uma região localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais, que é a maior produtora nacional de minério de ferro. 60% de toda a produção nacional sai da região. A área correspondente a Unidade de Planejamento Alto Rio das Velhas tendo o Município de Ouro Preto como o limite sul dessa região e os Municípios de Belo Horizonte, Contagem e Sabará como limite ao norte, uma porção do Município de Caeté faz parte do alto rio das Velhas, tendo a Serra da Piedade como limite leste.

		para oeste, ao norte do córrego Salobinho, seguindo pela linha divisória dos municípios de Curvelo e Corinto.	Jaboticatubas, Jequitibá, Lagoa Santa, Matozinhos, Morro da Garça, Nova União, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Presidente Juscelino, Prudente Moraes, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, São José da Lapa, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Vespasiano.
Baixo Rio das Velhas	4,59%	Ao sul a linha divisória entre os municípios de Curvelo, Corinto, Monjolos, Gouveia e Presidente Hubitscheck, ao norte os municípios de Buenópolis, Joaquim Felício, Várzea da Palma e Pirapora.	Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Datas, Diamantina, Gouveia, Joaquim Felício, Lassance, Monjolos, Pirapora, Presidente Kubitschek, Santo Hipólito, Várzea da Palma.

Quadro 02 – Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio das Velhas

Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações recolhidas no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.

Responsável por drenar a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, a mais industrializada e densamente povoada de Minas Gerais, a bacia hidrográfica do Rio das Velhas sofre impactos existentes desde a época do Brasil colônia. Dos impactos que se agravam com o passar dos anos, destacamos como principais: a atividade mineradora na cabeceira da bacia, áreas com alto potencial mineral também possuem um alto potencial erosivo natural, ocasionando assoreamento dos corpos hídricos; a poluição por despejos de efluentes não tratados; o desmatamento da vegetação de Áreas de Preservação Permanente – APP; a construção de barragens para o aproveitamento hidrelétrico e acumulação para o consumo humano que altera o regime natural das vazões; a introdução de espécies exóticas; e a captação de água para consumo e irrigação de forma irregular (PROJETO ÁGUAS DE MINAS, 2006).

A região conta com inúmeras iniciativas sociais de grupos e comunidades da bacia que mobilizam comunidade, oportunizam informação dos impactos existentes,

buscando formas de mitigá-los. O principal exemplo é o “Projeto Manuelzão”¹¹, revolucionário na ideologia e científico em sua ação, trouxe as comunidades para a realidade do problema e para ação por alternativas, dialogando em diversificados espaços em torno de um Rio (SEPULVEDA, 2006).

BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PCJ

As bacias PCJ são constituídas por três Rios: o Rio Piracicaba, o Rio Capivari e o Rio Jundiáí. O Rio Piracicaba está inserido em uma região chamada três fronteiras, entre as cidades de Limeira, Cosmópolis e Americana, local onde encontramos os Rios Atibaia e Jaguari. Seu nome Piracicaba, vem do tupi-guarani, que significa lugar onde o peixe para, devido as grandiosas quedas do Rio que bloqueiam a piracema dos peixes. O Rio Capivari, recebeu seu nome por um grupo de ituanos degredados em fuga no final do século XVIII, ao estacionarem por alguns dias em suas margens, notaram grandes quantidades de peixes e caças, principalmente capivaras, assim denominaram Rio das capivaras. Já o Rio Jundiáí possui nome de origem tupi, vem da palavra “jundiá”, que significa bagre, e “y” significa Rio (PROFILL-RHAMA, 2020).

Os Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí são afluentes da margem direita do Rio Tietê. O Piracicaba percorre 250km, desde as suas nascentes na Serra da Mantiqueira no estado de Minas Gerais, até o Rio Tietê no estado de São Paulo. O Capivari percorre 180km no estado de São Paulo, com sua nascente principal localizada na Serra da Pedra Vermelha. O Jundiáí, também inserido no estado de São Paulo, percorre 125km, com sua nascente principal localizada na Serra da Pedra vermelha. Na figura 07 conseguimos observar a localização da bacia hidrográfica dos Rios PCJ no território brasileiro. As bacias dos três Rios ocupam uma área de 15.320 km², com população total de 5.585.706 habitantes, distribuídos em 76 municípios de forma total ou parcial, desse quantitativo 96,8% estão inseridos na área urbana e 3,2% na área rural.

¹¹ O “Projeto Manuelzão” foi elaborado pela UFMG e tem por objetivo promover a revitalização da bacia do Rio das Velhas. Suas atividades tiveram início em 1997 na Faculdade de Medicina pela iniciativa de um grupo de professores que perceberam que saúde não era apenas uma questão médica: “ela está diretamente relacionada às condições sociais e ao meio ambiente em que as pessoas vivem”. Dessa forma, o Projeto tem como eixo de atuação a promoção da saúde, do ambiente e da cidadania. A volta do peixe ao rio é o símbolo de sua luta. Para traduzir sua causa, o Projeto buscou inspiração em uma figura simples, grande conhecedora do sertão mineiro: o vaqueiro Manuel Nardi, que foi imortalizado na obra do escritor Guimarães Rosa como Manuelzão (SEPULVEDA, 2006).

As bacias abrangem 92,45% de seu território no estado de São Paulo e 7,55% no território do estado de Minas Gerais. Considerada uma das bacias hidrográficas mais importantes do Brasil, devido ao seu desenvolvimento econômico representado em 7% do Produto Interno Bruto – PIP Nacional. Concentra um denso complexo viário com maior volume de carga do país, com rodovias como a Anhanguera, Bandeirantes e D. Pedro I, a linha tronco da FERROBAN e o aeroporto de Viracopos (PROFILL-RHAMA, 2020).

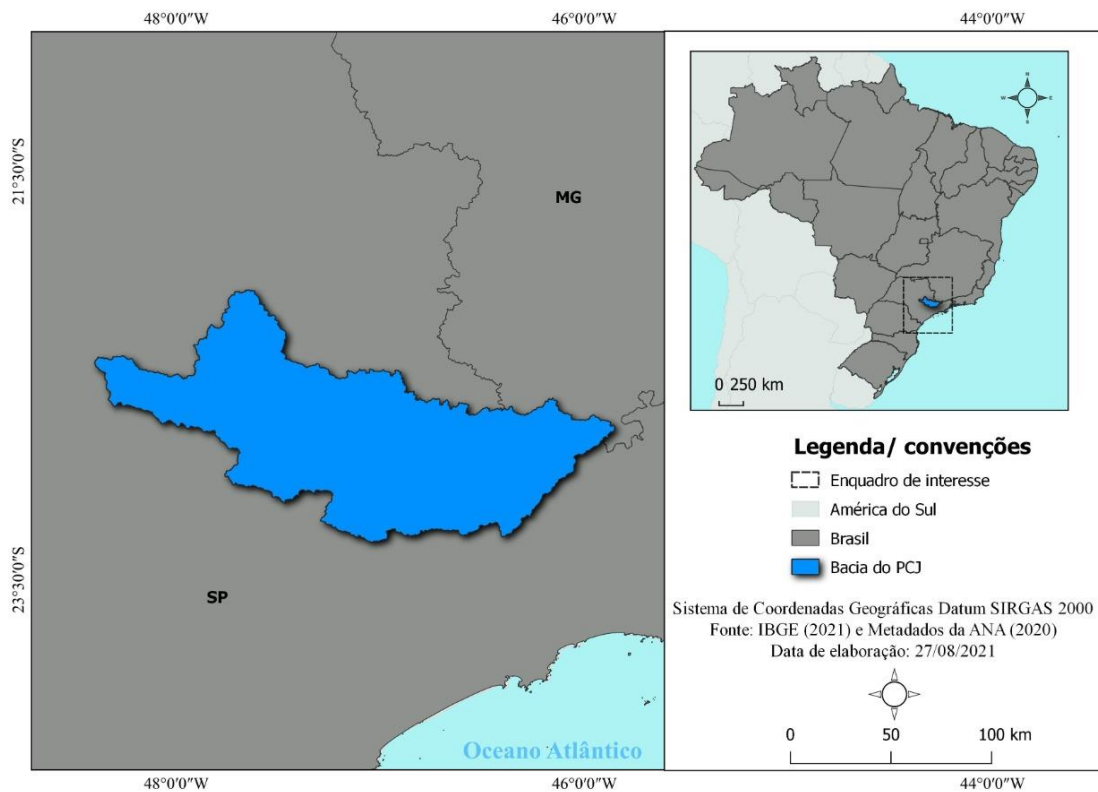


Figura 05 - Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios PCJ.

Fonte: Elaborado por Prazeres¹², 2021.

O conjunto das três bacias hidrográficas são divididas em sete sub-bacias, conforme descrito no quadro 03, constituem a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – UGRHI 5. Sua união foi devido a ação humana, os três rios possuem bacias distintas geograficamente, no entanto a cidade de Jundiá é abastecida por uma reversão do Rio Atibaia, afluente do Rio Piracicaba. Além disso a cidade de Campinas, que se localiza entre as bacias de Atibaia

¹² O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

e Capivari, capta água no Rio Atibaia e lança seus efluentes no Rio Capivari (PRO-FILL-RHAMA, 2020).

Bacia	População	Sub-bacia	Municípios
Capivari	5.585.706 habitantes	Capivari	Campinas, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jundiaí, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos, Vinhedo.
Jundiaí		Jundiaí	Atibaia, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Mairiporã, Salto, Várzea Paulista.
Piracicaba		Atibaia	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Camanducaia, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Extrema, Itatiba, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Piracaia, Valinhos, Vinhedo.
		Camanducaia	Amparo, Extrema, Holambra, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Socorro, Santo Antônio de Posse, Toledo, Tuiuti, Serra Negra.
		Corumbataí	Analândia, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro, Santa Gertrudes, São Pedro.
		Jaguari	Americana, Amparo, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Camanducaia, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Extrema, Holambra, Itapeva, Jaguariúna, Joanópolis, Limeira, Mogi-Mirim, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Santo Antônio de Posse, Tuiuti, Vargem.
Piracicaba		Águas de São Pedro, Americana, Campinas, Charqueada, Hortolândia, Iracemápolis, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Maria da Serra, São Pedro e Sumaré.	

Quadro 03 – Unidades de estudo e planejamento das Bacias Hidrográficas (BH) dos Rios PCJ.
 Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações recolhidas no Plano Bacia de Recursos Hídricos, PCJ, 2020.

Existem inúmeras instituições nas bacias PCJ que compartilham ações fortalecendo a atuação junto a sociedade. Estratégias de comunicação utilizando recursos tecnológicos e redes sociais diversas são aplicadas de forma intensa, devido ao perfil das comunidades serem mais urbanas, abrindo novas frentes de trabalhos participativos. Apesar da utilização de recursos tecnológicos, aspectos culturais locais ainda permanecem através de diversas festas populares, a figura do pescador caipira e a música típica ainda resistem, mas são pouco explorados.

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS

A denominação Rio dos Sinos faz referência as muitas curvas do Rio, seu curso de água foi utilizado como principal via de acesso e transporte, se tornando berço da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul em 1824. No século XIX, a região começou o desenvolvimento de artefatos de couro, se tornando uma grande cadeia empresarial coureiro-calçadista, hoje é referência tecnológica na área (HIDROCIVIL, PROFIL, AGRA, 2015).

A bacia hidrográfica do Rio dos Sinos possui dominialidade estadual, está localizada na porção leste do estado do Rio Grande do Sul. Nasce no município de Caraá e percorre aproximadamente 190km até desaguar no delta do Jacuí no município de Canoas. Possui uma área de 3.696 km², correspondendo a 4,4% da região hidrográfica do Guaíba e 1,3% da área do estado do Rio Grande do Sul (HIDROCIVIL, PROFIL, AGRA, 2015). Na figura 06 conseguimos observar a localização da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos no território brasileiro.

As unidades de estudo e planejamento da bacia do Rio dos Sinos foram divididas de forma macro em alto, médio e baixo sinos, se subdividindo em 21 unidades, conforme apresentado no quadro 04. O alto sinos é a região da cabeceira da bacia com uso do solo predominantemente rural, onde se encontram as maiores altitudes e as principais nascentes. É a área da bacia com maior porção em território (47,5%) e menor porção em concentração de habitantes (5,35%). O médio sinos aponta uma concentração populacional de 14,65% da bacia, e o baixo sinos a região com maior interferência

humana, com um destaque para o cultivo do arroz irrigado (HIDROCIVIL, PROFIL, AGRA, 2015).

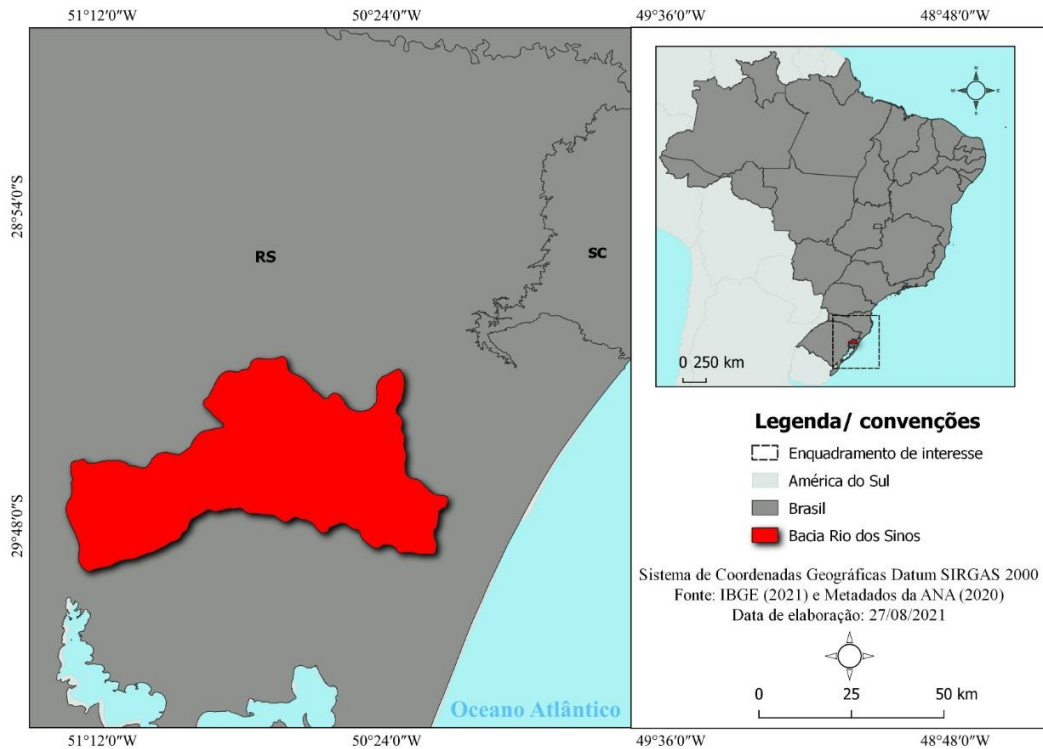


Figura 06 - Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio dos Sinos.

Fonte: Elaborado por Prazeres¹³, 2021.

Os principais impactos no âmbito da bacia estão relacionados ao uso excessivo da água pela agricultura intensiva – particularmente dedicada ao cultivo de arroz, a criação de animais, e a indústria. Via natural de transporte e fonte de abastecimento de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes, a bacia do Rio dos Sinos possui um modelo de ocupação constituído de forma desorganizada. Tecnologias agressivas de uso da água e solo levam a uma contaminação crescente de seus recursos. Consequências dessas agressões foi o ocorrido no ano de 2006 com a mortalidade de 80 toneladas de peixes no Rio dos Sinos. Apesar dos inúmeros desafios, a agregação de identidade e ligação afetiva das comunidades com o território vem sendo construída de forma constante. Diversas iniciativas são executadas na bacia, centradas em atividades permanentes na área rural e em ambiente escolar (COMITÊSINOS, 2020).

¹³ O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

Trecho	Unidades de Planejamento	(%) População distribuída na bacia	Região	Municípios
Alto Sinos	AS1	5,35%	Das nascentes, a montante da sede urbana de Caraá, até o rio da Ilha.	Caraá, Osório, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Riozinho, Rolante, Três Coroas, Igrejinha e Taquara
	AS2			
	AS3			
	AS4			
	AS6			
	AS7			
	AS8			
Médio Sinos	MS1	14,65%	Entre a cidade de Taquara e a confluência do Arroio Sapiranga	Canela, Gramado, São Francisco de Paula, Três Coroas, Igrejinha, Taquara, Parobé, Santa Maria do Herval, Nova Hartz, Araricá, Sapiranga, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha e Gravataí.
	MS2			
	MS3			
	MS4			
Baixo Sinos	BS1	80%	Região de Sapiranga e Campo Bom até foz	Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Estância Velha, São Sebastião do Caí, Capela de Santana, Portão, Sapucaia do Sul, Esteio, Nova Santa Rita, Gravataí, Cachoeirinha e Canoas.
	BS2			
	BS3			
	BS4			
	BS5			
	BS6			
	BS7			
	BS8			
	BS9			

Quadro 04 – Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio dos Sinos.

Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações recolhidas no Plano Bacia de Recurso Hídricos do Rio dos Sinos (HIDROCIVIL, PROFIL, AGRA, 2015).

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM

O nome Itapemirim é derivado do tupi “itapemiri”, que significa pequena pedra achatada. Localizada entre o mar das praias de Maratáizes e a montanha no Vale do Caparaó¹⁴, a bacia hidrográfica do Rio Itapemirim possui uma área de drenagem em torno

¹⁴ Vale do Caparaó é a região que compreende o entorno do Parque Nacional do Caparaó, localizado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde se encontra o Pico da Bandeira, terceiro mais alto cume do país com 2.890m.

de 6.181 km², representando uma população de 522.932 habitantes. Ao norte e noroeste limita-se com a bacia hidrográfica do Rio Doce, a noroeste com as bacias hidrográficas dos Rios Jucu, Benevente e Novo, ao sul com a bacia hidrográfica do Rio Itabapoana e ao leste com o Oceano Atlântico. A bacia hidrográfica do Rio Itapemirim abrange 17 municípios do território capixaba: Alegre, Atilio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Ibitirama, Irupi, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e Venda Nova em sua totalidade. E parcialmente os municípios de Ibatiba, Lúna, Muqui, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Vargem Alta. A bacia também possui uma porção mineira do município de Lajinha. Na figura 09 conseguimos observar a localização da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim no território brasileiro (AGERH, 2018).

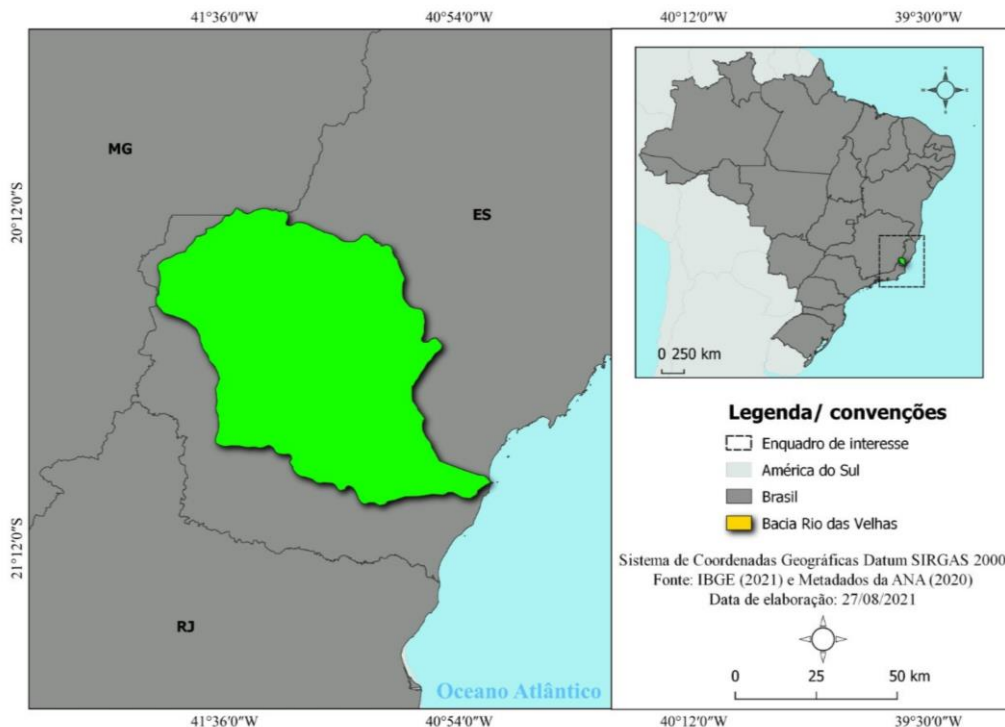


Figura 07 - Localização da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Itapemirim.

Fonte: Elaborado por Prazeres¹⁵, 2021.

Os principais afluentes do Rio Itapemirim são os Rios Castelo, Muqui do Norte, Braço Norte Direito, Braço Norte Esquerdo, Fruteiras, Pardo, São João de Viçosa, Caxixe, Prata, Alegre, Pardinho, Monte Alverne, Pedra Roxa e Pedregulho. Com vazão média de 95 m³/s e extensão de 135km até a sua foz, o Rio Itapemirim é formado pela junção

¹⁵ O mapa foi produzido por João Pedro Ferreira dos Prazeres, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, exclusivamente para este trabalho.

dos Rios do braço norte direito e braço norte esquerdo que se encontram no município de Alegre. As principais nascentes afloram em Lajinha, divisa com o município de Ibatiba. Mais a jusante em Coutinho, distrito de Cachoeiro do Itapemirim, encontra o Rio Estrela do Norte que recebe contribuição do Rio Castelo. Antes de chegar ao Oceano Atlântico o Rio Muqui se junta ao Itapemirim no município que leva o mesmo nome, desaguando no município de Marataízes (AGERH, 2018).

Bacia hidrográfica que possui curso d'água em dois estados, Espírito Santo e Minas Gerais, mas a gestão é realizada a nível estadual, um dos poucos exemplos no país. A ANA emitiu nota técnica no ano de 2005 na qual reconhece que, não se justifica a gestão federal já que grande parte da bacia está localizada no estado do Espírito Santo (AGERH, 2018).

A bacia é segmentada por nove unidades de planejamento – UPs, utilizado como critérios dessa divisão a “homogeneidade socioeconômica e ambiental”. A divisão das UPs se enquadrou de acordo com as Ottobacias nível 5, no quadro 05 indicamos apenas como referência os principais municípios e comunidades que possuem áreas edificadas (AGERH, 2018).

Unidades de Planejamento	(%) População distribuída na bacia	Área (km²)	OTTOBACIA NÍVEL 5	Área Edificada, Municípios e Comunidades
Rio Pardo	11,46%	573,6	77169	Áreas urbanas de Ibatiba, Iúna, Irupi, seus distritos.
Alto Rio Braço Norte Esquerdo	2,86%	333,5	77168	Área urbana de Muniz Freire, além de Piaçú, Menino Jesus, São Pedro.
Baixo Rio Braço Norte Esquerdo	1,32%	525,6	77167	Comunidades de Itaci, Araraí, Anutib.
Rio Braço Norte Direito	2,49%	510,0	77166	Áreas urbanas de Ibitirama, além de São José do Caparaó e Santa Marta.

Médio Itapemirim	9,34%	1143,7	77165	relativa às áreas urbanas de Alegre, Jerônimo Monteiro, além de Estrela do Norte, Burarama, Rive.
Rio Castelo	17,10%	1481,9	77164	Relativa às áreas urbanas de Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Castelo, além de Caxixe, Castelinho, São José das Fruteiras.
Baixo Itapemirim	40,54%	664,0	77163 77161	Área edificada principalmente pela sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim.
Rio Muqui	7,01%	683,9	77162	Relativa às áreas urbanas de Muqui, Atílio Vivacqua, além de Camará, Garrafão.
Lagoas de Marataízes	7,88%	265,4	77170	Relativa às áreas urbanas de Itapemirim, Marataízes.

Quadro 05 – Unidades de estudo e planejamento da Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Itapemirim.

Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações recolhidas no Plano Bacia de Recurso Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (AGERH, 2018).

A região possui como principais atividades econômicas a agropecuária, a mineração de mármore e granito e indústrias de açúcar e álcool. Atividades essas ligadas de forma direta a conflitos entre os usuários e aos principais problemas ambientais como: a erosão e o assoreamento, agravados pelo uso intenso do solo; e poluição dos recursos hídricos, causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos e lançamento de efluentes sem tratamento (AGERH, 2018).

5.1.2 Comitês de Bacia Hidrográfica

As grandes temáticas sobre os usos dos recursos hídricos até o princípio da década de 70, eram tratadas de acordo com as necessidades dos grandes usuários. As decisões governamentais não eram discutidas por unidades de planejamento. Foi só a partir da criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH¹⁶, que o modelo de gerenciamento das águas utilizando as bacias hidrográficas como unidades de gestão começou a ser constituído em nosso país. Esse modelo

¹⁶ Por meio da Portaria Interministerial nº 090, foi criado em 29 de março de 1978 o CEEIBH, com o objetivo de “efetuar a classificação dos cursos da água da União, realizar estudos integrados dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, promover o aproveitamento múltiplo das águas e a minimização dos impactos ambientais das intervenções antrópicas” cinco anos mais tarde interrompeu suas atividades.

de comitê se restringia a consulta de esfera de governo. A transformação desse formato para um comitê de estado com a participação ampliada de usuários e organizações da sociedade civil com poder deliberativo se deu através da experiência do CBH do Rio dos Sinos (ANA, 2011).

As discussões que culminaram na utilização do modelo atual de gestão de recursos hídricos brasileiro baseado no modelo francês, surgiram por um grupo de técnicos do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Guaíba - CEEIG no Rio Grande do Sul. Após a intensificação de denúncias de contaminação do Rio dos Sinos no ano de 1985, a fiscalização foi ampliada. A sociedade despertou um movimento que culminou dois anos mais tarde em um seminário realizado por grupos organizados, universidades e técnicos do estado. Desses movimentos surgiu a proposta de criação do comitê de preservação, gerenciamento e pesquisa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos - COMITESINOS. Criado pelo decreto estadual nº 32.774/1988, foi a primeira experiência de gestão hídrica do país a inserir a participação da sociedade, adotando como base o modelo francês (ANA, 2011).

Na região hidrográfica do Rio São Francisco também foi criado o CEEIBH, mas o surgimento do CBH São Francisco nos mesmos formatos do COMITESINOS veio após a publicação da Lei das Águas. Ao analisar a linha cronológica de criação dos CBHs estudados, após a concepção do COMITESINOS, o estado de São Paulo promulgou em 1991 a Lei nº 7.663, base precursora da Lei das Águas, instituindo: a sua Política Estadual de Recursos Hídricos; o Conselho de Recursos Hídricos Estadual; e os comitês de bacia. No ano de 1993, o comitê estadual das bacias PCJ foi o primeiro a ser criado no estado de São Paulo. Neste mesmo ano vários estados como Minas Gerais aprovaram e instituíram suas Políticas de Recursos Hídricos. Em 1997 a Lei Federal nº 9.433 – Lei das Águas, é promulgada. No ano de 1998 ocorre a criação do CBH Rio das Velhas, através do Decreto Estadual nº 39.692, de 29 de junho em 1998. No mesmo ano o estado do Espírito Santo aprova a Lei nº 10.170, instituindo sua Política Estadual de Recursos Hídricos. Finalmente por meio de um decreto presidencial em 2001 o CBH São Francisco é criado, e em 2002 é criado o CBH PCJ Federal. Apenas em 19 de julho de 2006, é concebido através do Decreto nº 1703-R, o comitê capixaba da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim (Figura 08).

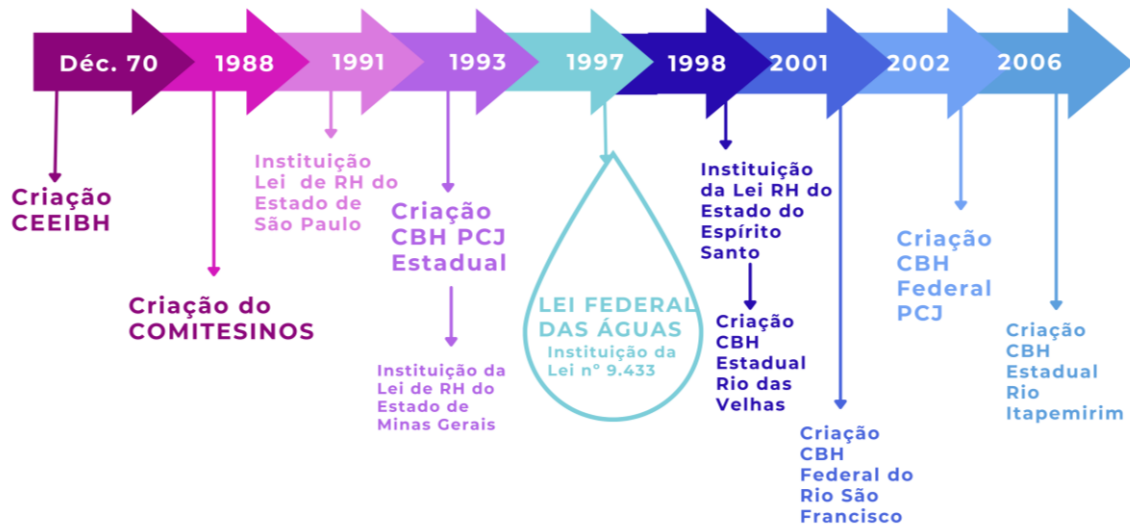


Figura 08 – Linha cronológica – marcos legais e criação dos CBHs de estudo

Fonte: Autora (2021).

Para gerir de forma efetiva as bacias hidrográficas cumprindo seus objetivos, a PNRH definiu instrumentos de gestão, sendo eles: os planos de recursos hídricos, elaborados por bacia hidrográfica e pelo governo de cada estado; o enquadramento dos corpos d'água em classes segundo os usos preponderantes da água; a outorga de direito de uso; a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; e o sistema de informações sobre os recursos hídricos (BRASIL, 1997). Levamos em consideração a existência do planos de recursos hídricos para seleção dos comitês estudados, onde constam informações relevantes sobre o território e a previsão de ações de curto, médio e longo prazo. Esta análise auxiliou visualizar os principais impactos ocorridos nas bacias, entendendo os desafios, as similaridades e diferenças de cada território em que foram desenvolvidas as atividades. O quadro 06 detalha de forma geral a localização das bacias hidrográficas estudadas, bem como a implantação dos instrumentos plano do recursos hídricos e cobrança, além da verificação de delegação de agência de bacia.

DESCRIÇÃO GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E CBHS DO ESTUDO			
Bacias Hidrográficas	Localização da Bacia Hidrográfica	Caracterização Geral – CBH	Instrumentos: Plano de Recursos Hídricos e Cobrança
Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal	- Comitê de Bacia Interestadual; - Criação: Decreto presidencial em 5 de julho de 2001; - Suporte técnico, administrativo e financeiro: Agência delegatária Peixe Vivo até 31/12/2021 (Resolução de delegação CNRH nº114, de 10/06/2010 – Resolução de prorrogação CNRH nº170 de 23/09/2015).	- Plano de Recursos Hídricos: Atualização em 2016; - Cobrança implementada.
Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	Estado de Minas Gerais;	- Comitê de Bacia Estadual. - Criação: Decreto Estadual nº 39.692 de 29/06/1998. - Suporte técnico, administrativo e financeiro: Agência delegatária Peixe Vivo até 31/12/2020 (Equiparação à Agência por intermédio da Deliberação Normativa nº 56, de 28/07/2007 – CERH-MG, Contrato de Gestão nº 003/IGAM/2017).	- Plano Diretor: Aprovado em 2004 e revisado em 2015; - Cobrança implementada.
Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos	Estado do Rio Grande do Sul;	- Comitê de Bacia Estadual. - Criação: Criado pelo Decreto Estadual nº 32.774 de 17/03/1988, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.114 de 08/12/1988; - Suporte técnico, administrativo e financeiro: Não possui Agência Delegatária.	- Plano de Recursos Hídricos: Aprovado em 2014; - Cobrança não implementada.
Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Abrange os estados de Minas Gerais e São Paulo;	- Comitê de Bacia Estadual. - Criação: Decreto presidencial de 20/05/2002. - Suporte técnico, administrativo e financeiro: Agência PCJ até 31/12/2020 (Contrato de Gestão nº003/ANA/2011).	- Plano de Recursos Hídricos: Aprovado em 2010, revisado em 2018. - Cobrança implementada.
Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim	Abrange os estados de Minas Gerais e Espírito Santo;	- Comitê de Bacia Estadual – ES. - Criação: Decreto Estadual nº 1703-R de 19/07/2006. - Suporte técnico, administrativo e financeiro: Não possui Agência Delegatária.	- Plano de Recursos Hídricos: Aprovado em 2019. - Cobrança não implementada.

Quadro 06 – Descrição geral das bacias hidrográficas e CBHs em estudo

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas nos Planos de Recursos Hídricos, Decretos de criação, Resoluções CNRH e Contratos de gestão.

Observa-se aqui algumas particularidades a respeito da implementação dos instrumentos previstos na PNRH. Para ser instituída a agência delegatária, o instrumento cobrança deve ser implementado. Como apresentado, apenas os CBHs São Francisco, Velhas e PCJ possuem o instrumento implementado e suas agências delegatárias funcionando. No caso dos CBHs dos Sinos e Itapemirim, sem o aporte financeiro próprio e técnico/administrativo de uma agência delegatária, há necessidade de buscar outras estratégias para executar as ações previstas no plano.

A última composição dos membros titulares e suplentes dos CBHs estudados também foram verificadas. O CBH São Francisco é composto por 62 membros titulares distribuídos entre os segmentos de poder público (38,7%), usuários (32,2%), e sociedade civil (25,8%), destinando uma porcentagem a comunidades tradicionais (3,3%), apenas 4 (quatro) vagas ainda não foram preenchidas ou aguardam indicação. O CBH das Velhas atualmente é composto por 56 membros titulares e suplentes, disposto de forma igual em quatro principais segmentos: poder público estadual, poder público municipal, usuários de recursos hídricos e entidades da sociedade civil, atualmente todas as vagas foram preenchidas.

O Comitê das Bacias Hidrográficas PCJ Federal é composto por um total de 100 (cem) membros, distribuídos de forma igual entre membros titulares e suplentes, atualmente com todas as vagas preenchidas, separado entre quatro seguimentos: Órgãos do governo (20%); Municípios (20%); Organizações Civas (20%); e Usuários de Recursos Hídricos (40%).

Os CBHs dos Rios Itapemirim e dos Sinos são os que apresentam maior dificuldade em completar suas vagas de membros. O COMITESINOS é subdividido em 3 (três) segmentos, usuários (40%), órgãos do governo (40%), e sociedade civil (20%). A figura 09 apresenta uma análise comparativa do quantitativo de vagas totais para a porcentagem de vagas aferidas para o COMITESINOS, indicando maior dificuldade de preenchimento de vagas nos segmentos governo e população. Para o CBH Rio Itapemirim, sua divisão de vagas por dos segmentos poder público, sociedade civil e usuários são proporcionais, a figura 10 indica a dificuldade de preenchimento de

vagas para todos os segmentos, sendo os segmentos sociedade civil e usuários com menor porcentagem.

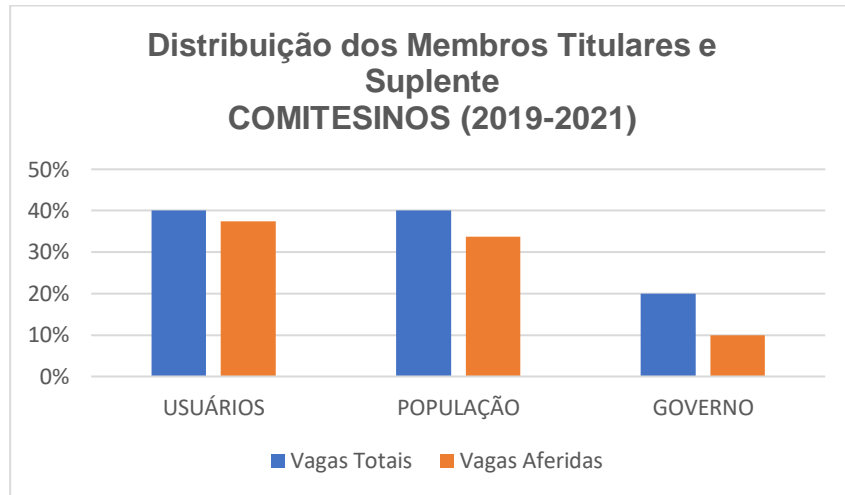


Figura 09 – Distribuição dos membros titulares e suplentes do COMITESINOS – período 2019 a 2021.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas no regimento interno e na ata de posse do COMITESINOS.

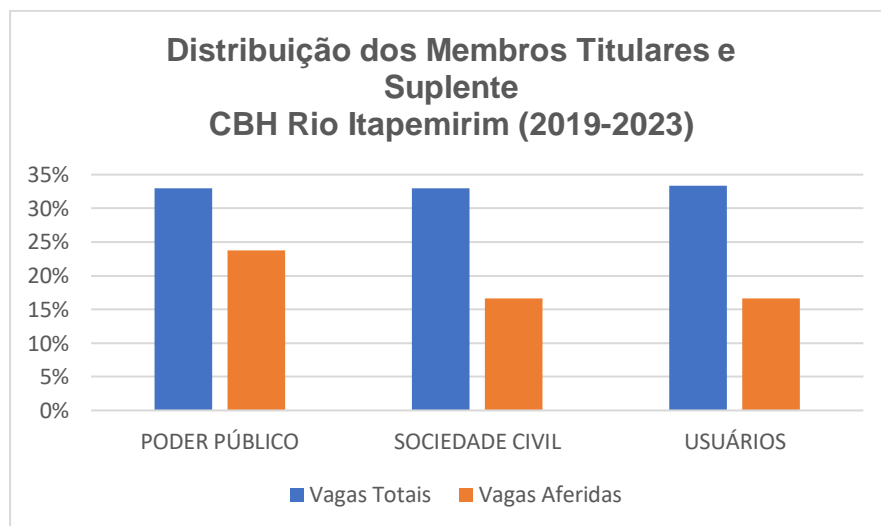


Figura 10 – Distribuição dos membros titulares e suplentes do CBH Rio Itapemirim – período 2019 a 2023.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas no regimento interno e na ata de posse do CBH Rio Itapemirim.

5.1.3 Atividades e Comunidades

Os quadros 07, 08, 09 e 10 apresentam a síntese das principais atividades desenvolvidas pelos quatro CBHs selecionados como referências de “boas práticas” na relação com as comunidades. A seleção buscou atividades inovadoras com formatos diferenciados dos tradicionais realizados de 2016 a 2019, apresentados aqui. No quadro 11 apresentamos o resultado do levantamento das atividades executadas pelo CBH Rio Itaipemirim no mesmo período.

Os CBHs São Francisco e Velhas possuem aspectos semelhantes nos formatos de atividades utilizados (Quadros 07 e 08), nos períodos analisados, ambos desenvolveram ações que para fortalecimento interno e externo do comitê, de forma contínua. Proporcionaram ambientes de aprendizado para nivelamento de informações entre os membros, valorizaram as pessoas envolvidas com a gestão de recursos hídricos e estimularam o caráter de identidade com o território da bacia. O desenvolvimento de ações possuiu como principal característica ações culturais e recreativas nos mais variados formatos, mesmo em ambientes tradicionalmente formais e técnicos.

CBH RIO SÃO FRANCISCO – ATIVIDADES COM A COMUNIDADE DE 2016 A 2019					
ATIVIDADES	RESUMO	ANO	CATEGORIAS		
			ATIVIDADES	PÚBLICOS	COMUNICAÇÃO
Campanha “EU VIRO CARRANCA PARA DEFENDER O VELHO CHICO”	Campanha através das redes sociais, barqueata (tradicional na região), inúmeras atividades culturais, artísticas e de educação. Chamou a atenção para os graves problemas pelos quais passa o rio e sua bacia.	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Oficinas de Capacitação	Ações de formação em gestão e regulação de recursos hídricos.	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Participação e apoio a eventos e reuniões	Ações de apoio e participação em eventos e reuniões diversas onde apresentaram as atividades, a cultura, a	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa

	diversidade, o povo da bacia, fortalecendo a identidade do comitê.			- Público geral	
Expedição no Baixo São Francisco	Apoiou a expedição no Baixo São Francisco, com recolhimento de informações e eventos culturais.	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Desafio dos Sertões	Apoiou a competição automobilística de oito dias de prova que teve sua edição do ano na bacia do Rio São Francisco.	2018	- Culturais e recreativas	- Público geral	- Macro comunicação - Comunicação massa
Projeto Canto das águas	Junto a Novela Velho Chico, desenvolveu ações culturais, shows, e atividades de práticas sustentáveis.	2016	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Barco-Museu itinerante	Apoiou o Barco-museu que navega pelo Velho Chico que levou artistas e obras para as populações ribeirinhas, teve como ações exposições, oficinas de esculturas e bordados.	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Procissão Bom Jesus dos Navegantes	Apoiou a procissão com devotos em navegação pelo São Francisco, celebrando o santo protetor dos pescadores, também contou com apresentações culturais locais e de outras regiões.	2016 2017 2018 2019	- Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Projetos Hidro ambientais	Realizou um projeto de revitalização com foco no controle da erosão e proteção das nascentes, mobilização e ações de educação ambiental.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa

Seminários dos povos Indígena	Entre as inúmeras atividades desenvolvidas fizeram parte rituais, mesas redondas, apresentação de trabalhos e promoção de um ambiente de diálogo entre os diferentes povos indígenas da bacia.	2016	- Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Espetáculo "As lendas do Velho Chico"	Apoiou o espetáculo que relatou contos, histórias e lendas.	2016 2017 2018 2019	- Culturais e recreativas	- Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Simpósio acadêmico sobre o Rio São Francisco	Reuniu pesquisadores e acadêmicos de todo o país para a apresentação de estudos, palestras, mesas redondas, apresentação de trabalhos, sessões de debates e manifestações culturais.	2016	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Acadêmicos	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Seminários das Comunidades Quilombolas	Realizou inúmeras atividades como apresentações culturais, apresentações de trabalhos e promoveu um ambiente de diálogo entre as diferentes comunidades quilombolas da bacia.	2016	Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Congresso de Pescadores artesanais	Debater sobre a poluição do rio, diminuição de pescados e fortalecimento da identidade dos povos ribeirinhos.	2016 2017	- Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Exposições fotográficas, pinturas	Apoiou exposições com acervos fotográficos, que tiveram como intuito sensibilizar a população para preservação.	2016 2017 2018 2019	- Culturais e recreativas	- Escolar - Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Mostra Velho Chico de Cinema Ambiental	Apoiou a mostra de filmes e documentários com temáticas relacionadas a	2016 2017 2018 2019	- Culturais e recreativas	- Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação

	questões hídricas de modo geral.				- Comunicação massa
Encontro dos Comitês Afluentes do Rio São Francisco	Integrou todos os Comitês Afluentes, entre as inúmeras ações desenvolvidas tiveram palestras, mesas redondas, espaços de discussão e apresentações culturais.	2016 2017 2018 2019	- Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
Seminário Sertão Cangaço	Trouxe a história do Cangaço como fenômeno social, agregando valores na formação do povo sertanejo e promovendo a educação ambiental voltada para o bioma caatinga.	2017	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Escolar - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa

Quadro 07 – Atividades com a comunidade do CBH São Francisco no período de 2016 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas em relatórios e sites dos CBHs.

CBH RIO DAS VELHAS – ATIVIDADES COM A COMUNIDADE DE 2016 A 2019					
ATIVIDADES	RESUMO	ANO	CATEGORIAS		
			ATIVIDADES	PUBLICOS	COMUNICAÇÃO
Campanha fotográfica no Instagram	Incentivou seguidores a realizarem um registro do rio, "um olhar de cada admirador".	2016 2017	- Culturais e recreativas	- Público geral	- Comunicação massa
Oficina de Capacitação	Ações de formação em gestão e regulação de recursos hídricos.	2016 2017 2018 2019	- Educação e ensino	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Oficina do projeto do Plano de Manejo Municipal das Andorinhas	Deu voz as comunidades que se relacionam com o local, expondo suas vontades e opiniões.	2018	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Seminário Saneamento e Saúde	Promoveu debate entre prefeitos e comunidades.	2018	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Projeto Amigos do Rio	Executou projeto de biomonitoramento da ictiofauna e monitoramento ambiental participativo, as comunidades ribeirinhas auxiliaram no monitoramento da mortalidade de peixes e da qualidade de água,	2016 2017 2018	- Educação e ensino	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação

	metodologia utilizada que incorporou o cidadão ao ambiente e despertou o sentimento de corresponsabilidade.				
Projetos Hidro ambientais	Elaborou projetos que mobilizou as comunidades rurais a preservação das áreas de APP, realizou a recuperação de inúmeras áreas, e desenvolveu ações diversificadas de mobilização social.	2016, 2017 2018 2019	-Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Projeto Rede Asas do Carste	Envolveu as escolas na proteção e preservação do meio ambiente (alunos e professores) despertando o sentimento para se tornarem conhecedores e participantes, proporcionando contato intenso com o meio ambiente.	2016, 2017 2018	- Educação e ensino	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação
Festi Velhas	Organizou festival cultural e alerta para o futuro do rio, usou arte como linguagem instigando o comprometimento das prefeituras municipais a realizarem uma agenda pro-bacia (manifestações culturais diversas).	2016 2017	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa
Movimento deixem a onça beber água limpa	Realizou movimento de inúmeras ações conjuntas de mobilização e ação para a revitalização de um dos afluentes do Rio das Velhas (envolveu escolas, sociedade e poder público com inúmeras manifestações culturais, religiosas e artísticas).	2016, 2017, 2018, 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa
Projeto valorização de nascentes urbanas	Realizou ações diversas como mutirão de plantio de árvores em nascentes, oficina de cinema e vídeo, simpósios, participação no festival de cultura quilombola de Minas Gerais com um filme produzido pelo projeto no ano de 2018.	2016, 2017 2018	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar - Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação
Semana do Rio das Velhas	Realizou nas sub-bacias a semana do Rio das Velhas aproximando os subcomitês e	2016, 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação

	suas comunidades, fortalecendo o espírito coletivo, integrando ações (valores regionais da bacia).		- Culturais e recreativas		
Exposição: A margem - água, cultura e território	Apoiou exposição fotográfica que contou a história da bacia hidrográfica em comemoração ao dia mundial da água.	2017	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa
Expedição Rio da Velhas te quero vivo	Realizou ações de mobilização junto as comunidades e levantamento de informações (eventos diversos).	2017	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa
Manifestação pela preservação da Serra do Curral "Mexeu com a Serra do Curral, mexeu comigo"	Pediu o fim das atividades exploratórias de minério nessa região que é patrimônio tombado pelo Município de Belo Horizonte. Mesclou caminhadas, discursos pelo fim da mineração e shows musicais.	2018	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Acadêmicos - Organizações parceiras - Público geral	-Comunicação massa
Comitê Jovem (comitês mirins)	Aproximou a juventude da gestão das águas, fazendo com que o comitê seja mais bem compreendido pelos jovens.	2018 2019	- Educação e ensino	-Escolar	- Micro comunicação - Macro comunicação
Pró-Mananciais: Oficinas do Futuro	Ouviu a população para encontrar soluções efetivas de melhoria para a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	2017 2018 2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa
Campanha "Que Rio Queremos? Cuidar é melhor que destruir"	Reforçou a principal preocupação do Comitê em todas as suas esferas de atuação (eventos diversos).	2019	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação -Comunicação massa

Quadro 08 – Atividades com a comunidade do CBH Rio das Velhas no período de 2016 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas em relatórios e sites dos CBHs.

O CBH PCJ desenvolveu ações de caráter permanente, conforme apresentado no quadro 09. Seu principal instrumento para condução das ações foi o GT de Educação Ambiental, possibilitando a aplicação de atividades diversificadas de acordo com a realidade de cada localidade.

CBH PCJ– ATIVIDADES COM A COMUNIDADE DE 2016 A 2019					
ATIVIDADES	RESUMO	ANO	CATEGORIAS		
			ATIVIDADES	PUBLICOS	COMUNICAÇÃO
Projeto Conservador das Águas	Ações de capacitação e mobilização envolvendo a sociedade ao projeto. Possui a abordagem de sensibilizar as autoridades (políticos) para elaboração de leis municipais para execução do programa	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa
GT de Educomunicação	Grupo que promove inúmeras ações Educomunicativas, objetivando a democratização da informação ambiental nos municípios que compõem essas bacias hidrográficas.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público geral	- Comunicação massa
PROJETO GOTA D'ÁGUA: Projeto contínuo, criado desde o ano de 2015, aumenta a abrangência das atividades de Educação Ambiental, permitindo que projetos desenvolvidos pelo público não formal (com atuação fora do ambiente escolar) pudessem ser reconhecidos e incentivados. Projeto do Consórcio PCJ em parceria com os Comitês PCJ					
“Multiplique cada gota”	Capacitações, oficinas práticas, visitas, workshop e encontros, estimulando ações de uso consciente da água em seus municípios através do planejamento de ações conjuntas entre os diversos setores da sociedade.	2016	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação
“Compartilhado caminhos para Brasília 2018”	Motivar a elaboração de vídeos educativos para a participação de todos nos processos preparatórios do 8º Fórum Mundial da Água, durante o ano foram	2017	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Acadêmicos - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação

	realizados encontros, oficinas de elaboração de vídeos e seminários.				
“Ecoturismo”	Através de encontros, eventos e capacitações, buscou abordar o ecoturismo como incentivo ao desenvolvimento sustentável nas bacias PCJ. Os participantes foram incentivados a elaborar vídeos sobre o potencial do ecoturismo em seus municípios, abordando a importância da educação para a preservação ambiental e geração de renda.	2018	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação
“Sua Gota faz a diferença”	Com o desafio Água e Saneamento, foram realizados encontros regionais envolvendo educadores, técnicos e representantes da sociedade civil.	2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação

Quadro 09 – Atividades com a comunidade do CBH PCJ no período de 2016 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas em relatórios e sítios dos CBHs.

O COMITÊSINOS possui características semelhantes ao CBH Rio Itapemirim ao que diz respeito a não implementação do instrumento cobrança e a falta de uma agência delegatária, o que consideramos como grande desafio para desenvolvimento de atividades. Contudo, as atividades resgatadas no quadro 10 apontam que o COMITÊSINOS superou esse desafio e realizou inúmeros projetos de caráter contínuo por intermédio de parcerias com instituições diversas. Essa estratégia possibilitou a captação de recursos para desenvolvimento de projetos, além de outros subsídios não financeiros, viabilizando a continuidade de ações mesmo sem aporte financeiro.

COMITÊSINOS – ATIVIDADES COM A COMUNIDADE DE 2016 A 2019					
ATIVIDADES	RESUMO	ANO	CATEGORIAS		
			ATIVIDADES	PUBLICOS	COMUNICAÇÃO
Eventos e cursos	Participação de formações e eventos diversos relacionados a gestão e regulação de recursos hídricos.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Campanha "2018, o ano dos 30 anos do Comitêsinos"	Resgatar as ações criadas em 1988 – utilizou os meios digitais e incentivou o compartilhamento de fotos para resgatar a história.	2018	- Culturais e recreativas	- Público geral	- Comunicação massa
Simpósio Sul-Brasileiro	O evento apresentou boas práticas internacionais de estratégias de sustentabilidade do pescado.	2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	-Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação.
Projeto VerdeSinos: é um projeto permanente voltado à sustentabilidade da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos desenvolvido desde 2009 sob a coordenação do Comitêsinos, que trabalha fortemente com três pressupostos: aumentar a disponibilidade e qualidade da água e ainda reduzir os impactos negativos das cheias, com inúmeras atividades de mobilização social.					
Vivenciando o Rural de Campo Bom	Integrando gerações, alunos aprendendo com agricultores familiares (propriedade rural como relevância de sustentabilidade na bacia) modelos de boas práticas.	2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar -Acadêmicos - Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação
Seminário "Pelos Caminhos do Arroio Schmid"	Ao ar livre, crianças e adolescentes conversaram sobre ciência, praticaram o brincar com a natureza e reforçaram a relação de coletivo.	2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar	- Micro comunicação - Macro comunicação
Multiplicadores ambientais mirins	Inúmeras ações práticas sustentáveis, os multiplicadores aprendem e vão para suas escolas e compartilham o conhecimento com seus colegas e familiares.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino - Culturais e recreativas	-Escolar	- Micro comunicação - Macro comunicação
CEAES Aberto	Realiza evento anual para convidar a comunidade a conhecer as ações e realizar inúmeras atividades.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	-Escolar - Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa

			- Culturais e recreativas	- Público geral	
Jardins Filtrantes nas escolas	Estimula o envolvimento das comunidades locais com os estudantes e acadêmicos	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	-Escolar - Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação
Gestores Ambientais Comunitários	Formação de lideranças capazes de identificar os problemas ambientais em suas comunidades e propor ações para enfrentá-los.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Grupos tradicionais - Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação

Quadro 10 – Atividades com a comunidade do CBH Rio dos Sinos no período de 2016 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas em relatórios e sites dos CBHs.

De acordo com o quadro 11, o CBH Rio Itapemirim busca de forma permanente a capacitação dos representantes, articulando junto a instituições governamentais para disponibilizar formações e custeios para participação em eventos. Durante a leitura das atas do período estudado, projetos foram apresentados nas reuniões, porém somente a apresentação não configura como ação conjunta. Isso indica a existência de diferenciadas ações ocorrendo na bacia com articulação facilitada, dependendo apenas da efetivação da parceria.

CBH RIO ITAPEMIRIM – ATIVIDADES COM A COMUNIDADE DE 2016 A 2019					
ATIVIDADES	RESUMO	ANO	CATEGORIAS		
			ATIVIDADES	PUBLICOS	COMUNICAÇÃO
Eventos e cursos	Participação de formações e eventos diversos relacionados a gestão e regulação de recursos hídricos.	2016 2017 2018 2019	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação
Elaboração do PRH	Realização de oficinas e atividades diversas.	2017 2018	-Formais e técnicos - Educação e ensino	- Organizações parceiras - Público geral	- Micro comunicação - Macro comunicação - Comunicação massa

Quadro 11 – Atividades com a comunidade do CBH Rio Itapemirim no período de 2016 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações recolhidas em atas e relatórios.

Avaliando o quantitativo geral das atividades desenvolvidas pelos comitês de estudo (Figura 11), o CBH São Francisco apresenta maior índice aplicado. O COMITÊSINO apresenta 19% do quantitativo geral, comparando ao CBH dos Rios PCJ que apresenta 8%. Nessa amostragem validamos a afirmação que disponibilidade de recursos não é o principal garantidor de execução de ações.

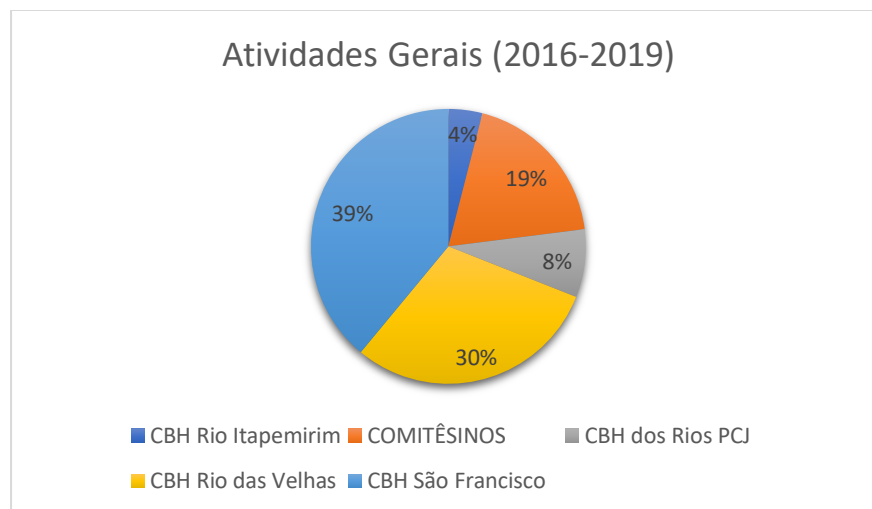


Figura 11 – Quantitativo de atividades gerais executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria atividades, subcategoria culturais e recreativas, são ações que integram festividades regionais, crenças e culturas vivenciadas no território. Esse é o modelo que melhor auxilia no reconhecimento e sentido de identificação com o território da bacia hidrográfica. O comitê que demonstrou maior concentração de atividades com essa característica foi o CBH Rio São Francisco (Figura 12). Em quase a totalidade das atividades desenvolvidas no período estudado é incutido de diferentes formas a diversidade cultural. Por mais que não sejam atividades elencadas nesse estudo devido sua essência técnica e política, originadas de formatos tradicionais comumente utilizados, é válido destacar que nas reuniões plenárias do CBH São Francisco e do CBH Rio das Velhas, as manifestações culturais se fazem presentes. O CBH Rio Itapemirim apresentou menor índice entre os comitês estudados, não havendo nenhuma ocorrência registrada no período de atividades culturais e recreativas, apesar de haver instituições diversas na bacia que executam ações similares.

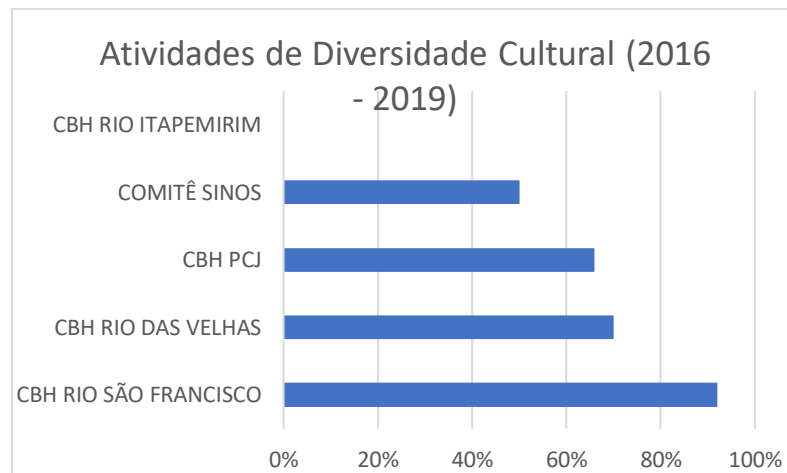


Figura 12 – Quantitativo de atividades da subcategoria diversidade cultural executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a categoria públicos é interessante analisar a variação de quantitativos das subcategorias de cada comitê (Figura 13). Quanto maior a ocorrência de distribuição de atividades direcionadas a todos os públicos, maior será a visibilidade do comitê na bacia. Em consequência maiores serão as possibilidades de emergirem atores locais, comunidade ativa nas discussões do comitê, e instituições e representantes interessados em participar de forma direta da gestão hídrica.

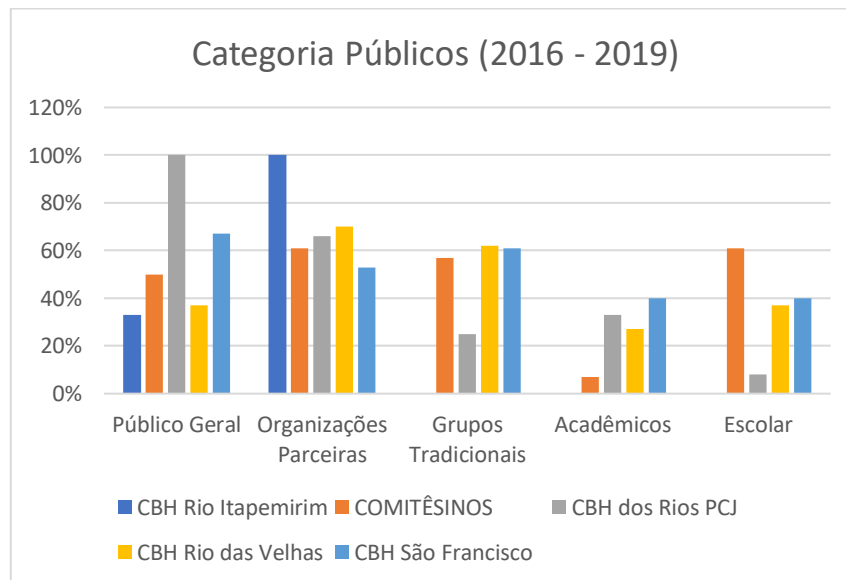


Figura 13 – Quantitativo de atividades das subcategorias da categoria públicos executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados levantados, o COMITÊSINOS, o CBH São Francisco, o CBH dos Rios PCJ e o CBH Rio das Velhas, possuem distribuição em todas as subcategorias. Já o CBH Rio Itapemirim apresenta atividades apenas nas subcategorias Público Geral e Organizações Parceiras, contudo a subcategoria Público Geral não deixa de atender a uma diversidade, pois expressa uma abrangência ampla a todos os públicos, mas não direciona seus esforços de forma estratégica.

Para a categoria níveis podemos destacar que as três subcategorias possuem importância em qualquer atividade a ser executada, potencializando a participação das comunidades. O CBH São Francisco é o que mais explora todas as subcategorias, conforme apresentado na Figura 14.

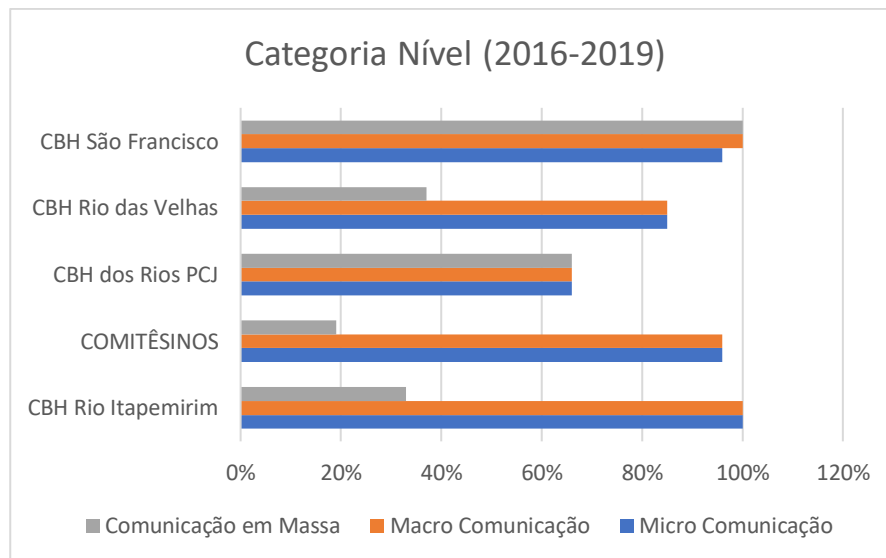


Figura 14 – Quantitativo de atividades das subcategorias da categoria nível executado pelos CBHs de estudo – período 2016 a 2019.

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 DA CABECEIRA A FOZ – CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO DE AÇÃO

A dinâmica utilizada para a construção coletiva do plano de ação para mobilização das comunidades, elucida todo o processo como participativo. Desde o dispor de tempo para entender, discutir e teorizar de forma prévia a temática, todo o envolvimento por meio dos membros e parceiros do CBH Rio Itapemirim foi primordial e indispensável nessa pesquisa.

A denominação dos momentos de construção do plano de ação foi pensada para gerar aproximação dos participantes com o território, inúmeras possibilidades foram pesquisadas como figuras de linguagens e animais endêmicos da região. Durante a análise das possibilidades junto a Diretoria do CBH Rio Itapemirim, surgiu a proposta de denominar as fases com o caminho das águas na bacia: “Da cabeceira a foz” (Figura 15).

Para viabilizar uma aplicação participativa, o processo estruturado dos momentos não foi fechado, ocorreram diversas trocas provenientes do grupo. A interação entre pesquisador, objeto e o contexto pode ser considerada como inevitável e necessária, oportunizando modificações durante o desenvolvimento do trabalho (FURTADO, 2011). Foi preciso a definição básica de passos para a condução dos momentos de elaboração do plano de ação e promoção de condições necessárias para estimular e possibilitar a participação. Tendo em vista a inviabilidade da execução presencial devido a pandemia de COVID-19, toda a construção do plano precisou ser conduzida no formato remoto, utilizando ferramentas digitais.

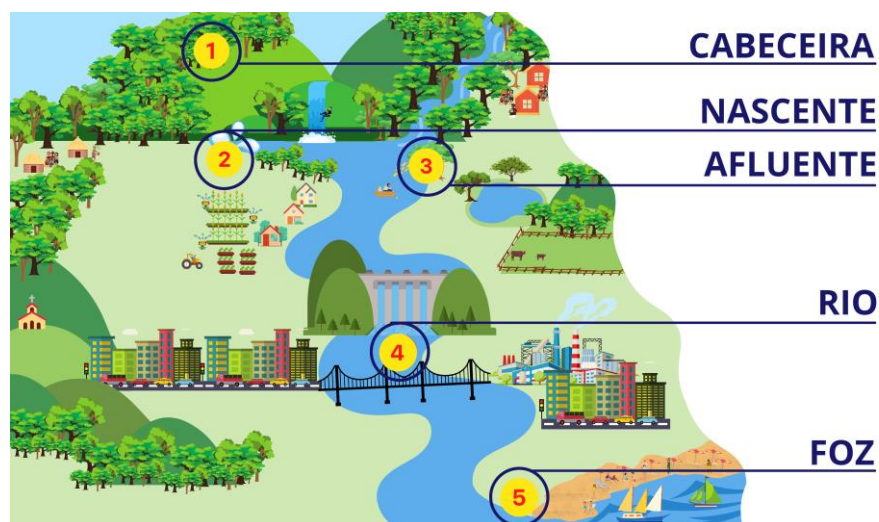


Figura 15 – Os cinco momentos de planejamento e aplicação “da cabeceira a foz”.

Fonte: Autora (2021).

1º Momento – Cabeceira: Esse momento objetivou planejamento, introdução do estudo e promoção de diálogo entre os participantes. A diretoria do comitê participou ativamente do planejamento, auxiliando na seleção de 15 membros para participação das oficinas, o critério de escolha foi através da divisão proporcional entre os

segmentos. Como ocorreu a impossibilidade de participação de alguns dos selecionados, a estratégia foi apresentar previamente em uma reunião do comitê a importância da elaboração do plano de ação, deixando em aberto a adesão voluntária. A apresentação facilitou o entendimento dos membros e rapidamente foram definidos os 15 participantes.

A interação inicial dos participantes aconteceu por meio de um grupo no WhatsApp, facilitando a comunicação devido ao distanciamento ocorrido pela pandemia de COVID-19. Após a criação do grupo as regras de convivência foram direcionadas pela pesquisadora, informando que aquele seria um espaço de transferência de informação, diálogo e contribuição. Foram desativados os comentários do grupo por alguns dias até todos visualizarem as regras de convivência, liberando para diálogo com uma pergunta calorosa sobre as expectativas dos participantes para a criação do plano de ação. A interação e retorno inicial foi positiva, todos se sentiram muito à vontade para se expressar. Nesse momento a pesquisadora e a diretoria do comitê avaliaram os formatos de apresentação das informações do estudo sem os momentos presenciais. Para não se tornar cansativo as apresentações nas oficinas, os assuntos prévios foram abordados ampliando a frequência das interações e diminuindo sua duração individual. Essa abordagem facilitou discussões serem iniciadas no grupo e alinhamento de todos os participantes para os próximos momentos de construção do plano de ação.

No processo de construção do plano de ação de comunicação e mobilização da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim, inexistiu uma formatação engessada. Definimos as temáticas abordadas e as apresentamos utilizando todas as ferramentas possíveis dos meios digitais selecionados. A lógica de apresentação das informações seguiu os tópicos apresentados nesse estudo: introduzimos a importância do estudo; apresentamos as perspectivas da gestão participativa no Brasil e nas águas e pontuamos seus principais desafios; apresentamos os comitês de bacias hidrográficas brasileiros estudados, explicamos e disponibilizamos tabela das atividades desenvolvidas por esses comitês no horizonte de tempo do estudo; e por fim apresentamos a metodologia de aplicação para construção do plano. Para isso usamos vídeos rápidos explicativos, postagens no Instagram com designer atrativo, interação através de perguntas nos

stories do Instagram, além de áudios e textos acompanhados de mapas mentais, fluxogramas e planilhas. A última ação relacionada a apresentação de informações do estudo foi uma live no Instagram com a pesquisadora e a diretoria do comitê para apresentação sistematizada da pesquisa.

Não houve desafios relacionados a dificuldade de acesso à internet e entendimento das ferramentas pelos 15 participantes diretos da pesquisa, já que foi definido em conjunto os meios digitais comuns utilizados por todos. Aproveitamos os meios existentes do comitê como o Instagram e página no Facebook, e tudo que era postado fora do grupo do WhatsApp era replicado dentro. Nosso interesse foi divulgar a pesquisa, envolver os parceiros e membros do comitê e principalmente chamar a atenção da sociedade. A sociedade interagiu por diversos momentos pelo Instagram do comitê, utilizamos enquetes e testes para os seguidores escolherem atividades, formas de aplicação, além das perguntas abertas. O próprio processo de construção do plano de ação, foi desenvolvido seguindo a proposta das atividades, com inserção de formatos para além dos formais e técnicos. A aplicação teve um olhar para além de criar um documento, o interesse foi iniciar um processo de responsabilização dos envolvidos direta e indiretamente na construção do plano. Despertar o sentimento dos membros do comitê, e iniciar a mobilização e integração das comunidades, entendido pela pesquisadora como um passo necessário para o plano de ação efetivamente sair do papel após a pesquisa.

Finalizando esse momento inicial, os 15 participantes foram divididos em três equipes para aplicação da próxima fase. Não houve separação de conversas em outro grupo do WhatsApp, a intenção foi manter as contribuições integradas. Os próprios participantes definiram suas equipes, datas e horários para aplicação das oficinas iniciais.

2º Momento – Nascente: Após a divisão das três das equipes, os próprios participantes escolheram um nome utilizado popularmente para identificar uma nascente, permanecendo: 1ª equipe – Mina, 2ª equipe – Olho d'água, 3ª equipe – Fonte. As oficinas foram iniciadas com um café com prosa digital, mesmo no formato remoto inserimos um momento descontraído de bate papo inicial, o que facilitou a interação dos participantes, tornando o ambiente acessível e dinâmico para se expressarem. Em seguida

foi aberto pela pesquisadora uma breve explicação do processo de condução da pesquisa a elaboração do plano, esclarecendo eventuais dúvidas.

A pesquisadora provocou os participantes a apresentarem suas opiniões sobre quais aspectos o CBH Rio Itapemirim precisaria avançar para propiciar o envolvimento de suas comunidades, todos os participantes foram ouvidos. Pontuado pelos participantes, o comitê apresenta inúmeras dificuldades, entretanto é notório o amadurecimento do comitê nos últimos anos. A potência destacada foi a forte articulação política a nível de Estado, o que viabilizou a implementação de instrumentos como o plano de bacia e o enquadramento dos corpos d'água na bacia do Rio Itapemirim. Como principais desafios pontuados foram a necessidade de profissionais contratados para funções executivas e a falta de implementação da cobrança pelo Estado. Mesmo que o comitê avance com o instrumento cobrança, o mesmo não pode ser implementado sem haver primeiro a definição do Estado. Consequência disso, impede a delegação de uma agência de bacia ou instituição similar para o comitê receber recursos e executar ações, o que dificulta e até inviabiliza a execução de inúmeras atividades. O grande questionamento que permeou após a exposição dos desafios foi: Como o comitê consegue vencer o desafio de desenvolver atividades com suas comunidade se o cenário descrito não possui previsão de alteração?

A pesquisa realizada auxiliou a percepção dos participantes para o potencial de parcerias em ações conjuntas, despertando a necessidade de conhecer grupos ainda não percebidos e/ou apoiados pelo comitê. Além disso, iniciar a execução do plano com atividades que poderiam ser realizadas pelo comitê e parceiros já existentes, a fim de induzir um movimento e concentrar a articulação a nível local e regional para geração de novas parcerias.

Em seguida a pesquisadora exibiu uma síntese dos levantamentos realizados, explicou as categorias e disponibilizou um quadro com o resumo das atividades levantadas. Cada grupo construiu um novo quadro, tendo como base um modelo disponibilizado pela pesquisadora (Figura 16). Na aba atividades norteadoras os participantes inseriram as atividades no formato brainstorming – tempestade de ideias, essa técnica consiste em dar liberdade criativa aos participantes de expor ideias de atividades. Não

consideramos nesse exercício questões da execução: como, quando, onde e quem. Baseado na planilha de atividades dos comitês de estudo dessa pesquisa, os participantes foram estimulados a explorar todas as capacidades criativas, intelectuais e suas vivências, nenhuma ideia foi eliminada nesse momento. Em seguida na aba proposição ocorreu a seleção das atividades duplicadas e de forma geral as que já possuíam inviabilidades para sua execução. Feita a seleção, passamos pela análise dos possíveis parceiros e capacidade de execução do comitê, verificando quais atividades teriam maior viabilidade para execução.



Figura 16 – Quadro de definição coletiva das atividades para o plano de ação.
Fonte: Autora (2021).

O quadro de definição coletiva das atividades para o plano de ação foi preenchido indicando: atividades? – atividades finais selecionadas de forma participativa pelo grupo; como? – descrição de como seriam executadas as atividades; quem? – previsão de responsáveis por cada etapa de execução; onde? – em qual parte do território da bacia a atividade iria ocorrer; e quando? – período previsto de execução. Essa organização facilitou a visualização dos participantes que escolheram, acrescentaram e adequaram as atividades de acordo com a realidade vivenciada pelo comitê. No momento não ocorreu a definição concreta dos indicadores da descrição de execução das atividades, apenas uma sugestão de possibilidades. A proposta foi justamente estimular uma “chuva de ideias” que no próximo momento seriam analisadas e descritas mais detalhadamente.

A pesquisa realizada auxiliou a percepção dos participantes para o potencial de parcerias em ações conjuntas, despertando a necessidade de conhecer grupos ainda

não percebidos e/ou apoiados pelo comitê. A conclusão foi pensar em atividades que poderiam ser iniciadas pelo comitê e parceiros já existentes, induzindo um movimento para concentrar a articulação a nível local e regional gerando novas parcerias. A troca de ideias entre os participantes foi constante, cada oficina só foi encerrada após todos apresentarem suas sugestões e concordarem com a definição final do quadro. Encerramos com a definição de um representante de cada equipe responsável por apresentar no próximo momento o quadro construído. Por fim a pesquisadora analisou os três quadros e integrou atividades semelhantes, unificando as informações em uma planilha (Quadro 12) para o próximo momento de elaboração do plano.

Nº	ATIVIDADES DEFINIDAS NO MOMENTO NASCENTE	
	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO
01	Vídeo Institucional	<p>-Como: Criação de um vídeos institucional do comitê para ampliar a visibilidade nas comunidades locais, explicando como funciona, quem ode participar e quem são os membros e instituições parceiras.</p> <p>-Quem: A princípio pelos próprios membros de forma mais simples e buscar parceria com instituições para custeio de um vídeo profissional.</p> <p>-Onde: Distribuído nos meios digitais do comitê e dos parceiros, apresentado em eventos que o comitê fizer parte.</p> <p>-Quando: Criação do vídeo no primeiro ano de aplicação do plano.</p>
02	Abertura de editais para classificação de projetos	<p>-Como: Criação de um edital de adesão voluntária de projetos já existentes na bacia, realizando uma premiação em formato digital e divulgação dos vencedores.</p> <p>-Quem: Criação do edital – GT a ser criado; Prêmios – Articular junto a parceiros do comitê.</p> <p>-Onde: Em toda a bacia.</p> <p>-Quando: No segundo ano de execução do plano.</p>
03	Concursos culturais	<p>-Como: Promover concursos culturais de desenho, fotografia, música e poesia em escolas da rede pública de ensino.</p> <p>-Quem: Criação do edital – GT de Educação Ambiental; Prêmios – Articular junto a parceiros do comitê.</p> <p>-Onde: Definição de quantos municípios serão atendidos por ano e realização de divulgação para adesão voluntária.</p> <p>-Quando: No segundo ano de execução do plano.</p>
		<p>-Como: Criação de um espaço de comunicação direta entre comunidades e comitê. Utilização de e-mail próprio e espaço nos meios digitais já existentes do comitê.</p>

04	Espaço de comunicação direta	<p>-Quem: Formação de uma equipe dentro do GT de comunicação responsável pela análise e transferência das informações a plenária e retorno aos solicitantes.</p> <p>-Onde: Meios digitais do comitê.</p> <p>-Quando: Contínuo.</p>
05	Oficina sobre enquadramento	<p>-Como: Realização de uma oficina para apresentar os resultados o enquadramento dos corpos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim.</p> <p>-Quem: Técnicos da AGERH, CT e GTs do comitê relacionados a temática.</p> <p>-Onde: Para toda a bacia em formato digital.</p> <p>-Quando: No primeiro ano de execução do plano.</p>
06	Criação do site	<p>-Como: Criação de um site para disponibilizar todas as informações do comitê, dando publicidade as comunidades da bacia do que é discutido e deliberado.</p> <p>-Quem: Articulação iniciada com parceiros para o desenvolvimento e alimentação de informações. Diretoria responsável pela articulação e organização das informações.</p> <p>-Onde: Digital.</p> <p>-Quando: No primeiro ano de execução do plano.</p>
07	Programa contínuo de Educação Ambiental	<p>-Como: Desenvolver ações contínuas de educação ambiental no ensino formal e não formal.</p> <p>-Quem: GT de Educação Ambiental, Prefeituras Municipais, Instituições parceiras do comitê.</p> <p>-Onde: No primeiro ano em um município da bacia, no segundo ano de acordo com as parcerias constituídas ampliar para mais municípios</p> <p>-Quando: Contínuo.</p>
08	Reconhecimento de boas práticas na bacia	<p>-Como: Divulgação pelo comitê em seus meios digitais, replicando aos das instituições parceiras, cadastro de boas práticas desenvolvidas por instituições, grupos e atores da bacia. Haverá um critério de avaliação e seleção definido por um GT do comitê para dar visibilidade, reconhecendo e valorizando essas ações.</p> <p>-Quem: Membros e parceiros do comitê através do GT.</p> <p>-Onde: Em toda a bacia.</p> <p>-Quando: No segundo ano de execução do plano.</p>
		<p>-Como: Definição de campanhas digitais nas redes sociais do comitê para trabalhar temáticas relacionadas a gestão de recursos hídricos junto as comunidades. Exemplos: Lei das águas e seus instrumentos, notícias sobre recursos hídricos na região, trazer</p>

09	Campanhas nos meios digitais	<p>histórias e lendas sobre os rios da bacia, dicas e curiosidades sobre usos da água.</p> <p>-Quem: Membros e instituições parceiras do comitê; GT de comunicação social.</p> <p>-Onde: Meios digitais do comitê.</p> <p>-Quando: Cinco campanhas com periodicidade semanal.</p>
10	Agendas comitivas	<p>-Como: Visitar em comitivas os municípios da bacia e conhecer os atores locais e projetos já existentes. O produto seria um censo de ações e atores para verificar quais ações possuíam ligação aos objetivos do comitê para constituir parcerias.</p> <p>-Quem: Formação de comitivas com os membros do comitê e parceiros.</p> <p>-Onde: Em todos os municípios da bacia.</p> <p>-Quando: Mínimo de duas visitas por ano em cada município.</p>
11	Caminhadas e trilhas para conhecer a bacia	<p>-Como: Desenvolver nas principais datas comemorativas da bacia atividades, iniciando com os próprios membros e parceiros do comitê e convidado atores locais e grupos da bacia. O objetivo é conhecer as belezas naturais da bacia, registrar e divulgar.</p> <p>-Quem: Grupos organizados, membro e parceiros do comitê.</p> <p>-Onde: Em toda a bacia.</p> <p>-Quando: Principais datas comemorativas relacionadas a recursos hídricos – dia mundial da água, semana do meio ambiente, dia da árvore e dia do rio.</p>
12	Expedições	<p>-Como: Realização de expedições para conhecer além dos aspectos ambientais, a realizada social e cultural das comunidades das microbacias.</p> <p>-Quem: Membros do comitê e parceiros.</p> <p>-Onde: Em duas microbacias a serem selecionadas pelo comitê.</p> <p>-Quando: Uma expedição por ano.</p>

Quadro 12 – Atividades escolhidas nas oficinas participativas de elaboração do plano de ação – momento nascente.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos quadros de definição coletiva das atividades das três equipes – mina, olho d'água e fonte.

3º Momento – Afluente: Última oficina participativa do processo de construção do plano de ação, esse momento se configurou em receber contribuições internas – membros e parceiros do comitê, e externas – comunidades da bacia. A oficina foi aberta, todos os membros do comitê foram convidados e utilizamos os meios digitais do comitê para chamar a comunidade a participar do processo. Essa oficina se configurou no momento de construção final do plano de ação, sendo necessário a presença no mínimo da pesquisadora e dos representantes de cada equipe.

Objetivando propiciar um movimento e participação para além dos formatos tradicionais, antecedendo uma semana da aplicação da oficina, utilizamos outras formas de envolvimento. A ferramenta story do Instagram facilitou o envolvimento de forma divertida e criativa dos membros e das comunidades da bacia. Enquetes foram preparadas inserindo animações, vídeos e músicas para chamar a atenção, as sugestões de atividades foram compartilhadas e os seguidores votaram nas que possuíam maior preferência. A figura 17 apresenta os resultados das enquetes com as principais preferências escolhidas pelos seguidores do CBH Rio Itapemirim. Foram aproximadamente 340 interações nos stories do Instagram do comitê, as três atividades com maiores índices de aceitação foram as campanhas nos meios digitais, agendas comitivas e o programa de educação ambiental.

Da mesma forma, os quadros e enquetes foram compartilhadas no grupo do WhatsApp para receber contribuições dos participantes. Assim propiciamos diferenciados meios e modelos, envolvendo todos no processo de escolha das atividades. O resultado desse exercício foi levado a oficina afluente, facilitando a definição do quadro final de atividades a serem desenvolvidas pelo CBH Rio Itapemirim no horizonte de dois anos.

Durante a oficina os três quadros desenvolvidos no momento nascente foram apresentados pelos representantes das equipes, a planilha com a integração dos quadros foi explicada pela pesquisadora. Todas as contribuições recebidas pelo movimento no Instagram do comitê e pelo grupo do WhatsApp foram expostas e analisadas pelos participantes. Após o processo de discussão as planilhas foram preenchidas definindo primeiro as atividades que permanecem, sua descrição, suas etapas de construção e o território e momento de aplicação. Nesta fase ficou mais claro a definição das responsabilidades e proposição das parcerias, concluindo todos os dados necessários para ao plano.



Figura 17 – Resultados das enquetes no Instagram do CBH Rio Itapemirim
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das enquetes do Instagram.

A preocupação dos participantes e da pesquisadora foi na seleção de atividades com viabilidade de execução financeira e temporal. Foram discutidas as principais ações para movimento inicial que objetivassem a divulgação do comitê, o conhecimento do território e a articulação local e regional. A pesquisadora disponibilizou o formato para o plano com as planilhas já esboçadas, isso facilitou o processo de execução desse momento. Para cada atividade foi discutido em conjunto as categorias, definindo onde seriam aplicadas e os apoiadores e executores, trazendo a princípio as próprias instituições dos membros. Ao final da oficina, foi definido que após a aprovação do plano seria realizado o envio da proposta de parceria as instituições para formalização e garantia da execução.

4º Momento – Rio Principal: Construído o plano de ação, foi disponibilizado em formato digital a diretoria que encaminhou por e-mail no dia 21 de maio de 2021 aos 24 membros do CBH Rio Itapemirim, distribuídos entre titulares e suplentes para apreciação. As contribuições foram recebidas no período de dez dias, os representantes do grupo avaliaram as sugestões enviadas e adequaram o plano. O plano foi apresentado na 65ª reunião ordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 08 de junho de 2021, a todos os participantes, o plano é aprovado por unanimidade pela plenária.

Com a aprovação do plano de ação, a primeira ação desenvolvida do tipo atividades contínuas foi as campanhas digitais, não foram patrocinadas as publicações, todos os resultados obtidos foram no orgânico. Foram produzidas 15 postagens pelo GT de comunicação social e parceiros do comitê, a diretoria do comitê realizou a aprovação e o conteúdo foi agendado. A figura 18 apresenta alguns dos materiais produzidos e publicados no Instagram do CBH Rio Itapemirim. Para cada conteúdo foram pensadas estratégias de engajamento dos seguidores através das ferramentas disponibilizadas pelo próprio Instagram. Enquetes, caixinhas de perguntas, jogos, vídeos dos membros do comitê, fotos, músicas e poesias foram utilizadas para chamar a atenção do público da bacia.



Figura 18 – Materiais produzidos e publicados no Instagram do CBH Rio Itapemirim
 Fonte: Instagram do CBH Rio Itapemirim – @cbh_rioitapemirim

Nos 15 primeiros dias de atividade no Instagram do CBH Rio Itapemirim, a conta teve um crescimento de 30% no número de seguidores, as publicações apresentaram um alcance de 2.589 contas, e as curtidas e comentários representaram 20% do quantitativo total de seguidores. Com as informações disponíveis no perfil do Instagram do comitê na aba insights, avaliamos a média de engajamento das campanhas digitais. A média de engajamento é resultado da divisão entre o número de interações, número de seguidores, em um período selecionado, multiplicado por 1.000. Para definir se o

engajamento é bom, utilizamos o mLabs, uma ferramenta de análise de engajamento de redes sociais que fornece informações do desempenho de contas. A métrica para a conta do CBH Rio Itapemirim realizada no mLabs indicou a variação de 0% a 3% como baixa, 3% a 4% como média e acima de 4% alta. A média de engajamento calculada no perfil do comitê entre o período de 05 de julho a 20 de julho foi de 16%, considerado uma porcentagem alta. Verificamos também o público alcançado, dividido entre as maiores porcentagens de interação com o conteúdo. Os municípios com maiores interações foram na bacia do Rio Itapemirim: Cachoeiro de Itapemirim (36%), Lúna (3%), Marataízes (5%), Castelo (10%), Alegre (5%). O restante da porcentagem está dividido em 20% em outros municípios da bacia do Rio Itapemirim e 21% em outras regiões do país. Os resultados indicam que as campanhas digitais obtiveram 79% de interação com as comunidades da bacia.

A primeira atividade desenvolvida do tipo ações periódicas, foi o aniversário de 15 anos do comitê. Devido a pandemia COVID-19, a comemoração ocorreu 100% no formato digital nas redes sociais do comitê entre os dias 19 e 21 de julho. A divulgação iniciou uma semana antes em sites, redes sociais e grupos no WhatsApp do comitê e de seus parceiros. O evento foi intitulado como “Cultura e Território: Água como elemento integrador”, os momentos principais foram: primeiro dia no YouTube – conferência de abertura sobre a história social do Rio Itapemirim; segundo dia no Instagram – roda de conversa sobre a perspectiva da educação ambiental na bacia do Rio Itapemirim; e terceiro dia no Instagram – roda de conversa sobre educação ambiental no meio rural e urbano (Figura 19). Durante todos os dias do evento os stories do Instagram geraram interação direta com enquetes, músicas, vídeos de apresentações culturais, caixinhas de pergunta, animações, falas dos membros e parceiros do comitê e uma live de abertura apresentando o tema escolhido.



Figura 19 – Programação do evento “Cultura e Território: Água como elemento integrador” em comemoração dos 15 anos do CBH Rio Itapemirim
 Fonte: Instagram do CBH Rio Itapemirim – @cbh_rioitapemirim

O evento reuniu aproximadamente 150 pessoas por dia, o número de seguidores da conta no Instagram subiu 15% e a interação nos stories obteve uma média de 500 visualizações. Após o evento em comemoração aos 15 anos do comitê, o GT de comunicação social e o GT de Educação Ambiental discutiram a possibilidade de integração dos grupos.

5º Momento – Foz: Os GTs de comunicação social e educação ambiental foram integrados. Com a renovação dos membros participantes e ações semelhantes sendo trabalhadas, a integração foi a melhor estratégia, unindo esforços para execução de ações. Os dois GTs eram os principais responsáveis pela condução do plano, os integrantes buscaram auxílio da pesquisadora para implementar mais uma fase de discussões e adequar o plano aprovado. Já havia um plano de Educação Ambiental em processo de elaboração, o grupo se reuniu no modelo mesa redonda, mas no formato digital. Foram necessários 3 encontros para realização da adequação do plano, todos que participaram da construção inicial no momento nascente e afluentes foram convidados a participar. O modelo mesa redonda atendia as necessidades, pois só precisariam se reunir e discutir com mediação o tema, a pesquisadora realizou essa organização e mediação garantindo que todos tivessem o direito de expressar suas

opiniões de forma organizada. A primeira mesa redonda teve como objetivo nivelar as informações e apresentar o plano de ação elaborado. Os integrantes do GT apresentaram o esboço do plano de educação ambiental que estava sendo construído, e foi definido que as atividades seriam absorvidas em um plano único. A segunda mesa redonda teve o foco na integração das propostas do plano de educação ambiental ao plano de ação de comunicação e mobilização, discutindo onde elas se encaixariam, e como seria sua aplicação. A terceira mesa redonda definiu a inserção da realização de um workshop para o ano de 2022 com a finalidade de convidar a sociedade e organizações da bacia a: conhecer as ações do comitê previstas para 2022; integrar ações e formalizar parceiras. O plano foi redigido e enviado aos participantes do GT de educação ambiental e comunicação social – GT-EAC para análise geral. Das considerações feitas e aceitas por todos, inserimos os objetivos de desenvolvimento sustentável contemplados pelo plano e a análise de potenciais riscos para seu cumprimento. A versão final foi enviada por e-mail a todos os membros do comitê no dia 05 de dezembro de 2021.

Na 68ª reunião ordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 14 de dezembro de 2021, o plano é apresentado presencialmente pela pesquisadora a plenária. Durante a reunião participantes reforçaram a importância da pesquisa e construção do plano para a bacia, com destaque ao fato de ter envolvido a sociedade e os membros no processo. Muitos membros relataram com entusiasmo a realização das ações destacadas no momento rio principal e como se sentiram motivados com o processo. Pontuaram que as atividades refletiram principalmente no aumento de valor empregado ao comitê por suas instituições parceiras e pelas comunidades. Não houve quórum necessário para aprovação do plano de ação nessa reunião, contudo ocorreu a 8ª reunião extraordinária no dia 21 de dezembro de 2021, 100% remota, e o plano obteve aprovação por unanimidade.

Sempre que solicitado pelos membros do comitê e integrantes do GT-EAC, a pesquisadora se dispôs a pensar junto, a apresentar a pesquisa nas mais variadas formas e a desenvolver momentos participativos. O que nos importou foi a entrega de um documento executável, considerando a realidade do CBH Rio Itapemirim, as características do território hidrográfico e as proposições dos membros, parceiros e

comunidades. A experimentação de algumas ações só reforçou sua viabilidade de execução, o movimento e interação ocorrido pelas comunidades motivou os membros e parceiros do comitê a dar continuidade na aplicação do plano.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esse estudo objetivou propor caminhos para fortalecer a relação dos comitês de bacias hidrográficas com suas comunidades. Dividido em duas fases, a primeira fase do estudo consistiu em pesquisa bibliográfica, documental e categorização. Analisamos a gestão participativa em uma perspectiva de Brasil e nas águas, buscando lacunas para que esse envolvimento ocorra. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi a principal responsável pela expansão da participação das comunidades brasileira nas políticas públicas instituindo mecanismos como o plebiscito, a iniciativa popular, o referendo e possibilitando a criação de mecanismos públicos diferenciados. Os desafios encontrados para mudar a visão de um Estado por décadas conservador, clientelista e autoritário são inúmeros frente a poucos anos de um governo democrático de direito. Embora a gestão democrática no Brasil seja recente, marcos legais posteriores a CF/88 apresentam proposições inovadoras, em destaque nesse estudo a Lei 9.433 de 1997, conhecida como Lei das Águas que institui a PNRH e cria o SINGREH.

A Lei das Águas aponta em um de seus princípios básicos que a gestão dos recursos hídricos precisa ocorrer de forma descentralizada e contar com a participação de usuários, sociedade civil e governo. Ao criar o SINGREH, a PNRH possibilita a sociedade atuar em seu território através de ambientes colegiados participativos, como os conselhos e com destaque nesse estudo os Comitês de Bacias Hidrográficas (BRASIL, 1997).

A disponibilidade hídrica é necessária para a manutenção de todas as formas de vida, seja em qualidade ou em quantidade. O entendimento que água integra absolutamente tudo, foi percebido por filósofos antes de Cristo como Tales de Mileto – “Água é o princípio de todas as coisas”. Com múltiplos usos, gerir recursos hídricos envolve questões que vão além de decisões técnicas, é preciso considerar formas sociais e os desejos das comunidades que vivenciam as decisões tomadas nesse colegiados (RABELO, 2002). Integrar sentimentos, histórias, vontades e costumes a gestão é um grande desafio. São diversos contextos relacionados a participação social, não existe uma única forma de cultivar, existem experiências norteadoras que devem ser aprimoradas e adaptadas (BORDENAVE, 1994).

Os comitês são os entes mais importantes do SINGERH para estimular o envolvimento das comunidades, são eles que possuem o “pé na bacia”. Estreitar a relação entre suas comunidades é uma estratégia que fortalece interna e externamente o comitê. Internamente temos a percepção de responsabilidade dos próprios membros, o despertar do sentimento e a compressão melhor de seu papel como representante. Externamente ocorre a construção de visibilidade do comitê para suas comunidades, antes desconhecido ou não entendido, propiciando novos públicos se manifestarem. Todo o processo de executar ações objetivando a aproximação das comunidades, consolida a participação, o que resulta em legitimidade e visibilidade a essas instituições (KEMERICH, 2014; IPEA, 2012).

Ainda na primeira fase do estudo, buscamos CBHs brasileiros referência em boas práticas, identificando e categorizando suas principais atividades. O Brasil conta com um expressivo acervo de iniciativas exitosas envolvendo a participação social ao que diz respeito a gestão das águas. Com a análise comparativa dos CBHs Rio dos Sinos, Rio das Velhas, Rio São Francisco e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, constatamos avanços na aproximação com as comunidades. Ao utilizar atividades para além dos formatos tradicionais de reuniões técnicas, esses comitês despertaram públicos diversificados.

Também identificamos nos comitês estudados diversidade nas características regionais e momentos diferentes de implementação dos instrumentos de gestão. Dos instrumentos de gestão, avaliamos principalmente a implementação da cobrança, que possibilita uma gestão financeira ao comitê através da agência de bacia. Identificamos que a disponibilidade financeira é uma fragilidade para os comitês que não possuem cobrança instituída e agência de bacia. Contudo, constatamos também que o poder de articulação política dos membros do comitê fará maior diferença que os recursos financeiros propriamente ditos. Essa análise confirmou que a viabilidade de aplicação da metodologia em outros comitês brasileiros independe de instrumentos de gestão efetivados. No entanto, a criação e aplicação de um plano de ação objetivando a aproximação da sociedade, gera movimento e fortalece a gestão, mas não extingue a necessidade de implementação da cobrança ou aplicação de experiências que tragam sustentabilidade financeira aos comitês.

O levantamento das atividades, a criação de categorias de classificação e a organização desses dados, auxiliou todo o desenvolvimento da segunda etapa do estudo: planejamento e aplicação das oficinas participativas para construção do plano de comunicação e mobilização social do CBH Rio Itapemirim. As mesmas informações coletadas nos quatro comitês referência de boas práticas, foram coletadas no comitê de aplicação do estudo, o CBH Rio Itapemirim. A intenção foi avaliar previamente a realidade do comitê e adaptar a aplicação.

Essa etapa oportunizou o relacionamento direto com todos os membros do CBH Rio Itapemirim em momentos diversificados de interação. O desenvolvimento das oficinas e dos inúmeros momentos de discursões, demonstraram que é factível uma avaliação para além da coleta de dados e aplicação de um método avaliativo. Foi possível discutir, aplicar, ajustar, testar, avaliar, retomar a discussão, envolver mais atores, unir expectativas e potencialidades, tudo isso de forma flexível as diferentes visões.

O desafio foi muito além da definição de atividades para construção de um plano de ação, todo o processo de aplicação foi acompanhado de experimentação a novas possibilidades e estratégias. A preocupação estava em despertar nos envolvidos na construção do plano, os parceiros e membros do comitê, o sentimento de responsabilidade, comprometimento e motivação para aplicação. Desafio claramente cumprido com a aprovação unanime do plano de ação e dedicação desempenhada pelos envolvidos na atividade aplicada com suas comunidades.

É inegável a importância desse tema para a gestão de recursos hídricos no país, pontuamos a necessidade de pesquisas futuras aprofundando estudos para fortalecimento dessa relação entre comunidades e comitês. Dando continuidade a esse estudo, avaliar o processo de planejamento, articulação e execução das atividades do CBH Rio Itapemirim com suas comunidades é pertinente. Buscar inserir no estudo o que não está descrito nos documentos, ou seja, as sensações e saberes compartilhados entre representantes e representados, os desafios sentidos durante a aplicação do plano.

Outro tema pertinente está em compreender quais são os mecanismos que despertem o sentimento nas comunidades para que a participação social seja sentida e vivida. Esse despertar varia de acordo com o público, com a cultura do local, existem muitas relações que só os entes vivos daquele local poderão expressar. Aprofundar no tecido social das comunidades da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim, identificar atores comunitários e ouvir os desejos, as histórias, as percepções e suas vivências contribuirá com estratégias mais assertivas de aproximação com as comunidades.

Também mereciam ser examinados em pesquisas futuras as iniciativas exitosas promovidas pelo estado, municípios e por instituições no território da bacia hidrográfica do Rio Itapemirim. Existem muitos movimentos ocorrendo de forma simultânea, identificar e explorar objetivando valorizar e até mesmo integrar forças de forma direcionada.

É fundamental salientar algumas das principais limitações da pesquisa, a primeira possui relação com a metodologia utilizada. Entendemos que o mundo enfrenta uma Pandemia do vírus COVID-19, contudo os momentos participativos com o CBH Rio Itapemirim seriam melhor aproveitados presencialmente. A aplicação utilizando meios digitais impossibilita visualizar gestos, olhares, comportamentos no geral que seriam interessantes avaliar e explorar.

A segunda limitação foi a previsão de forma realista do tempo necessário para ocorrer tramites internos no CBH Rio Itapemirim. O fechamento do estudo foi vinculado a aprovação final do plano de comunicação e mobilização social. Para isso ocorrer foram necessárias algumas apresentações do plano e seu processo de construção, posterior envio aos membros para análise e considerações, ajustes das sugestões e submissão em outra reunião para a aprovação final. O agendamento das reuniões e momentos participativos oscilaram, muitas incompatibilidades de horários entre os participantes além do risco de falta de quórum para aprovação.

Por fim, o plano de mobilização e comunicação social foi aprovado antes da formalização dos parceiros vinculados a execução das atividades. As parcerias inseridas no plano foram sugestivas com uma articulação iniciada. A diretoria do CBH Rio

Itapemirim e os membros do GT de educação ambiental e comunicação social já realizaram as conversas e receberam a sinalização das parcerias. Nesse caso específico não incorreu em novas alterações ao plano, contudo, não deixou de ser considerado um risco a não formalização, que deveria ser realizada anterior a aprovação final do plano.

RECOMENDAÇÕES PARA PROPICIAR O ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL

Após vivência em ambientes colegiados, trabalho contínuo com grupos e comunidades tradicionais e imersão na construção de um plano de ação participativo com membros do CBH Rio Itapemirim, proponho orientações a serem consideradas por comitês. Durante a elaboração do plano de comunicação e mobilização social objetivando envolver suas comunidades, as orientações apresentadas subsidiarão a efetividade das atividades definidas.

- 1. Criação de um Grupo de Trabalho – GT:** criar ou atribuir a um GT já existente a responsabilidade de discutir, planejar e gerenciar a aplicação das atividades novas e repensar atividades já executadas, com a finalidade de aproximar novos públicos.
- 2. Mapear instituições do território hidrográfico:** é necessário clareza das possibilidades de parcerias, facilitando a articulação direcionada para execução de ações integradas. Importante considerar as instituições públicas do primeiro e terceiro setor, como as instituições do segundo setor, principalmente as sujeitas ao licenciamento ambiental por possuírem obrigatoriedade no cumprimento de condicionantes, facilitando a ligação entre recurso e ação. Esse mapeamento pode ser iniciado sem recursos financeiros, apenas com articulação interna entre os membros no formato de mesa redonda, criando uma lista de contatos inicial e determinando um grupo para realizar a articulação.
- 3. Envolver Ministério Público na criação do plano de mobilização e comunicação social:** facilita o envolvimento e a participação dos setores públicos municipais, a

articulação com instituições do terceiro setor para a captação de recursos, e fortalece as chances de formalizar e articular parcerias.

4. Ampliar a utilização de meios digitais pelos comitês: Dados da Hootsuite e WeAre-Social, as ferramentas digitais de gestão de redes sociais mais utilizadas no mundo, indicam que no ano de 2021, 70,3% da população brasileira está nas redes sociais, e a média de tempo é de 3 horas e 42 minutos. São inúmeras as ferramentas que os comitês podem utilizar de forma gratuita como lives, apresentação de conteúdos em imagem e vídeos, disponibilizar acesso para a participação das comunidades nas reuniões, criar eventos culturais, entre outros. A cada dia estamos mais conectados, lançar mão desses meios de forma estratégica pode alcançar variados públicos.

5. Conhecer a cultura da bacia: As festas, costumes, religiões, as comunidades tradicionais, entre outros. Planos e estudos técnicos sempre se preocupam em trazer dados científicos como hidrologia, uso e ocupação do solo, geomorfologia, biodiversidade. No entanto as informações culturais são importantes para entender a relação da água com as pessoas que utilizam dela.

7 CONSIDERAÇÕES PARA O SINGREH

Vivemos em um país com proporções continentais, onde em uma mesma bacia hidrográfica encontramos características culturais e geográficas diversas. Um dos grandes desafios que essa pesquisa aponta está em propiciar e envolver as comunidades dos CBHs através de atividades diversificadas para além das tradicionais. Não centramos na qualidade dos processos participativos, mas no movimento para atribuir novos olhares e sentidos as comunidades, criando e ampliando a visibilidade dos comitês em seus territórios.

Nossa PNRH possui instrumentos que demandam de um processo participativo para sua elaboração e sobretudo execução. Para efetivar um processo participativo, a sociedade precisa se sentir parte do processo, isso envolve primeiro o comprometimento e definição de responsabilidades dos representantes nos CBHs. As instituições participativas, em especial os comitês de bacia possuem como principal objetivo a promoção da participação social. É necessário formações contínuas aos representantes do comitê e aos parceiros externos envolvidos nos grupos de trabalho. Hoje a ANA dispõe de inúmeros cursos gratuitos. Entretanto a abordagem da plataforma não desperta interesse, transmitindo maior aplicabilidade conceitual que prática, e ainda não abordam temáticas com outras perspectivas que melhorariam a gestão. Como exemplo posso citar capacitar os membros para utilizar de forma estratégicas os meios digitais. As próprias reuniões plenárias precisam ser abertas a qualquer um participar. Fica a pergunta da sociedade: Como participar se não existe esse acesso facilitado? Outro curso interessante seria de elaboração, organização e visibilidade de documentos, muitos comitês ainda não disponibilizam documentos que deveriam ser públicos e de fácil acesso a sociedade. Ou até mesmo abordar sobre escrita e linguagens, mesmo o comitê tendo uma equipe de comunicação para adaptar conteúdos técnicos, os representantes precisam aprender a transferir essas informações de forma entenedível e atrativa a sociedade.

Outra questão está relacionada ao desenho legal-institucional dos CBHs, que busca a representação do poder público, usuários de recursos hídricos e da sociedade civil, mas nem todos os público são representados. Existe um número limitado de representantes nos comitês e critérios para adentrar a esses colegiados. Abrir novas vagas

não é uma solução, constatamos deficiência de preenchimento de vagas devido ao desconhecimento e até falta de interesse dos públicos da bacia. Os comitês possuem dificuldade em apresentar e divulgar informações técnicas e sociais a suas comunidades, atualmente a bacia hidrográfica só fica em destaque durante extremos hídricos. Não só comunicar formalmente processos eleitorais e elaboração de instrumentos de gestão devem ser priorizados. Se água se relaciona com tudo, deve ser despertado o sentimento contínuo desse recurso, é necessário “alcançar, sensibilizar, provocar os diversos atores da bacia” (FERNANDES, 2019, p. 128), ou seja, trazer a sociedade para perto, independente no nível de participação.

Reconhecemos também que uma das maiores fragilidades encontradas é a falta de recursos e de instituições que cumpram o papel executor nos comitês, por não possuírem viabilidade de instituir uma agência de bacia. A instituição de uma agência de bacia não ocorre apenas pela falta da implementação da cobrança, o baixo potencial de arrecadação na bacia influi nesse processo, realidade da grande parte das bacias hidrográficas do Estado do Espírito Santo.

O programa Procomitês da ANA, é um programa que transfere recursos da União em retribuição de metas, foi uma estratégia para viabilizar apoio aos entes do sistema. Os comitês são os executores e os órgãos estaduais agentes apoiadores, que acompanham e certificam o cumprimento. Porém, apresenta complicações aos comitês, são inúmeras ações definidas para atingimento de metas vinculadas ao recurso, com inserção de dados em um sistema específico e carregamento das informações em outro. Todo esse trabalho feito de forma voluntária por inúmeros comitês sem suporte administrativo. Após o cumprimento das fases e definição do recurso, ele não está disponível para gerência direta do comitê que não possui agência de bacia. É entendido que são recursos públicos que demandam de processos específicos, mas é inegável que os tramites atuais possuem maior morosidade para aquisição de produtos e serviços que outras instituições públicas.

A gestão hídrica deve considerar as especificidades regionais, sendo necessário a busca por uma solução a este desafio. Existe a urgência em ampliar experiências que tragam sustentabilidade financeira aos comitês, para além do modelo de agência, que

venham a desempenhar funções de secretaria executiva. Sem instituição com papel executor, os comitês ficam vinculados a estrutura governamental. Esse vínculo impede a liberdade no gerenciamento de recursos e o desenvolvimento de políticas que resultem em uma gestão descentralizada, dificultando a capacidade gerencial e a transparência institucional desses colegiados.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

8.1 ARTIGOS, LIVROS E DISSERTAÇÕES UTILIZADOS

AUAD, D. Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, N. 3, 291-323, jan./jun. 2004.

ABERS, R. N. et. al. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2009.

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, 2008, p. 99-112.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p. 43-64.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, p. 703-728.

BRADFORD, L. E. A.; OVSENEK, N.; BHARADWAJ, L. A. **Indigenizing Water Governance in Canada**. Water Policy and Governance in Canada. Global Issues in Water Policy. Cham: Springer International Publishing, 2017.

BARBOSA, A. O. S. **Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco na diversidade dos participantes**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Gestão e Regulação de Recursos Hídricos) – ProfÁgua, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BISSOLI, A. P. A. **Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco nos níveis de participação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Gestão e Regulação de Recursos Hídricos) – ProfÁgua, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

CAMPOS, V. N. O. Gestión participativa del agua sin una cultura de participación: una ecuación a resolver. **Revista Eletrónica de la Redacher**. n 1, Año 1, 2004.

CARDOSO, M. L. M. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Revista Ciência e Cultura**, Ano 55, n. 4, out./nov., 2003.

COSTA, Maria A. M. **Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso CBH Velhas/MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos. **CEBRAP**, 2008.

ESPLUGA, J.; SUBIRATS, J. Participación ciudadana en las políticas de agua en España. En: Del Moral, L & Hernández-Mora, N. (eds.) **Painel científico – técnico de seguimiento de la política de aguas**. Sevilla: Universidad de Sevilla y Fundación Nueva Cultura del Agua, 2008.

FERNANDES, S. A. **Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco na comunicação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Gestão e Regulação de Recursos Hídricos) – ProfÁgua, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito das Águas: disciplina jurídica das águas doces**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 249p.

GOHN, Maria da Glória. **Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. V 10 N3 2016. ISSN: 1984-1639.

HARTMANN, T. **Clumsy floodplains: responsive land policy for extreme floods**. Surrey: Ashgate, 2011.

JACOBI, P. R. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 69-95, jan.-jul. 2010.

JACOBI, P. R.; FRANCALANZA, A. **Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 11-12, p. 41-49, jan./dez. 2005.

KEMERICH, P. D. C.; RITTER, L. G.; DULAC, V. F. Gerenciamento de comitês de bacia: desafios e potencialidade. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM**, Santa Maria, V. 13, N.5, 2014, p.3737-3743.

LANNA, Antônio E. Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/MMA, **Coleção Meio Ambiente**, v. 1, 1995. 171p.

LEAL, R. G. (org). **A democracia deliberativa como nova matriz de gestão pública: alguns estudos de caso**. 1.ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011 – E-book, acesso em www.unisc.br/editora.

LÜCHMANN, L.H.H. **25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas**. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol. 13 – Nº 28. Set./Dez. 2014.

MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 21ª ed., 2002. 80 p. ISBN 85.326.11145-1.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PAULA JÚNIOR, F. de.; MODAELLI, S. (Org.). **Política de água e educação ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília: MMA/SRHU, 2013. 288 p. ISBN 978-85-7738-189-0.

PEREZ, O. C.; SANTOS, G. G. C. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. **BIB**, São Paulo, n. 90, 2019.

RABELO, D. C.; Estratégias Comunicativas na construção da sustentabilidade: a Agenda 21 local de Vitória. **Impulso** (Piracicaba), Piracicaba - SP, v. 13, n.30, p. 35-47, 2002.

_____. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local**. Vitória: EDUFES, 2003.

_____. Informação e comunicação na gestão participativa: uma análise a partir das políticas de recursos hídricos do Brasil e Europa. **Emancipação**. Ponta Grossa, p. 253-264, 2012.

RABELO, D. C.; TEIXEIRA, E. C.; ESPLUGA, J. L. **A participação cidadã no plano de bacia do rio Doce**: análise a partir do Termo de Referência. Revista G&DR, Taubaté/SP, v. 9, nº 3, p. 184-204, set-dez/2013.

RABELO, D. C.; ALVES, A. B. **Nem toda participação é igual**: planejamento de recursos hídricos a partir dos níveis de empoderamento. Revista de Políticas Públicas, p.442-467, 2010.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. **Brasiliense**, São Paulo, Brasil, 63pp, 1991.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 6, nº 11, 2011.

RÜCKERT, F. Q. Uma breve história da educação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, RS, Brasil. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, p. 133-134, num.6, vol.4, jan/dez. 2017.

SILVA, A. F.P. **O Divisor de Águas: Uma história da proposição e debate do projeto de Lei 2.249/91 e da promulgação da nova Lei brasileira de recursos hídricos –Lei 9.433/97**. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós-Graduação em História Social Das relações políticas (PPGHIS). Vitória, 2009.

SOMER, R.; AMICK, T. Pesquisa- Ação: Ligando Pesquisa à Mudança Organizacional. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, 4 , (H. Günther, Trad.), **Laboratório de Psicologia Ambiental**, Brasília, UnB, 2003. (Original publicado em 1984).

SEPULVEDA, R. O. **Sub-comitês como proposta de descentralização da gestão das águas na bacia do Rio das Velhas: o Projeto Manuelzão como fomentador**. Cadernos Manuelzão. V. 1, nº 2, Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, 2006.

SORENSEN, E.; TORFING, J. **Metagoverning collaborative innovation in governance networks**. The American Review of Public Administration, 47 (7), 826–839, 2017.

SOUSA et al. **Política de práticas integrativas em Recife: análise da participação dos autores**. Revista Saúde Pública. V. 45, 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências**. (Tese) Doutorado em Ciências Sociais – Unicamp. Campinas, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, M. **Rewriting the precepts of policy analysis**. In: R. Ellis and M. Thompson, eds. Culture matters: essays in honor of Aaron Wildavsky. London: Routledge, 203–216, 1997.

TORO A., JOSE BERNARDO. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação** / José Bernardo Toro A., Nísia Maria Duarte Werneck. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997, 104p.

TOTTI, M. E.; BALSÀ, C. (Org.). **Gerenciamento e governança de recursos naturais na América Latina: conflitos e atores sociais**. Campos dos Goytacazes, RJ: Multicultural, 2018. 256 p. ISBN 978-85-5635-070-1.

ZELLHUBER, A.; SIQUEIRA, R. **Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização**. Salvador: Ceas, 2007.

ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

8.2 FONTES DOCUMENTAIS ANALISADAS (LEIS, PLANOS, RELATÓRIOS)

AGERH. **Relatório da Etapa A - Diagnóstico e Prognóstico das Condições de Uso da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim**. Espírito Santo: AGERH, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Cadernos de Recursos Hídricos: **O Comitê de Bacia Hidrográfica – o que é e o que faz?** Brasília: ANA, 2011.

_____. **Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil 2017: relatório pleno**. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/static/media/conjuntura_completo.caf2236b.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Resolução CNRH nº 20, de 18 de junho de 1986**. Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional. Brasília, 1986.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

_____. **Decreto nº 9759/2019, de 11 de abril de 2019a**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 9806/2019, de 28 de maio de 2019b**. Altera o Decreto nº 9.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9806.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 9812/2019, de 30 de maio de 2019c**. Altera o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9812.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Relatório de Diagnóstico Consolidado (RP2) do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. 490 p. CBHSF, 2015.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas.** IPEA, 2010.

_____. **O Conselho Nacional de Recursos Hídricos na Visão de seus Conselheiros - Relatório de Pesquisa.** Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. IPEA, 2012.

_____. **Experiências de Monitoramento dos Resultados de Conferências Nacionais – Nota Técnica.** IPEA, 2013.

HABITAT II – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Istambul**, 1996. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onu-habitat/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil.** OECD Publishing, Paris. 2015.

CAMARGOS, L. M. M. (coord.). **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio das Velhas: resumo executivo**, dezembro de 2004. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.

CODEVASF. **Relatório de Gestão 2007.** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. CODEVASF, Área de Gestão Estratégica, Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos, 2008.

PROJETO ÁGUAS DE MINAS. **Relatório de monitoramento das águas superficiais na bacia do rio São Francisco em 2005, sub-bacia do rio das Velhas.** Projeto: Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Minas Gerais – Águas de Minas. Governo de Minas Gerais, 2006.

Profill-Rhama. **Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, 2020 a 2035: Relatório Síntese.** Comitês PCJ/Agência das Bacias PCJ. – Piracicaba. São Paulo, 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 7.663 de 30 de dezembro de 1991.** Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1991. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

8.3 SITES CONSULTADOS

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<https://agerh.es.gov.br/>>. Acesso em 07 jan. 2020.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/>>. Acesso em 05 jan. 2020.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/>>. Acesso em 25 jan. 2020.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PCJ. Disponível em: <<https://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em 16 jan. 2020.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS. <<https://cbhvelhas.org.br/>>. Acesso em 17 jan. 202

9. APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA PRIMEIRA OFICINA PARTICIPATIVA NO CBH RIO ITAPEMIRIM – MOMENTO NASCENTE

ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA PRIMEIRA OFICINA PARTICIPATIVA NO CBH RIO ITAPEMIRIM – MOMENTO NASCENTE

Serão 3 grupos com oficinas individualizadas, a duração máxima para cada oficina será de 1 hora, com número de 5 participantes por oficina. O roteiro foi dividido em dois bloco:

- **BLOCO 1:** Constitui na apresentação e quebra gelo inicial para se sentirem liberdade de se expressarem e gerar familiaridade entre os envolvidos sobre a temática. Evitar dinâmicas de apresentação, já que o grupo é pequeno e todos se conhecem;
- **BLOCO 2:** Apresentações e construção coletiva do quadro inicial de atividades a serem desenvolvidas pelo CBH Rio Itapemirim.

ATIVIDADE	OBJETIVO	ESTRATÉGIA	TEMPO
BLOCO 1			
Café com prosa digital	Fazer com que os participantes se sintam familiarizados com as pessoas e com o ambiente virtual.	Deixar os participantes a vontade, iniciando um bate papo em grupo leve e divertido, envolvendo todos na conversa.	10 min
Apresentação do mediador e dos objetivos da oficina.	Esclarecer os objetivos do mediador em desenvolver o estudo e a importância da aplicação da oficina e desenvolvimento do plano.	Pontuar as regras de convivência, onde todos os participantes terão oportunidade de falar, mas de forma organizada e com respeito aos participantes. Explicar o que será desenvolvido e o tempo destinado.	5 min
Momento de fala dos participantes	- Ouvir a percepção individual e do grupo sobre os desafios enfrentados pelo CBH Rio Itapemirim em aproximar suas comunidades. - Definição do nome do grupo a partir de nomes utilizados para denominar as nascentes	Estimular o diálogo com uma pergunta central: "Quais são os principais desafios que o CBH Rio Itapemirim enfrenta no momento para propiciar a aproximação com suas comunidades?". Abrir espaço para todos falarem de forma individual iniciando um diálogo entre o grupo. Encerrar as discussões com a escolha do nome do grupo, transitando para o próximo assunto.	10 min



BLOCO 2			
Apresentação das atividades gerais levantadas no estudo.	Nivelar as informações gerais sobre as atividades pesquisadas dos comitês referência de boas práticas (Arquivo completo com a descrição individualizada já enviado com antecedência aos participantes).	Apresentação de quadro com o nome das atividades e fala resumida sobre cada uma delas.	10 min
Definição das atividades	Escolher livremente as atividades para o CBH Rio Itapemirim desenvolver.	Projetar quadro com duas colunas. Na primeira coluna as atividades levantadas pelo estudo e na segunda coluna espaço livre para inserção de atividades novas e selecionadas na primeira coluna. Inserir uma breve descrição de como funcionará cada atividade e as sugestões de parceiras.	20 min
Encerramento	Definir o representante do grupo, convidar para participação da próxima oficina e agradecer a participação de todos.	O representante será escolhido pela maioria. Envio no encerramento aos participantes do link de acesso com a agenda de aplicação da próxima oficina.	05 min

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA SEGUNDA OFICINA PARTICIPATIVA NO CBH RIO ITAPEMIRIM – MOMENTO AFLUENTE

ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA SEGUNDA OFICINA PARTICIPATIVA NO CBH RIO ITAPEMIRIM – MOMENTO AFLUENTE

Será um encontro com todos os grupos, aberto a participação para quem mais estiver interessado. A duração máxima para a oficina será de 1:30 hora, e o roteiro está centrado em avaliar as atividades definidas no momento nascente e definir o que permanece no plano de ação.

ATIVIDADE	OBJETIVO	ESTRATÉGIA	TEMPO
Café com prosa digital	Fazer com que os participantes se sintam familiarizados com as pessoas e com o ambiente virtual.	Deixar os participantes a vontade, iniciando um bate papo em grupo leve e divertido, envolvendo todos na conversa.	10 min
Apresentação dos resultados do momento nascente.	Apresentar os 3 quadros construídos no momento nascente	Esclarecer como ocorreu o momento nascente para atualizar todos os participantes.	15 min
Definição da estrutura do plano de ação.	Apresentar e ajustar estrutura prévia construída.	Estrutura do plano criada para facilitar a aplicação da oficina. Indicar os tópicos e modelos de planilha, ajustando de acordo com os apontamentos do grupo	10 min
Definição das atividades	Escolher as atividade finais e como serão executadas.	Compara os três quadros, eliminar atividades repetidas e realizar a escolha das atividades finais. Analisar as descrições das atividade e como ela irá acontecer, ajustar caso necessário. Classificar cada atividade de acordo com as categorias. Relacionar possíveis parceiros e responsáveis pela execução.	20 min
Definição do cronograma de execução	Definir onde e quando serão executadas as atividades.	Preenchimento da planilha de cronograma e definir os blocos de municípios de forma estratégica para execução das atividades.	20 min
Encerramento	Leitura final e fechamento do plano de ação.	Revisar com leitura na integra de todo o documento, ajustando o texto se necessário. Envio por e-mail e pelos grupos de WhatsApp o documento a todos os membros e participantes das oficinas.	15 min

APÊNDICE 3 – PLANO DE AÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM

PLANO DE AÇÃO

Comunicação e Mobilização
da Bacia Hidrográfica
do Rio Itapemirim



2022 - 2023



Este trabalho é resultado da pesquisa “Relação dos comitês de bacia com a comunidade: Explorando caminhos para além das reuniões”, desenvolvida por Thaís Teodoro de Faria, sob a orientação da profa. Dra. Desireé Cipriano Rabelo, durante o Programa de Pós-Graduação Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFÁGUA) do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº 2717/2015.

A Agenda global 2030 constitui em um compromisso assumido por 193 países, inclusive o Brasil. É coordenada pelas Nações Unidas através do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD, nos termos da Resolução A/RES/72/279.OP32 de 2018 da Assembleia Geral da ONU. Este plano global reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas criadas para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos de forma sustentável – nas condições que o planeta oferece, sem o comprometimento da qualidade de vida das próximas gerações. O Plano de Ação de comunicação e Mobilização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim, contempla quatro desses objetivos, sendo eles:

- Objetivo 2: Fome zero – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria de nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 4: Educação de qualidade – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de todos;
- Objetivo 6: Água limpa e saneamento – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 12: Consumo e produção – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



SUMÁRIO

CBH RIO ITAPEMIRIM: FORMADO POR MUITAS MÃOS	5
APRESENTAÇÃO	6
OBJETIVO	7
ATIVIDADES E CATEGORIAS	7
DA CABECEIRA À FOZ – APLICAÇÃO DAS OFICINAS	10
PROPOSTAS DE ATIVIDADES	13
1. ATIVIDADES CONTÍNUAS	13
1.1. Programa de Educação Ambiental	13
1.2. Campanhas Digitais	15
1.3. Agendas Comitivas	17
2. ATIVIDADES PERIÓDICAS	17
PLANO DE AÇÃO	19
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – ANO 2022	24
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – ANO 2023	27
ANÁLISE DE RISCO	30

CBH RIO ITAPEMIRIM: FORMADO POR MUITAS MÃOS

Os movimentos para a criação do CBH Rio Itapemirim iniciaram na década de 1980. Um grupo de pesquisadores do curso de ciências sociais da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - FAFI, realizou o estudo “Para onde vai o rio Itapemirim”, que despertou na sociedade a preocupação com a preservação da bacia. Assim foi criada a Associação dos Amigos da Bacia – AABRI, assumindo um papel importante na mobilização das comunidades. Desse movimento originaram inúmeras outras iniciativas públicas e privadas em defesa da bacia. A principal delas foi a realização de expedições científicas para construção do primeiro diagnóstico socioeconômico e ambiental da bacia, base para o processo de consolidação do comitê.

Durante a 1ª Expedição Científica do Rio Itapemirim em 2004, foram assinados os termos de adesão da criação do comitê provisório da Bacia do Rio Itapemirim. No mesmo ano aconteceu uma reunião com o então governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o presidente da Agência Nacional das Águas, José Machado, para discutir sobre a dominialidade do Rio Itapemirim. Inicialmente este Rio era classificado como de domínio da União devido as nascentes dos ribeirões Vista Alegre e São José estarem localizadas em Lajinha, Estado de Minas Gerais. Porém, em 2005 foi emitido o parecer técnico da ANA, passando a dominialidade do Rio Itapemirim da União para o estado do Espírito Santo.

O comitê ganha vida no dia 19 de julho de 2006, permitindo que usuários de água, sociedade civil organizada e poder público façam parte do processo de gestão hídrica de forma institucionalizada.

APRESENTAÇÃO

As decisões de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs possuem impacto direto na vida das pessoas que estão no território de gestão: as bacias hidrográficas. O CBH é a instância do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH mais importante em termos de participação e integração.

Contudo, a maneira habitual que ocorre a interação dos CBHs com suas comunidades é centrada em reuniões e palestras essencialmente técnicas e formais, raramente gerando conexão com a realidade do dia a dia. Esses formatos distanciam a maioria das pessoas, dificultando a construção e a implementação de instrumentos de gestão que precisam refletir seus anseios. Para buscar maior proximidade com a população da bacia, os CBHs são desafiados a usar outros tipos de linguagens e recursos. Essa é a proposta desse plano: explorar novos caminhos além das reuniões.

Construído de forma participativa em oficinas com membros da plenária, esse plano irá subsidiar o CBH Rio Itapemirim em ações que visam maior aproximação e envolvimento com suas comunidades. A primeira versão do plano foi aprovada na 65ª Reunião Ordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 08 de junho de 2021. No dia 25 de junho de 2021, ocorreu uma reunião para reestruturação e integração dos GTs de Educação Ambiental e Comunicação Social, principais responsáveis pela aplicação do plano, havendo a necessidade de revisão pelos novos membros. Apresentando a duração de dois anos – 2022 a 2023, a versão final foi apresentada a plenária do comitê na 68ª Reunião Ordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 21 de dezembro de 2021.

OBJETIVO

Ampliar a visibilidade externa e fortalecer institucionalmente o CBH Rio Itapemirim através de ações que aproximem suas comunidades da gestão de recursos hídricos.

ATIVIDADES E CATEGORIAS

A base para construção do plano foi o levantamento de atividades diferenciadas de quatro CBHs brasileiros com suas comunidades. Das reuniões e palestras técnicas, consideramos apenas as que envolviam alguma ação conjunta de educação e ensino ou culturais e recreativas. Foram analisadas as ações desenvolvidas pelos comitês do Rio São Francisco, Rio das Velhas, Rios PCJ e Rio dos Sinos, entre os anos de 2016 e 2019. Tampouco foram considerados os resultados das atividades desenvolvidas pelos comitês em estudo. Nosso interesse era a variedade de ações em linguagens e formatos diversos, com a finalidade de alcançar diferentes públicos. Buscava-se identificar práticas inovadoras e bem-sucedidas nessa relação CBH-Comunidade.

Após o levantamento e descrição das atividades dos comitês em análise, foram criadas as categorias segundo os tipos, públicos e níveis de comunicação. O levantamento das atividades não buscou importar modelos acabados, mas identificar possibilidades de ações que, por certo, precisam levar em conta a realidade local. Nesse sentido as oficinas com os membros do CBH foram fundamentais. A clarificação dessas categorias pode auxiliar no planejamento das atividades com a comunidade segundo os diferentes objetivos e públicos a serem atingidos, e na utilização de ferramentas de comunicação adequadas.

CLASSIFICAÇÃO EM CATEGORIAS:



Figura 01 – Classificação das atividades dos CBHs em categorias.

Fonte: Autora (2021).

CATEGORIA ATIVIDADES – Considera os diferentes tipos, características e objetivos das atividades e pode ser subdividida em:

- I. Formais e técnicas: têm como objetivo principal discutir e decidir sobre questões técnicas/políticas. Os principais formatos são: reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, reuniões da diretoria executiva, reuniões das câmaras técnicas, reuniões dos grupos de trabalho e outros;
- II. Educação e ensino: atividades cuja principal finalidade é agregar conhecimento e informações aos participantes. Os principais formatos são: seminários, capacitação/treinamentos, simpósios, palestras, oficinas, congressos, dias de campo, atividades lúdicas, artísticas, esportivas e outros;
- III. Culturais e recreativas: são atividades cujo principal objetivo é promover a sensibilização, confraternização, interação e mobilização e torno dos recursos hídricos. Podem ter variados formatos como as exposições de quadros, fotografias, vídeos, concursos diversos, poesia, dança, cultos/celebrações, shows, peças de teatro, passeatas, plantios de árvores, caminhadas ecológicas, mutirões de limpeza, entre outros.

CATEGORIA PÚBLICOS – Considera os diferentes tipos públicos, e pode ser subdividida em:

- I. Escolar: Estudantes da faixa etária entre 3 a 18 anos aproximadamente, das redes de ensino público e particular;

- II. Acadêmicos: Estudantes e pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior públicas e particulares;
- III. Grupos tradicionais: Grupos e comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, agricultura familiar e outros;
- IV. Organizações parceiras do CBH: Membros titulares e suplentes do comitê, instituições representadas no CBH e as instituições com relação direta com a gestão das águas: incluindo as prefeituras municipais da bacia e seus respectivos servidores;
- V. Público geral: Contempla também outros públicos, com características amplas e dispersas.

CATEGORIA COMUNICAÇÃO – Utilizamos a classificação dos três níveis de comunicação na mobilização propostos por Toro e Werneck (1997)¹⁷:

- I. Micro comunicação: É caracterizada como uma comunicação pessoal direta, atribuindo sentido a participação individual, como contatos diretos, telefonemas, visitas etc.
- II. Macro comunicação: Possui como característica a comunicação dirigida a grupos específicos, com similaridades entre eles, como reuniões, palestras, festas, concursos etc.
- III. Comunicação em Massa: Possui como característica dar publicidade ao tema ao maior número de pessoas possíveis, como tv, site, rádio etc.

Todas essas categorias e subcategorias interagem entre si. Ou seja, mesmo que ocorram na categoria atividades uma ação formal e técnica, ela pode ser desenvolvida em conjunto com ações de diversidade cultural e/ou de educação e ensino. Esta análise possibilita estratégias e caminhos alternativos para adequar formatos já existentes. As informações levantadas nos comitês em análise e a classificação criada a partir delas, serviram de referência durante as oficinas participativas de construção do plano do CBH Rio Itapemirim.

¹⁷ A classificação dos três níveis de comunicação/mobilização propostas por TORO e WERNECK (1997) tem ajudado nas análises de diferentes processos mobilizatórios, dos quais destacamos RABELO (2003) e FERNANDES (2019).

DA CABECEIRA À FOZ – APLICAÇÃO DAS OFICINAS

O processo de realização das oficinas participativas de construção do plano foi denominado: “Da cabeceira à foz”. A seguir uma breve descrição da metodologia e dos vários momentos dessas oficinas.

1º Momento – Cabeceira: Foi iniciado com o planejamento das oficinas e adesão voluntária de 15 membros do CBH Rio Itapemirim. A interação dos participantes aconteceu por um grupo no WhatsApp possibilitando a comunicação direta. Em seguida eles foram divididos em três grupos para aplicação da próxima fase. Realizamos uma live no Instagram do CBH Rio Itapemirim para apresentação do objetivo e metodologia da atividade, e disponibilizamos nas redes sociais e no grupo WhatsApp os materiais levantados na pesquisa e os vídeos resumo preparados pela pesquisadora.

2º Momento – Nascente: Foram realizadas oficinas com cada um dos três grupos, denominados: 1- Mina, 2- Olho d’água, 3- Fonte. A princípio todos apresentaram suas opiniões sobre quais aspectos o CBH Rio Itapemirim precisaria avançar para propiciar o envolvimento de suas comunidades.

Nas discussões, foi pontuado por alguns participantes e concordado por todos que, apesar de inúmeras dificuldades, o CBH Rio Itapemirim amadureceu nos últimos anos. A potência destacada foi a forte articulação política a nível de Estado, o que viabilizou a implementação de instrumentos como o plano de bacia e o enquadramento dos corpos d’água. Como principal desafio pontuado, foi a falta de implementação da cobrança pelo Estado, impedindo a delegação de uma agência de bacia ou instituição similar para o comitê receber recursos e executar ações. Consequência disso, dificulta e inviabiliza a execução de inúmeras atividades, o que acaba por enfraquecer a visibilidade do comitê com suas comunidades. O grande questionamento que permeou após a exposição desse desafio foi: Como avançar se o cenário descrito não possui previsão de alteração? A pesquisa realizada auxiliou a percepção dos participantes para o potencial de parcerias em ações conjuntas, despertando a necessidade de conhecer grupos ainda não percebidos e/ou apoiados pelo comitê. A conclusão foi pensar em atividades que poderiam ser iniciadas pelo comitê e parceiros já existentes,

a fim de induzir um movimento e concentrar a articulação a nível local e regional para geração de novas parcerias.

Em seguida a pesquisadora exibiu uma síntese dos levantamentos realizados, explicou as categorias e disponibilizou um quadro com o resumo das atividades levantadas. Cada grupo construiu um novo quadro, momento aberto a ideias livres, sem a definição concreta dos executores. Essa organização facilitou a visualização dos participantes que escolheram, acrescentaram e adequaram as atividades.

3º Momento – Afluente: Nesta etapa foi realizada a oficina de construção coletiva, onde os resultados dos três grupos foram apresentados. Em seguida, de forma conjunta, foram selecionadas as atividades a serem desenvolvidas pelo CBH Rio Itapemirim no horizonte de dois anos, apresentando a definição das responsabilidades e proposição das parcerias.

A preocupação dos participantes e da pesquisadora foi a seleção de atividades com viabilidade de execução financeira e temporal. Foram discutidas as principais ações para movimento inicial que objetivassem a divulgação do comitê, o conhecimento do território e a articulação local e regional. Para cada atividade foi discutido em conjunto apoiadores e executores, trazendo a princípio as próprias instituições dos membros. Ao final da oficina, foi definido o envio da proposta de parceria as instituições para formalização e garantia da execução.

4º Momento – Rio Principal: Construído o plano de ação, ele foi disponibilizado a diretoria para envio e apreciação dos 24 membros do CBH Rio Itapemirim, distribuídos entre titulares e suplentes. O arquivo foi disponibilizado em formato digital no grupo do WhatsApp dos membros e por e-mail no dia 21 de maio de 2021. As contribuições foram recebidas no período de dez dias, os representantes do grupo avaliaram as sugestões enviadas e adequaram o plano. O plano de ação é levado a 65ª reunião ordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 08 de junho de 2021, e apresentado a todos os participantes. Sendo aprovado por unanimidade pela plenária.

5º Momento – Foz: Após a aprovação, houve a integração do GT de comunicação social ao GT de educação ambiental, com a renovação dos membros participantes. Os dois GTs são os principais responsáveis pela condução do plano, o que nos trouxe a necessidade de alinhamento da proposta para não correr o risco da não implementação. Já havia um plano de Educação Ambiental em processo de elaboração, o grupo se reuniu em uma discussão colaborativa, definindo ajustes na execução de duas atividades e a inserção da realização de um workshop para o ano de 2022. O plano foi adequado em sua versão final, enviado por e-mail a todos os membros do CBH Rio Itapemirim com antecedência para recebimento de considerações por 10 dias. Na 8ª Reunião Extraordinária do CBH Rio Itapemirim, no dia 21 de dezembro de 2021, esse plano foi apresentado e submetido à aprovação.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES

As atividades propostas foram divididas em dois formatos: contínuas e periódicas. Entendemos como contínuas as atividades que possuem planejamento integrado a pequenas execuções mensais. Já o formato periódico constitui ações maiores, que possuem vínculo com datas comemorativas. As atividades periódicas são capazes de trazer resultados expressivos, e sem dúvida atividades contínuas possuem o poder de transformação no cotidiano das pessoas. Ambos os formatos são estratégias importantes que se complementam.

1. ATIVIDADES CONTÍNUAS

1.1. Programa de Educação Ambiental

O programa de educação ambiental é dividido em atividades no ensino formal e não formal. Entendemos como educação ambiental no ensino formal, ações desenvolvidas em ambiente escolar, que podem ser incorporadas em uma perspectiva inter, multi e transdisciplinar, não necessariamente como uma disciplina isolada. Já a educação ambiental no ensino não formal, são “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (Lei 9.795/1999, artigo 13).

1.1.1. Educação Ambiental no ensino formal

A primeira etapa para desenvolvimento das atividades contínuas de educação ambiental no ensino formal, será o planejamento e articulação. O GT de Educação Ambiental e Comunicação – GT-EAC, junto a diretoria do comitê, irão selecionar um município para dar início as ações, realizando em conjunto a articulação e formalização de parceria com a secretaria de educação municipal. A princípio serão levantadas as ações em desenvolvimento pelas escolas, e será realizado uma formação remota com os professores da rede municipal. A formação terá planejamento e execução de forma conjunta com instituições públicas e privadas vinculadas ao comitê. O produto a ser desenvolvido pelas escolas será um projeto edu-comunicativo, ou seja, desenvolvimento de atividades com mídias práticas de ecossistemas comunicativo abertos e criativos. Podem ser utilizados como ferramentas edu-comunicativas as redes sociais,

rádio, produção audiovisual, jornalística, fotográfica, entre diversas outras. O que nos interessa é ajudar os professores a propiciar o protagonismo do estudante de forma criativa para a temática ambiental selecionada.

O projeto será aplicado durante o ano de 2022, tendo como suporte orientativo a equipe do GT-EAC através de reuniões remotas periódicas. Como sugestão inicial de temas para a formação foram selecionados: a introdução da educação ambiental; recursos hídricos; eco técnicas; cultura, tecnologia e meio ambiente; sustentabilidade; e elaboração de projetos. No final do ano os resultados serão apresentados em uma exposição cultural, e os professores envolvidos receberão certificados. Os projetos também poderão ser submetidos a premiações regionais como o prêmio Biguá e o Agrinho. No próximo ano, o GT-EAC irá promover edital de seleção de escolas da bacia para aderirem ao programa voluntariamente, não centrado em apenas um único município.

1.1.2. Educação Ambiental no ensino não formal

O público-alvo escolhido para desenvolvimento dessa atividade serão os trabalhadores e trabalhadoras ruais, vindo ao encontro da meta A.1.1 do Plano de Bacia do Rio Itapemirim. Essa atividade terá várias etapas de planejamento, articulação e mobilização para efetivar sua aplicação, por esse motivo, consideramos como atividade contínua.

Será criado um grupo gestor com um membro da diretoria, e representantes do GT-EAC. Esse grupo terá a responsabilidade do planejamento, articulação de parceiros, monitoramento e condução da execução da atividade. Assim que houver a formalização de parcerias, ocorrerá a integração ao grupo de representantes das instituições. A princípio será necessário identificar pontos focais, ou seja, pessoas de referência nos municípios, nas sub-bacias e instituições para atuar como colaboradores.

Foram selecionadas temáticas principais e potenciais parceiros para execução (Quadro 01). O grupo de gestão fará a conexão para execução com os potenciais parceiros, formalizando termo de responsabilidade entre as partes. Os cursos terão uma abordagem técnica, mas sua aplicação será integrada a ações culturais e recreativas.

TEMAS/CURSOS	POTENCIAIS PARCEIROS
Saneamento básico na propriedade	Senar/ Incaper/ Idaf
Doenças transmissíveis e saneamento	Senar
Conservação e recuperação de nascentes	Senar/ Bio Soles
Captação de água da chuva	Plantadores de água/ Incaper
Bovinocultura sustentável	Incaper
Práticas sustentáveis na criação de animais de produção	Incaper
Práticas agroecológicas	Ifes Alegre/ Sítio Jaqueira
Defensivos agrícolas	Senar/ Idaf
Combate a incêndios florestais	Corpo de bombeiros/ ICMBIO/ Senar/ Bio Soles

Quadro 01 – Temáticas e potenciais parceiros

Fonte: GT-EAC do CBH Rio Itapemirim (2021).

1.2. Campanhas Digitais

Apoiado por empresas e instituições da bacia, o comitê irá desenvolver campanhas digitais. Cada campanha é composta por conteúdo criativo digital com periodicidade semanal nas principais redes sociais do comitê (Instagram e Facebook). Durante o processo de discussão das oficinas, foi sinalizado parceria com a empresa social de serviços ambientais Bio Soles. Eles desenvolvem um programa de incentivo a CBHs do Estado do Espírito Santo. O programa contemplou no ano de 2021 a capacitação em marketing de conteúdo e redes sociais a participantes de GTs de Educação Ambiental e Comunicação Social. A empresa selecionou o comitê do Rio Itapemirim para desenvolver seu projeto semente por dois anos, que constitui na destinação de estagiários para suporte técnico na produção das campanhas. Realizará também reuniões periódicas de planejamento, orientação estratégica e alinhamento junto ao GT-EAC. Foram selecionadas 6 campanhas contínuas:

1.2.1. Você Sabia?

“Você sabia” apresenta o que vem sendo discutido sobre a gestão hídrica dentro do comitê, as deliberações, a divulgação dos eventos e reuniões, as temáticas trabalhadas nas câmaras técnicas e grupos de trabalho. Busca dar maior visibilidade as informações em processo de discussão, e aos membros e parceiros do comitê, chamando a sociedade a participar.

1.2.2. Se Apaixone

Possui o foco no pertencimento com o território da bacia. Apresenta as belezas naturais e culturais do território como: festas, eventos, monumentos, reservas naturais, museus, entre outros.

1.2.3. Cada Gota é Importante

Da visibilidade a práticas e tecnologias que visam a melhoria da quantidade e qualidade da água, dentro das cidades e no meio rural.

1.2.4. Fique Ligado

Apresenta notícias locais ligadas aos recursos hídricos e assuntos sobre os cuidados necessários a saúde e bem-estar.

1.2.5. Lei das Águas

Essa campanha objetiva apresentar a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, levando informação principalmente sobre os instrumentos previstos, trazendo aspectos e exemplos da realidade da bacia.

1.2.6. Água Popular

Bacia Hidrográfica é cultura, é expressão popular, é gente! Essa campanha vem apresentar de forma curiosa aspectos sobre os dizeres populares, histórias e causos resgatados da população ligados a água.

1.3. Agendas Comitivas

Com o intuito de conhecer projetos e ações, gerando e fortalecendo parcerias, serão formadas comitivas para visitar as Prefeituras Municipais, as secretarias, os conselhos municipais, as câmaras de vereadores, as instituições e atores locais.

A previsão é a realização de duas agendas anuais em cada município. Formaremos comitivas constituídas por um membro da diretoria e um membro ou parceiro do comitê residente no município da agenda. O planejamento das visitas anuais será dividido em 4 etapas para cada município. A primeira etapa a comitiva irá realizar um contato prévio por telefone com todos os parceiros e potenciais parceiros, e uma primeira conversa por meio remoto. A conversa terá objetivo principal de apresentar o comitê e seus resultados e agendar uma visita no município. Para a segunda etapa, as comitivas realizarão a visita, conhecendo o município, atores locais e levantando informações como: festividades, grupos organizados, projetos existentes, meios de comunicação mais utilizados, os desejos e desafios das comunidades, entre outras. Todas as informações recolhidas irão compor um banco de dados e uma proposição de ações será construída para cada município. A terceira etapa consiste em uma segunda visita para a articulação de ações conjuntas com a apresentação das proposições e formalização das parcerias.

As etapas 1, 2 e 3 serão realizadas no ano de 2022, subsidiando a revisão anual do plano. A quarta etapa será o pós parceria, onde o contato precisa permanecer ativo com os parceiros e futuros parceiros. As comitivas e o GT-EAC irão manter o relacionamento através de ligações, visitas, presença em eventos e disponibilização de informações contínuas de ações, projetos e assuntos discutidos nas reuniões.

2. ATIVIDADES PERIÓDICAS

As atividades periódicas contemplam as principais datas comemorativas ambientais e do comitê, além dos eventos e festividades locais. A princípio, por não existir um levantamento inicial de informações do que já acontece localmente, entre os meses de março e abril de 2022, iremos realizar um workshop.

O workshop possui o mesmo objetivo das agendas comitivas, contudo as agendas comitivas são atividades contínuas e o workshop será um evento pontual misto (presencial e remoto). Instituições, grupos organizados e atores locais já conhecidos pelo comitê, receberão convites para participação, para mobilizar atores não conhecido será feito uma divulgação em massa pelas redes sociais do comitê, replicando nas mídias das prefeituras municipais parceiras. A diretoria do comitê irá apresentar como funciona o comitê e as ações que têm desenvolvido. O GT-EAC irá apresentar as intenções de projetos do comitê, conduzindo a mesas redondas de exposição e diálogo entre os convidados. Ao final serão integrados ao plano novas atividades e parceiros.

As ações nas datas comemorativas do comitê possuem direcionamento a todos os municípios da bacia, já algumas ações das datas comemorativas ambientais foram divididas em blocos de municípios com características territoriais similares. Essa divisão contribui para que o comitê consiga estar presente em diferentes momentos do ano por toda a bacia. A proposta é a realização de ações 100% remotas ou mistas (remoto e presencial). Contaremos com a parceria das prefeituras municipais e instituições de ensino para disponibilizar espaços gratuitos, além dos convidados técnicos e apresentações locais culturais. As atividades serão nos formatos de feiras, exposições, workshop, congressos, dias de campo, atividades lúdicas, artísticas, esportivas cultos/celebrações, shows, peças de teatro, passeatas, plantios de árvores, caminhadas ecológicas, mutirões de limpeza, entre outras.

O planejamento das atividades de datas comemorativas ambientais e do comitê, iniciarão com o prazo mínimo de 60 dias. A diretoria do comitê e o GT-EAC, serão os responsáveis pela articulação com os parceiros, definição inicial do tema a ser abordado e formato de aplicação da atividade. Para todas essas atividades iremos formar um grupo de gestão responsável pelo planejamento e execução conjunta, inserindo parceiros e membros relacionados a temática central escolhida. A intenção é pensar de forma participativa ações já previstas entre os parceiros e integrar as temáticas junto ao comitê, que será ente articulador e apoiador das ações.

PLANO DE AÇÃO

TIPO	PROGRAMAS	ATIVIDADES	CATEGORIAS			RESPONSABILIDADES		ONDE	
			Atividades	Público	Comunicação	CBH e parceiros	Etapas de execução		
1. ATIVIDADES CONTÍNUAS	1.1 Programa de Educação Ambiental – PEA	1.1.1 Ensino formal	<ul style="list-style-type: none"> - Formais e Técnicas - Educação e ensino - Culturais e recreativas 	- Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Micro comunicação - Macro comunicação 	GT-EAC e Diretoria	Definição do município contemplado no primeiro ano, consulta da existência de ações nas escolas, planejamento geral, articulação com parceiros para aplicação da capacitação, condução da aplicação, criação do edital para o próximo ano.	Em toda a bacia	
						Secretaria Municipal de Educação	Definição do calendário, espaço físico e convocação das escolas.		
						Incaper, Senar, IDAF, Bio Soles, Plantadores de Água, IFES Alegre.	Preparar e aplicar o conteúdo técnico das temáticas escolhidas		
							Grupo de gestão	Articular com parceiros, planejar a execução e conduzir a aplicação.	Em toda a bacia
							Prefeituras municipais	Disponibilizar local, atrações culturais e auxiliar na comunicação	

		1.1.2 Ensino não formal	- Formais e Técnicas - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Grupos tradicionais	- Micro comunicação - Macro comunicação	Incaper, Senar, IDAF, Bio Soles, Plantadores de Água, IFES Alegre, Sítio Jaqueira, Corpo de Bombeiros, ICM-Bio	Preparar e aplicar o conteúdo técnico das temáticas escolhidas		
1.2 Campanhas Digitais	1.2.1 Você Sabia?		- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunicação em massa	- Diretoria	Análise e aprovação para postagem	Em toda a bacia	
						- GT-EAC	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos		
						- Bio Soles	Criação, postagem e gestão das redes		
	1.2.2 Se apaixonou		- Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunicação em massa	- Diretoria	Análise e aprovação para postagem	Em toda a bacia	
						- GT-EAC	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos		
						- Bio Soles	Criação, postagem e gestão das redes		
	1.2.3 Cada gota é importante		- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunicação em massa	- Diretoria	Análise e aprovação para postagem	Em toda a bacia	
						- GT-EAC	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos		
						- Bio Soles	Criação, postagem e gestão das redes		
							- Diretoria	Análise e aprovação para postagem	

	1.2.4 Fique ligado!	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunica- ção em massa	- GT-EAC	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos	Em toda a bacia
					-Bio Soles	Criação, postagem e gestão das redes	
		1.2.5 Lei das Águas	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunica- ção em massa	-Diretoria	Análise e aprovação para postagem
	- GT-EAC					Planejamento, definição de temas e sugestão de textos	
	-Bio Soles		Criação, postagem e gestão das redes				
	1.2.6 Água Popular	- Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunica- ção em massa	-Diretoria	Análise e aprovação para postagem	Em toda a bacia
					- GT-EAC	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos	
		-Bio Soles	Criação, postagem e gestão das redes				
	1.3 Agendas Comitivas	1.3.1 Contato prévio	- Formais e Técnicas - Educação e ensino	- Acadêmicos -Grupos tradicionais - Organiza- ções parceiras	- Micro comu- nicação - Macro comu- nicação	Diretoria e GT-EAC	Definição de lista inicial de prospectos para parceria e contato inicial por e-mail.
Comitativa do comitê						Contatos por telefone	
1.3.2 Primeira visita		- Formais e Técnicas - Educação e ensino	- Acadêmicos -Grupos tradicionais - Organiza- ções parceiras	- Micro comu- nicação - Macro comu- nicação	Comitativa do comitê	Visita aos prospectos para parceria.	Em toda a bacia
					Comitativa do comitê, Diretoria, GT-EAC	Criação do banco de dados e definição de propostas e projetos para parcerias.	

		1.3.3 Segunda visita	- Formais e Técnicas - Educação e ensino	- Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação	Comitativa do comitê	Visitas e apresentação das propostas e projetos e formalização das parcerias.	Em toda a bacia
		1.3.4 Pós parceria	- Formais e Técnicas - Educação e ensino	- Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação	Comitativa do comitê GT-EAC	Visitas e contatos por telefone. Contatos por e-mail e distribuição de conteúdo do comitê.	Em toda a bacia
2. ATIVIDADES PERIÓDICAS	2.1 Eventos diversos	2.1.1 Workshop	- Formais e Técnicas - Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Acadêmicos - Grupos tradicionais - Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	Em toda a bacia
	2.2 Datas comemorativas do comitê	2.2.1 Aniversário do Comitê	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunicação em massa	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	Em toda a bacia
		2.2.2 Comemorações de fim de ano	- Culturais e recreativas	- Organizações parceiras	- Micro comunicação - Macro comunicação	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	Em toda a bacia
		2.3.1 Dia Mundial da Água	- Educação e ensino - Culturais e recreativas	- Público Geral	- Comunicação em massa	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	Em toda a bacia
								- ANO 2022 e 2023:

2.3 Datas comemorativas ambientais	2.3.2 Semana do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Educação e ensino - Culturais e recreativas 	- Público Geral	- Comunicação em massa	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	Médio Itapemirim, Rio Muqui, Baixo Itapemirim e Lagoa de Marataízes
	2.3.3 Dia da Árvore	<ul style="list-style-type: none"> - Educação e ensino - Culturais e recreativas 	- Público Geral	- Comunicação em massa	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	- ANO 2022: Rio Pardo e Braço Norte Direito -ANO 2023: Alto Braço Norte Esquerdo e Rio Castelo
	2.3.4 Dia do Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Educação e ensino - Culturais e recreativas 	- Público Geral	- Comunicação em massa	Diretoria e GT-EAC	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros, divulgação e aplicação.	- ANO 2022: Alto Braço Norte Esquerdo e Rio Castelo -ANO 2023: Rio Pardo e Braço Norte Direito

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – ANO 2022

TIPO	PROGRAMAS	ATIVIDADES	ETAPAS DE EXECUÇÃO	QUANDO															
				MÊS/ANO 2022															
				01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12				
1. ATIVIDADES CONTÍNUAS	1.1 Programa de Educação Ambiental	1.1.1 Ensino formal	Definição do município contemplado no primeiro ano;																
			Consulta da existência de ações nas escolas;																
			Planejamento das capacitações: definição do calendário, estrutura, temáticas, espaço físico e convocação das escolas. Articulação com parceiros para aplicação da capacitação;																
			Condução da aplicação;																
			Criação do edital para o próximo ano.																
		1.1.2 Ensino não formal	Criação do grupo de gestão																
	Planejamento: calendário, estrutura, temáticas, espaço físico, atrações culturais, divulgação.																		
	Articulação com parceiros																		
	Aplicação																		
	1.2.1 Você Sabia?	Criação, postagem e gestão das redes																	
		Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																	
	1.2.2	Criação, postagem e gestão das redes																	



1.2 Campanhas Digitais	Se apaixonou	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																			
	1.2.3 Cada gota é importante	Criação, postagem e gestão das redes																			
		Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																			
	1.2.4 Fique ligado!	Criação, postagem e gestão das redes																			
		Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																			
	1.2.5 Lei das Águas	Criação, postagem e gestão das redes																			
		Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																			
	1.2.6 Água Popular	Criação, postagem e gestão das redes																			
		Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																			
	1.3 Agendas Comitivas	1.3.1 Contato prévio	Definição de lista inicial de prospectos para parceria e contato inicial por e-mail.																		
			Contatos por telefone																		
		1.3.2 Primeira visita	Visita aos prospectos para parceria.																		
Criação do banco de dados e definição de propostas e projetos para parcerias.																					
1.3.3 Segunda visita		Visitas e apresentação das propostas e projetos e formalização das parcerias.																			
1.3.4 Pós parceria		Visitas e contatos por telefone.																			
		Contatos por e-mail e distribuição de conteúdo do comitê.																			

2. ATIVIDADES PERIÓDICAS	2.1 Eventos diversos	2.1.1 Workshop	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
	2.2 Datas comemorativas do comitê	2.2.1 Aniversário do Comitê	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
		2.2.2 Comemorações de fim de ano	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
	2.3 Datas comemorativas ambientais	2.3.1 Dia Mundial da Água	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
		2.3.2 Semana do Meio Ambiente	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
		2.3.3 Dia da Árvore	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	
		2.3.4 Dia do Rio	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																	
			Divulgação e aplicação.																	

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – ANO 2023

TIPO	PROGRAMAS	ATIVIDADES	ETAPAS DE EXECUÇÃO	QUANDO															
				MÊS/ANO 2023															
				01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12				
1. ATIVIDADES CONTÍNUAS	1.1 Programa de Educação Ambiental	1.1.1 Ensino formal	Lançamento do edital																
			Seleção dos municípios contemplados																
			Consulta da existência de ações nas escolas;																
			Planejamento das capacitações: definição do calendário, estrutura, temáticas, espaço físico e convocação das escolas. Articulação com parceiros para aplicação da capacitação;																
			Condução da aplicação;																
		1.1.2 Ensino não formal	Reestruturação do grupo de gestão																
			Planejamento: calendário, estrutura, temáticas, espaço físico, atrações culturais, divulgação.																
			Articulação com parceiros																
	1.2 Campanhas Digitais	1.2.1 Você Sabia?	Criação, postagem e gestão das redes																
			Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																
		1.2.2 Se apaixonou	Criação, postagem e gestão das redes																
			Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																
		1.2.3 Cada gota é importante	Criação, postagem e gestão das redes																
			Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																

2. ATIVIDADES PERIÓDICAS		1.2.4	Criação, postagem e gestão das redes																		
		Fique ligado!	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																		
		1.2.5	Criação, postagem e gestão das redes																		
		Lei das Águas	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																		
		1.2.6	Criação, postagem e gestão das redes																		
		Água Popular	Planejamento, definição de temas e sugestão de textos																		
	1.3 Agendas Comitivas	1.3.4	Visitas e contatos por telefone.																		
			Alimentação do banco de dados e definição de propostas e projetos para novas parcerias.																		
			Contatos por e-mail e distribuição de conteúdo do comitê.																		
	2.1 Eventos diversos	2.1.1	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																		
			Divulgação e aplicação.																		
	2.2 Datas comemorativas do comitê	2.2.1	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																		
Divulgação e aplicação.																					
2.2.2		Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																			
		Divulgação e aplicação.																			
2.3.1	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																				
	Divulgação e aplicação.																				



2.3 Datas comemorativas ambientais	2.3.2 Semana do Meio Ambiente	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																		
		Divulgação e aplicação.																		
	2.3.3 Dia da Árvore	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																		
		Divulgação e aplicação.																		
	2.3.4 Dia do Rio	Planejamento da ação, definição da temática e estrutura, articulação com parceiros.																		
		Divulgação e aplicação.																		

ANÁLISE DE RISCO

As atividades propostas nesse plano de ação são definidas como ações tentativas, ou seja, devido a falta de recurso direto do comitê podem não se efetivar. Existem inúmeros riscos, como a não formalização com parceiros e a falta de cumprimento de responsabilidades dos membros do comitê. Contudo, apresentamos uma análise de risco para que o plano seja executado, listando medidas de controle numeradas por prioridade de aplicação.

RISCO	ANÁLISE	MEDIDAS DE CONTROLE
Pandemia Covid-19	Baixo	1ª. As atividades podem ser realizadas 100% de forma remota.
Não formalização com parceiros	Médio	1ª. Levantamento de novas parcerias; 2ª. Redução das etapas de aplicação para execução com parceiros já formalizados; 3ª. Integração de atividade similares, reduzindo o quantitativo de ações.
Não cumprimento de responsabilidades dos membros do comitês ou alteração de membros	Médio	1ª. Alinhamento com os responsáveis; 2ª. Substituição dos responsáveis; 3ª. Reprogramação do cronograma; 4ª. Integração de atividade similares, reduzindo o quantitativo de ações.
Baixa mobilização dos participantes	Médio	1ª. Alinhamento com os responsáveis; 2ª. Adequação da metodologia.
Tempo disponível para concluir as etapas	Baixo	1ª. Reprogramação do cronograma; 2ª. Integração de atividades similares, reduzindo o quantitativo de ações.

“Rio que nasce da fonte, da mina, olho d’água, seja lá como se denomina.

Inicia seu percurso, um curso que envolve não só uma vida.

De um córrego se junta aos demais, Serra do Caparaó e São Domingos, em dois braços direito e esquerdo se faz.

Mas tem Pardo, Pardinho, Braço Norte Esquerdo, Santa Clara, Pedregulho, Pedra Roxa e Braço Norte Direito.

Ainda tem o Alegre e Muqui do Norte, São João de Viçosa, Taguaraçu, Caxixe, Prata, Fruteira, Castelo, todos se tornam um!

São porções que envolvem 18 municípios, transformando novos limites. Muitos cursos que se unem a novos olhares e admiração.

Bacia do Rio Itapemirim! Tem histórias, causos, contos e crenças.

Tem cultura, tem agricultura, turismo e tem preservação.

E tem gente, gente como a gente, que se junta a um Rio.

TODOS NÓS SOMOS A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM!”

Autora: Thaís T. Faria



CBH RIO ITAPEMIRIM

10. ANEXO

ANEXO 1 – DELIBERAÇÃO Nº 002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021

DELIBERAÇÃO Nº 002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aprova a Plano de
Comunicação, Mobilização
e Educação Ambiental

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim - ES, criado pelo Decreto Nº 1703-R de 19 de julho de 2006, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Estadual 10.179/2014 no seu Art. 61, inciso I e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno;

Considerando o Componente III.2 do Procomitê para atendimento da meta do Plano de Comunicação;

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado Plano de Comunicação, Mobilização e Educação Ambiental pelo Plenário, decidido na 8ª Reunião Extraordinária do CBH - Itapemirim, realizada no dia 21 de dezembro de 2021, na plataforma de videoconferência: [https:// Worth Cuttings Battle North | Jitsi Meet](https://WorthCuttingsBattleNorth|JitsiMeet).

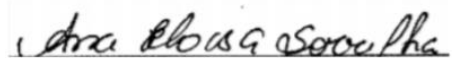
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Cachoeiro de Itapemirim, 21 de dezembro de 2021.



Paulo Henrique Moulin Breda

Presidente do CBH Itapemirim



Ana Eloisa Sorrilha

Secretária Executiva do CBH Itapemirim